



RELATÓRIO ANUAL 2020



SUMÁRIO

3	Carta do presidente	46	UNIDADE DE DOAÇÕES	72	UNIDADE DE OBRIGAÇÕES LEGAIS	85	UNIDADE DE PROJETOS ESPECIAIS		
4	Perspectivas	47	COPAÍBAS	62	GEF TERRESTRE	73	CONSERVAÇÃO DA TONINHA	86	SUZANO
5	FUNBIO 25 anos		Comunidades Tradicionais, Povos Indígenas e Áreas Protegidas nos Biomas Amazônia e Cerrado		Estratégias de Conservação, Restauração e Manejo para a Biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal		Conservação da Toninha na Área de Manejo I (Franciscana Management Area I)		Apoio a Chamada Emergencial
6	Missão, visão e valores	50	ARPA	64	MATA ATLÂNTICA	76	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	87	PROJETO K
7	Objetivos e contribuições		Programa Áreas Protegidas da Amazônia		Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica		Implementação de Projetos de Educação Ambiental e Geração de Renda Voltados para a Qualidade Ambiental das Comunidades Pesqueiras do Estado do Rio de Janeiro		Conhecimento para Ação
10	Linha do tempo	53	REM MT	65	PROBIO II	78	PESQUISA MARINHA E PESQUEIRA	88	AGÊNCIA GEF FUNBIO
16	O FUNBIO		Programa Global REDD Early Movers (REM) – Mato Grosso		Fundo de Oportunidades do Projeto Nacional de Ações Integradas Público-privadas para Biodiversidade		Projeto de Apoio à Pesquisa Marinha e Pesqueira no Estado do Rio de Janeiro		
16	Como trabalhamos	56	TRADIÇÃO E FUTURO NA AMAZÔNIA	67	FUNDO AMAPÁ	81	APOIO A UCS	89	PRÓ-ESPÉCIES
17	Em números	57	FUNDO KAYAPÓ	68	FUNDO ABROLHOS TERRA E MAR		Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade nas Unidades de Conservação Federais Costeiras e Estuarinas dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo		Projeto Estratégia Nacional para a Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção
20	Doadores 2020	59	UM MILHÃO DE ÁRVORES PARA O XINGU	69	GEF MAR	82	JANELAS DO PARQUE ESTADUAL RESTINGA DE BERTIOGA	91	AGÊNCIA GFC FUNBIO
21	Organograma	60	CONSERVAÇÃO DO MICO-LEÃO-DOURADO		Projeto Áreas Marinhais e Costeiras Protegidas				
22	Governança		Parceria: Restauração Florestal para a Conservação do Mico-leão-dourado	70	LIXO MARINHO EM SP	83	VOLTA VERDE	92	READINESS
23	Transparência	61	PARQUE ECOLÓGICO MICO-LEÃO-DOURADO		Plano de Monitoramento e Avaliação do Lixo Marinho em São Paulo		Programa de Conservação da Natureza de Volta Redonda		
24	Comitê de ética		Parceria para a Implementação do Parque Ecológico Mico-leão-dourado	84	TCSA PORTO SUL			93	Créditos
25	Políticas de salvaguarda								
26	Agências Nacionais FUNBIO								
28	Quem somos								
32	FUNBIO na mídia								
35	Diversidade na conservação								
40	Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro								



CARTA DO PRESIDENTE

Resiliência, solidariedade e respostas



José Berenguer

Presidente do Conselho Deliberativo do FUNBIO

Em 2020, previsibilidade e continuidade foram, em muitos momentos, substituídas por agilidade e adaptabilidade. Foi o ano em que a pandemia de covid-19 trouxe desafios inéditos, local e globalmente. Evidenciou, entre outros aspectos, a relação entre equilíbrio ambiental, riscos e oportunidades. Vimos com surpresa as imagens de espécies selvagens retomando espaços urbanos, ouvimos com atenção o alerta de cientistas sobre a proximidade de novos vírus, antes restritos a ambientes silvestres, acompanhamos com entusiasmo a ênfase dada em todo o mundo, por governos e empresas, a energias limpas e ESG (sigla em inglês para ambiental, social e governança), respectivamente. Em meio a tantas incertezas e perdas, houve a necessária reflexão.

Diante da pandemia, o FUNBIO reagiu ágil e serenamente: em questão de dias foi implementado o conceito de *anywhere office*, que permite a todos acesso remoto a dados até então disponíveis apenas no escritório. O regime de trabalho remoto assegurou maior segurança sanitária aos que constituem nosso maior bem: a força de trabalho do FUNBIO. E avaliações iniciais sugerem que os esforços se traduzem em manutenção de produtividade e engajamento.

A aceleração tecnológica impactou também as chamadas de projetos, que passaram a ser feitas quase inteiramente por canais digitais. Também por eles se estenderam novas práticas, entre elas treinamentos à distância, a criação de módulos informativos digitais, assim como a adoção de *lives* para esclarecer dúvidas para possíveis proponentes.

O ano atípico foi caracterizado também pela solidariedade: graças ao apoio excepcional de alguns dos maiores programas sob gestão do FUNBIO, foi possível distribuir EPIs e também alimentos a populações afetadas pela pandemia, entre elas ribeirinhos na Amazônia, pescadores e indígenas. Somente o programa ARPA distribuiu mais de 2,8 mil cestas de alimentos, assistindo um número superior a 160 comunidades. Com isso, foram apoiados grupos que, por conta da covid-19, perderam renda, ou que, de outro modo, teriam que se deslocar até cidades para acessar tais produtos.

No futuro, quando pensarmos no ano que passou, com certeza lamentaremos profundamente as perdas, mas também enxergaremos a resiliência, a solidariedade e a capacidade de respostas que tornam a humanidade tão singular.

PERSPECTIVAS

Conhecimento e lições de um ano atípico



Rosa Lemos de Sá

Secretária-geral do FUNBIO

Neste 2021 celebraremos um quarto de século: 25 anos trabalhando pela conservação do futuro. Um futuro que terá entre suas características a recuperação de um planeta severamente impactado pela pandemia de covid-19 em 2020, ano pontuado também por extremos climáticos em todo o mundo. Para o FUNBIO, essa reconstrução combinará as experiências e o conhecimento acumulados em mais de duas décadas com as recentes lições de um 2020 atípico.

Os próximos passos dessa jornada serão orientados por um cuidadoso planejamento quinquenal, que aprimorará e direcionará nosso trabalho, a fim de proporcionar resultados cada vez mais ágeis e de maior impacto para a conservação da sociobiodiversidade. Novas tecnologias e modos de colaboração e trabalho, parcerias com diferentes segmentos, além do aperfeiçoamento da experiência do usuário, estão entre as oportunidades que merecerão nossa atenção.

Nos anos à frente, executaremos também uma alentadora iniciativa que levará para o Cerrado parte de nossa extensa experiência na Amazônia. O programa COPAÍBAS, apoiado pela Embaixada da Noruega no Brasil, trabalhará em ambos os biomas, em

frontes que incluem a consolidação de unidades de conservação estaduais, a bioeconomia e o apoio a povos indígenas no Cerrado. Ao estimular o uso sustentável da biodiversidade e fortalecer UCs, reconhecidamente um dos meios mais efetivos para a conservação, COPAÍBAS constituirá um significativo passo na construção de uma rede de longo prazo de proteção da savana mais biodiversa do planeta.

COPAÍBAS fortalece também parcerias com estados que têm expressado de modo contundente ideias, projetos e também ações pela conservação ambiental. Entre os exemplos está o Consórcio de Governadores da Amazônia, que deverá em 2021 avançar em sua consolidação como um fórum regional de soluções. As parcerias estendem-se também pela Mata Atlântica, dessa vez em conjunto com o governo da Bahia.

No ano de 2020 prioridades foram reordenadas, abrindo caminho para uma necessária reorganização do mundo. Se nos anos que sucederam a gripe espanhola há relatos de explosão de energia, nossa expectativa é de que, também desta vez, a pós-pandemia seja marcada por uma energética e necessária celebração da vida e da priorização do meio ambiente como pilar para o bem-estar da humanidade.

FUNBIO 25 ANOS

“

O FUNBIO chega aos 25 anos numa sólida e exitosa aliança de inovação, experiência e esforços voltados à conservação. A cada dia, reforça sua capacidade de conectar pessoas, disciplinas e interesses que geram oportunidades e convergem para soluções. Uma instituição voltada para o futuro, atenta ao presente, e que valoriza o passado.”

JOSÉ BERENGUER é presidente do Conselho Deliberativo do FUNBIO

“

O FUNBIO é um exemplo de transparência, eficiência e inovação para outros membros da Rede de Fundos Ambientais da América Latina e do Caribe (RedLAC). Em 25 anos, criou um legado e atuou na promoção de conexões na região, que resultaram em fortes parcerias, transformadas por sua vez em amizade. O FUNBIO alcançou destacado impacto e contribuiu para a maior resiliência das finanças da conservação. Parabéns, FUNBIO!”

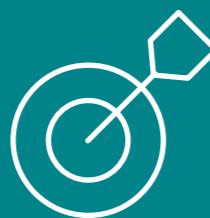
ZDENKA PISKULIC é presidente da RedLAC

“

Sabemos que o FUNBIO tem estrutura para fazer a gestão de grandes projetos e estamos felizes em poder apoiar a instituição em mais uma iniciativa.”

NILS MARTIN GUNNENG é embaixador da Noruega no Brasil

Missão



Aportar recursos estratégicos para a conservação da biodiversidade

Visão



Ser referência na viabilização de recursos estratégicos e soluções para a conservação da biodiversidade

Valores



O FUNBIO é guiado pelos seguintes valores:

- Transparência
- Ética
- Efetividade
- Receptividade
- Independência intelectual
- Inovação

OBJETIVOS E CONTRIBUIÇÕES

As iniciativas de conservação apoiadas pelo FUNBIO contribuem para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), para a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em inglês) e também para a Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB). Neste relatório, as páginas dos projetos trazem os ícones que sinalizam as relações com os ODS, a NDC do Brasil e a EPANB.



Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Em 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) anunciou a adoção por países membros de 17 ODS a fim de proteger o planeta, acabar com a pobreza e garantir a prosperidade para todos. Eles dão continuidade às conquistas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000) e contribuem para o alcance dos que não foram ainda atingidos. O conjunto de medidas vai orientar o Brasil e outros 192 estados membros da ONU nas políticas nacionais e nas atividades de cooperação internacional até 2030.

Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC)

No mesmo ano, o Brasil apresentou sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em inglês), o compromisso do país com o Acordo de Paris. O Brasil se comprometeu a reduzir, até 2025, emissões de gases de efeito estufa em 37% abaixo dos níveis registrados em 2005. E até 2030, em 43% abaixo dos níveis de 2005.

Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB)

A Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB) tem como missão promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, com repartição equitativa de benefícios do uso genético. Foi criada pelo Governo Federal em conjunto com governos estaduais, os setores empresarial e acadêmico e a sociedade civil. Contribui para as metas de biodiversidade do país. Os projetos do FUNBIO contribuem para a EPANB.

OBJETIVOS E CONTRIBUIÇÕES

	1 ERADICAÇÃO DA POBREZA	2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL	3 SAÚDE E BEM-ESTAR	4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	5 IGUALDADE DE GÉNERO	6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	7 ENERGIA LIMPA E ACESSIVEL	8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO	9 INDUSTRIALIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA	10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES	11 CIDADES SUSTENTÁVEIS	12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS	13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DA CLIMA	14 VIDA NA ÁGUA	15 VIDA TERRESTRE	16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES FORTEZAS	17 PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO	18 EPANB
APOIO A UCS													✓	✓	✓		✓	✓
ARPA			✓			✓		✓					✓	✓	✓	✓	✓	
BOLSAS FUNBIO – CONSERVANDO O FUTURO				✓									✓	✓	✓	✓	✓	
CONSERVAÇÃO DA TONINHA														✓		✓		
CONSERVAÇÃO DO MICO-LEÃO-DOURADO								✓					✓	✓	✓	✓	✓	
COPAÍBAS			✓	✓									✓	✓	✓	✓	✓	
EDUCAÇÃO AMBIENTAL			✓					✓						✓		✓	✓	
FUNDO ABROLHOS TERRA E MAR			✓						✓				✓	✓	✓	✓	✓	
FUNDO AMAPÁ			✓										✓	✓	✓	✓	✓	
FUNDO KAYAPÓ			✓					✓					✓	✓	✓	✓	✓	
GEF MAR			✓					✓						✓		✓	✓	
GEF TERRESTRE													✓	✓	✓	✓	✓	
JANELAS DO PARQUE ESTADUAL RESTINGA DE BERTIOGA									✓					✓	✓	✓	✓	
LIXO MARINHO EM SP				✓											✓		✓	
MATA ATLÂNTICA														✓	✓	✓	✓	
PARQUE ECOLÓGICO MICO-LEÃO-DOURADO									✓					✓	✓	✓	✓	
PESQUISA MARINHA E PESQUEIRA								✓						✓	✓			
PRÓ-ESPÉCIES															✓	✓	✓	
PROBIO II			✓					✓	✓	✓				✓	✓	✓	✓	
PROJETO K										✓					✓		✓	
REM MT			✓					✓						✓	✓	✓	✓	
SUZANO		✓						✓									✓	
TCSA PORTO SUL								✓						✓	✓	✓	✓	
TRADIÇÃO E FUTURO NA AMAZÔNIA								✓						✓	✓	✓	✓	
UM MILHÃO DE ÁRVORES PARA O XINGU								✓	✓					✓	✓	✓	✓	
VOLTA VERDE													✓	✓	✓	✓	✓	

FUNBIO 25 ANOS

“

Essa é uma daquelas horas em que a gente sente que realmente está fazendo a diferença e melhorando um pouco o mundo. O apoio para os pós-graduandos do programa Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro será fundamental para eles.”

RICARDO B. MACHADO é D.Sc., Universidade de Brasília, foi membro do Conselho Deliberativo do FUNBIO

“

A palavra de ordem para a construção do futuro do Brasil é diversidade. O FUNBIO é bem-sucedido em sua missão de contribuir com a conservação da biodiversidade, não só porque incorpora a biodiversidade nativa em sua estratégia, mas também porque atua de uma forma diversa, com diferentes projetos e iniciativas, envolvendo uma grande diversidade de parceiros.”

ADRIANA RAMOS é assessora de política e direito ambiental do Instituto Socioambiental e membro do Conselho Deliberativo do FUNBIO

“

O FUNBIO foi criado com recursos do primeiro grande projeto financiado pelo GEF no Brasil. Desde então tem servido como o principal modelo para outros fundos e mecanismos financeiros inovadores em países em desenvolvimento. Em 2015, demos boas-vindas ao FUNBIO como agência implementadora do GEF, indicando a maturidade e a excelência da instituição.”

GUSTAVO FONSECA é diretor de programas do GEF e primeiro vice-presidente do Conselho Deliberativo do FUNBIO

LINHA DO TEMPO



Área restaurada na sede da Associação do Mico-Leão-Dourado, em Silva Jardim, em Silva Jardim, RJ, com o plantio de mudas de espécies nativas. Foto: Luiz Thiago de Jesus/AMLD



Jan.

— Primeira visita em campo para acompanhamento do projeto **Conservação do Mico-leão-dourado**, que, em 2020, restaurou com 20 mil mudas nativas a área de ocorrência da espécie.

— Experimento com **protótipos busca conhecer a real mortalidade do golfinho mais ameaçado do país**. No Rio Grande do Sul, estima-se que os corpos encontrados correspondam a apenas 11% do total das mortes de toninhas.



Comunitárias de São João da Ponta, PA, área beneficiada pelo programa ARPA. Foto: Victor Moriyama/FUNBIO



Fev.

— O Brasil é o quinto país com maior número de inscritos no **curso online sobre Gênero e Meio Ambiente**, lançado em 2018 pelo GEF. O FUNBIO, membro do GEF Gender Partnership, contribuiu para a elaboração do curso, disponível hoje em inglês, espanhol e francês.



Equipe do Grupo de Estudos de Mamíferos Aquáticos do Rio Grande do Sul – GEMARS, parte do projeto Conservação da Toninha, preparando-se para monitoramento aéreo. Foto: Paulo Henrique Ott/GEMARS



Mar.

— A **Associação MarBrasil e o GEMARS**, apoiados pelo projeto Conservação da Toninha, fazem um **monitoramento aéreo para obter dados atualizados e mais precisos sobre a população de toninhas** entre São Paulo e Santa Catarina.

LINHA DO TEMPO

—
Parque Nacional Grande Sertão Veredas, MG/BA (ICMBio) Foto: Marizilda Cruppe/FUNBIO



Abr.

— **O Tropical Forest Conservation Act (TFCA) chega ao fim.** Fruto de uma lei americana que permite a troca da dívida do país por investimentos ambientais, foram 90 projetos na Mata Atlântica, no Cerrado e na Caatinga.

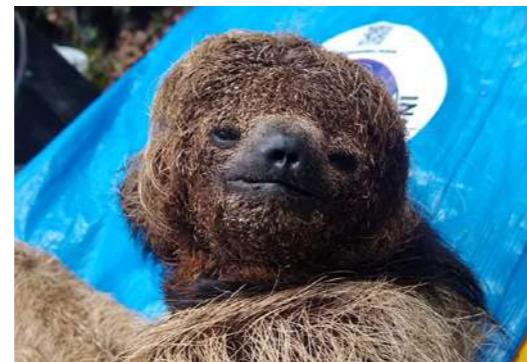
—
Agricultores da APA da Chapada do Araripe, localizada nos estados do Ceará, de Pernambuco e do Piauí. Foto: CEPAN



Mai.

— **O GEF Terrestre seleciona 10 projetos** para atuar na restauração dos biomas Caatinga e Pampa.

—
Preguiça-de-coleira (*Bradypus torquatus*) é um dos temas de pesquisa do Bolsas FUNBIO. Foto: Camila Souto/Arquivo pessoal



Jun.

— **Lançamento da terceira edição do programa Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro**, em parceria com o Instituto Humanize.

— **Início do projeto TCSA Porto Sul**, fruto de um Termo de Compromisso Socioambiental. **O FUNBIO promoverá a gestão ambiental integrada e estratégica na área** sob influência do Complexo Portuário e de Serviços Porto Sul, no Sul da Bahia.

LINHA DO TEMPO

Jul.

— Caminhão de colheita para agricultura na Chapada dos Guimarães, em Mato Grosso, parte do projeto REM MT. Foto: Mariana Galvão/FUNBIO



— Distribuição de cestas de alimentos na Reserva Extrativista de São João da Ponta/ICMBio, uma Unidade de Conservação apoiada pelo programa ARPA, no Pará. Foto: Kayana Kaiamurá



Ago.

— **O GEF Mar viabiliza recursos para compra de alimentos, EPIs e contratação de costureiras para confecção de máscaras nas Unidades de Conservação impactadas pela pandemia em decorrência da suspensão do turismo e da venda de pescado.**

— **O projeto REM MT entrega 71 veículos para o governo e o Ministério Público do estado, a fim de fortalecer a agricultura familiar, a produção sustentável e a fiscalização ambiental.**

— **Em renovada parceria com a ExxonMobil e a Associação Mico-Leão-Dourado (AMLD),** tem início o projeto Parceria para a Implementação do Parque Ecológico Mico-leão-dourado. A iniciativa prevê a construção de um mirante para observação e monitoramento da espécie por visitantes e pesquisadores.

— **O programa ARPA mobiliza cerca de R\$ 1 milhão para ações emergenciais no combate aos impactos causados pela covid-19 em Unidades de Conservação apoiadas.**

— **O projeto Educação Ambiental, parte do TAC Frade, disponibiliza mais de R\$ 1 milhão para alívio dos impactos da covid-19 em comunidades pesqueiras.**

— **O Pró-Espécies, primeiro projeto do FUNBIO como agência implementadora do GEF, adota práticas para viabilizar maior participação feminina, entre elas cuidadoras de crianças durante oficinas.**

— **O REM MT mobiliza recursos e mais de mil cestas básicas para apoiar comunidades indígenas e reduzir o impacto da pandemia.**

LINHA DO TEMPO

—

Bombeiros e CIOPAer treinam combate a incêndios florestais. Foto: Lucas Ninni/GCOM



Set.

— O REM MT apoia ações de combate ao fogo no Pantanal, viabilizando diárias para voluntários, compra de medicamentos, equipamentos e materiais veterinários para espécimes vitimados pelo incêndio.

—

Plantação de milho em Juara, MT. Foto: REM MT



Out.

— O GEF Terrestre avança na comunicação digital e faz seus primeiros fóruns e seminários em formato online para troca de experiências e divulgação de resultados.

— O projeto Pesquisa Marinha e Pesqueira lança uma chamada com foco na conservação e uso sustentável dos manguezais no estado do Rio de Janeiro. Serão distribuídos R\$ 4,8 milhões entre as iniciativas aprovadas.

— Lançamento do podcast “Toninhas: a extinção do golfinho invisível”, o primeiro de ficção ambiental do país.

— O REM MT seleciona 29 iniciativas em duas chamadas: Agricultura familiar e Produção, inovação e mercado sustentáveis. Os recursos totalizam mais de R\$ 40 milhões.

— É anunciado o projeto COPÁIBAS, apoiado pela Noruega, que promoverá a conservação da biodiversidade por meio do estímulo à bioeconomia, da diminuição do desmatamento e de ações de impacto positivo em áreas protegidas e comunidades tradicionais na Amazônia e no Cerrado.

LINHA DO TEMPO

— Viveiro de mudas na APA da Chapada do Araripe, localizada nos estados do Ceará, de Pernambuco e do Piauí. Foto: CEPAN



— Terra Indígena Menkagnoti, entre os estados de Mato Grosso e Pará. Foto: FUNBIO



Nov.

— Equipe do Maqua, da Uerj, apoiada pelo projeto **Conservação da Toninha, comprova**, por meio de fotos, filme e áudio, **a existência de toninhas em Paraty**, Rio de Janeiro.

— O **Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste** (CEPAN), apoiado pelo **GEF Terrestre**, começa a **restauração da Floresta Nacional do Araripe-Apodi**, no Ceará (Caatinga).

— Dois **novos projetos** do **Fundo Kayapó** são iniciados: um fortalecerá a **cadeia produtiva de artesanato indígena**. O outro, **sistemas agroflorestais**.

— **Projeto** apoiado pelo **ARPA** é selecionado como caso de **estudo de gênero** por consultoria do **Banco Mundial** para o **programa Paisagens Sustentáveis da Amazônia** (ARPA).

Dez.

— “Toninhas: a extinção do golfinho invisível” está entre os **50 podcasts de ficção mais ouvidos do país**, no Spotify

— Tem início o projeto **Tradição e Futuro na Amazônia**. Com apoio do programa **Petrobras Socioambiental**, a iniciativa promoverá a **conservação da biodiversidade em Terras Indígenas Kayapó** ao aprimorar sua **gestão territorial** focando na **preservação e na valorização dos conhecimentos tradicionais**.

— O programa **Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro** seleciona **37 pesquisadores** entre mais de **450 inscritos**, um número acima da média dos dois anos anteriores. Entre os aprovados, **67% são projetos feitos por mulheres**.

FUNBIO 25 ANOS

“

Celebramos os 25 anos do FUNBIO ressaltando a importância da sua trajetória para a biodiversidade brasileira. Nosso trabalho em parceria em projetos como o Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro reforça a nossa convicção no poder da capacitação de pessoas que defendam e disseminem ideias transformadoras. Representa, também, o apoio ao fortalecimento da pesquisa no Brasil e a potencialização de ações engajadas com a temática socioambiental – elementos que ajudam a estruturar um caminho mais promissor envolvendo práticas de conservação.”

GEORGIA PESSOA é diretora executiva do Instituto Humanize

“

Há 25 anos, o FUNBIO foi criado com a ousada visão de utilizar ferramentas financeiras e econômicas para a sustentabilidade da conservação ambiental. Hoje, graças a extraordinários líderes do passado e do presente e a efetivas equipes, o FUNBIO tem um significativo espaço no mundo: é uma instituição essencial, que se tornou um exemplo de criatividade e rigor para levar adiante a difícil tarefa de assegurar recursos financeiros para as mais preciosas áreas naturais do Brasil. A Fundação Moore e eu parabenizamos o FUNBIO pelas conquistas.”

AVECITA CHICCHÓN é diretora do programa Andes-Amazônia, Fundação Gordon & Betty Moore

O FUNBIO

O Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) é uma instituição nacional privada, sem fins lucrativos, que trabalha em parceria com os setores governamental e empresarial e a sociedade civil para que recursos estratégicos e financeiros sejam destinados a iniciativas efetivas de conservação da biodiversidade.

Desde o início das atividades, em 1996, o FUNBIO já apoiou 291 projetos que beneficiaram 248 instituições em todo o país.

Entre as principais atividades realizadas estão a gestão financeira de projetos, o desenho de mecanismos financeiros e estudos de novas fontes de recursos para a

conservação, além de compras e contratações de bens e serviços.

O FUNBIO é auditado desde o primeiro ano por auditores externos independentes. Em 2013, instalou também uma auditoria interna. Todos os relatórios foram aprovados sem restrições pelos auditores externos e estão disponíveis no link abaixo:



[ACESSE O SITE DO FUNBIO](#)

COMO TRABALHAMOS

A área de projetos de FUNBIO está estruturada em três unidades:

Unidade de Doações

Projetos financiados por recursos com origem em doações privadas e acordos bi e multilaterais contratados por meio do governo brasileiro.

Unidade de Obrigações Legais

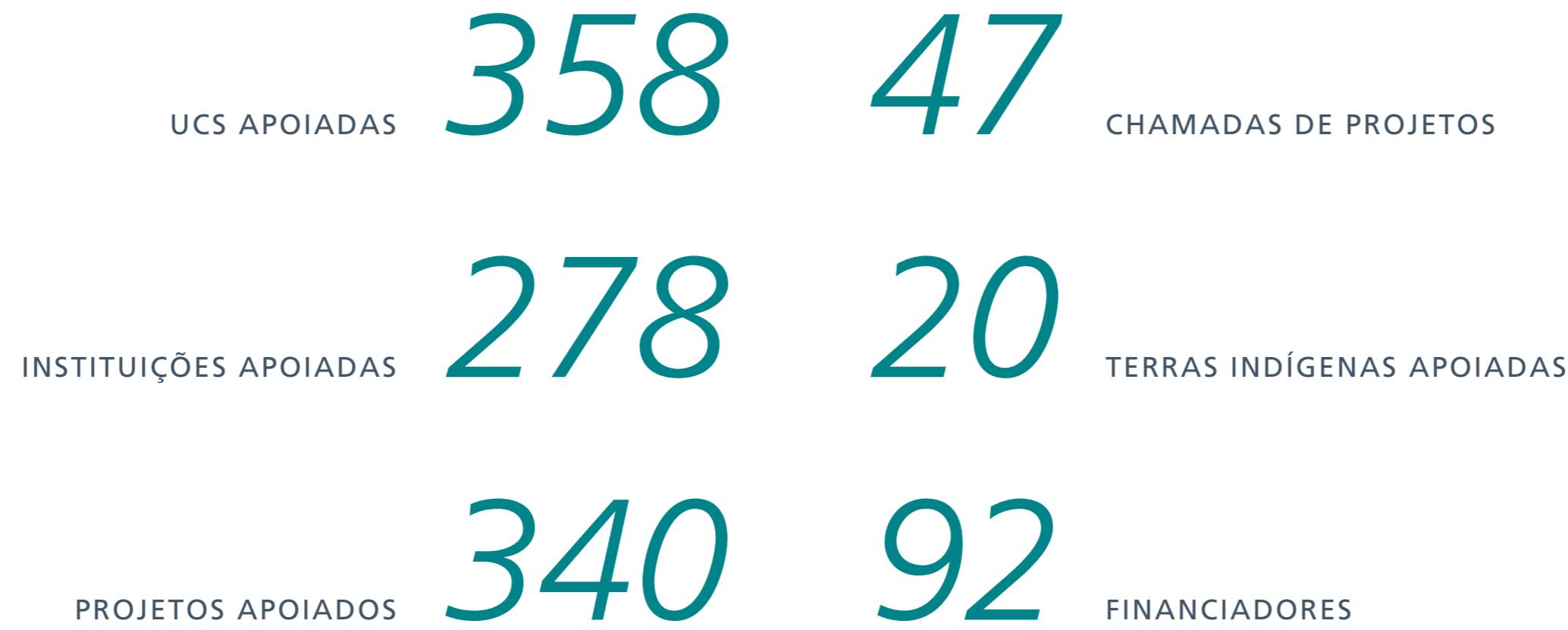
Projetos financiados por recursos nacionais com origem em obrigações legais do setor privado: compensações ambientais e Termos de Ajustamento de Conduta (TACs), entre outros.

Unidade de Projetos Especiais

Diagnóstico do ambiente financeiro e desenho de mecanismos e ferramentas que viabilizam o acesso a novas fontes financeiras



EM NÚMEROS



EM NÚMEROS



FUNBIO 25 ANOS

“

O FUNBIO tem sido um dos mais próximos parceiros na cooperação financeira com o Brasil. Temos colaborado em alguns dos mais proeminentes programas, como o Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA e o REM MT. Apreciamos a contribuição do FUNBIO – agente financeiro profissional com enorme conhecimento técnico e de programas que envolvem doadores internacionais – na implementação de projetos muito bem-sucedidos e no impacto gerado na ponta. Agradecemos pelos primeiros 20 anos de parceria e esperamos estar juntos nos próximos 20! Parabéns!”

JENS MACKENSEN é chefe de finanças para conservação e gestão de recursos sustentáveis para a América Latina do KfW

“

O FUNBIO é a instituição de referência para a conservação da biodiversidade no Brasil. Inovando, criando parcerias, estabeleceu padrões de transparência e eficiência na gestão de recursos estratégicos.”

ADRIANA MOREIRA é especialista sênior em biodiversidade no GEF

“

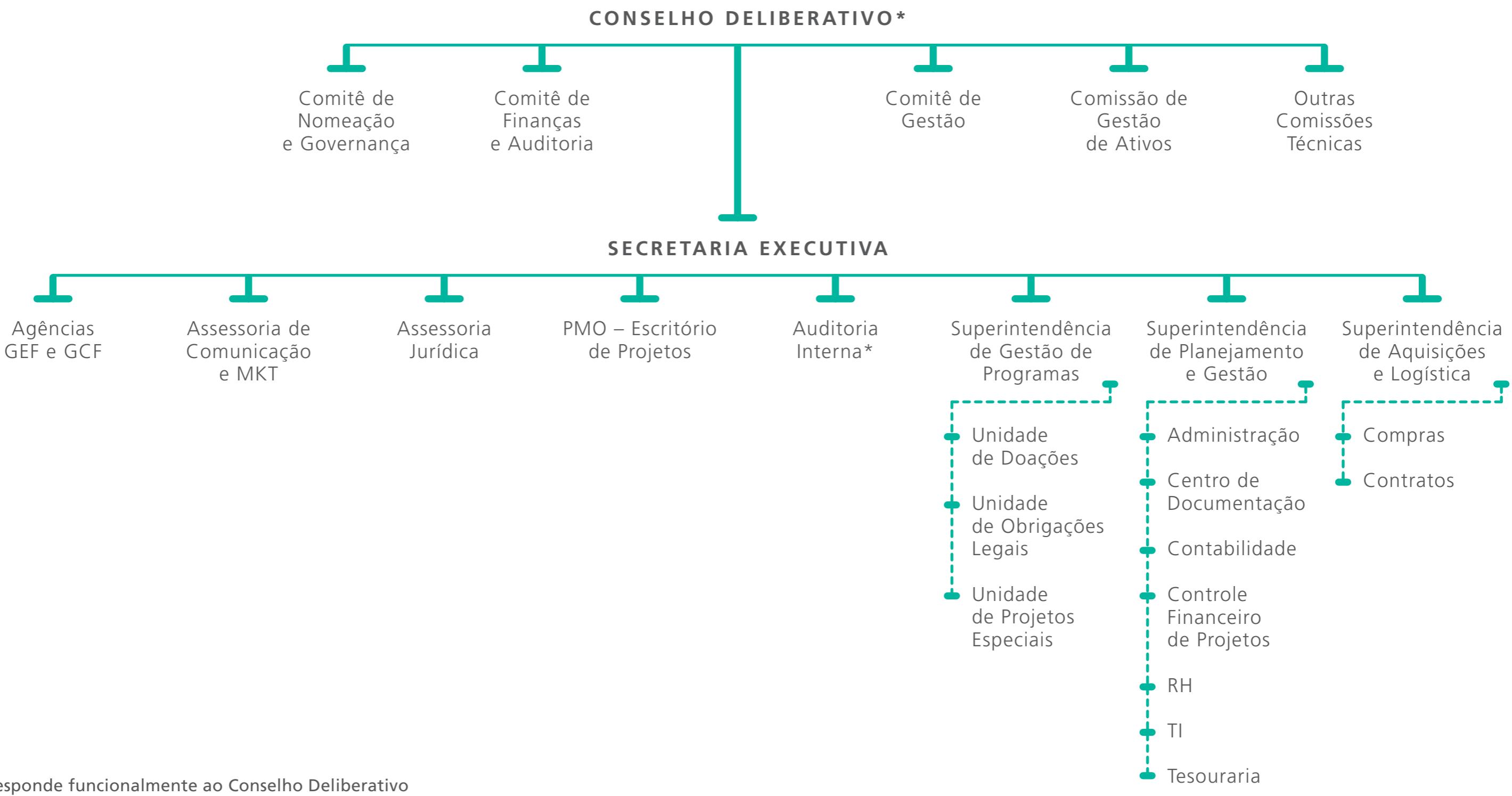
Além de construir propostas para a conservação da espécie, o projeto Conservação da Toninha tem potencializado a construção de relações de diálogo entre pesca e ciência e viabilizado espaços de protagonismo para jovens pesquisadoras, mulheres, mães, que associam suas demandas diárias de luta por um oceano sustentável e saudável para a sua e as demais espécies. O apoio do FUNBIO é essencial para fortalecer as novas gerações da ciência na sua formação técnica, mas também na construção de processos inclusivos para a governança ambiental.”

CAMILA DOMIT é coordenadora do projeto Conservação da Toninha na Área de Manejo II, apoiado pelo Conservação da Toninha

DOADORES 2020

- Anglo American Minério de Ferro Brasil S.A.
- Bahia Mineração S.A.
- Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES
- BP Brasil Ltda.
- Bundesministerium für Umwelt – BMU
- Companhia Siderúrgica Nacional – CSN
- Conservação Internacional – CI-Brasil
- Conservation International Foundation
- Eurofins Foundation
- ExxonMobil Química Ltda.
- ExxonMobil Exploração Brasil Ltda.
- Fonds Français pour l'Environnement Mondial (FFEM)
- Global Conservation Fund
- Global Environment Facility – GEF
- Global Wildlife Conservation
- Gordon & Betty Moore Foundation
- Green Climate Fund – GCF
- Instituto Humanize
- KfW Bankengruppe
- L. Figueiredo Empreendimentos Imobiliários
- Linden Trust for Conservation
- Margaret A. Cargill Philanthropies
- Mava Fondation Pour La Nature
- Natura Cosméticos S.A.
- Norwegian Ministry of Foreign Affairs
- O Boticário Franchising Ltda.
- Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras
- Petro Rio Jaguar Petróleo Ltda.
- Rock World S.A.
- Secretaria de Negócios, Energia e Estratégia Industrial do Reino Unido – BEIS
- Suzano Papel e Celulose
- US Agency for International Development – USAID
- World Bank – Banco Mundial
- WWF-Brasil
- WWF-US

ORGANOGRAMA



GOVERNANÇA

O Conselho Deliberativo (CD) reúne 16 membros dos setores acadêmico, ambiental, empresarial e governamental. Ele é responsável pela direção estratégica do FUNBIO.



PRESIDENTE

José de Menezes Berenguer Neto

VICE-PRESIDENTE

Danielle de Andrade Moreira

SETOR ACADÊMICO

Danielle de Andrade Moreira

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Fabio Scarano

Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS)

Ricardo Machado

Universidade de Brasília (UnB)

Sergio Besserman Vianna

Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro



SETOR AMBIENTAL

Adriana Ramos

Instituto Socioambiental (ISA)

Maria de Lourdes Silva Nunes

Fundação Grupo Boticário

Maria José Gontijo

Instituto Internacional de Educação do Brasil (IIEB)

Valmir Ortega

Conexus



SETOR EMPRESARIAL

Flavio Ribeiro de Castro

FSB Comunicação

José de Menezes Berenguer Neto

JPMorgan

Marianne von Lachmann

Lachmann Investimentos Ltda.

Walter Schalka

Suzano Papel e Celulose



SETOR GOVERNAMENTAL

Eduardo Lunardelli Novaes

Ministério do Meio Ambiente

[a partir de novembro/2020]

Fernando Cesar Lorencini

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) [a partir de setembro/2020]

Homero de Giurge Cerqueira

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) [até setembro/2020]

Luis Gustavo Biagioni

Ministério do Meio Ambiente
[até novembro/2020]

Marcelo Moisés de Paula

Ministério da Economia

TRANSPARÊNCIA

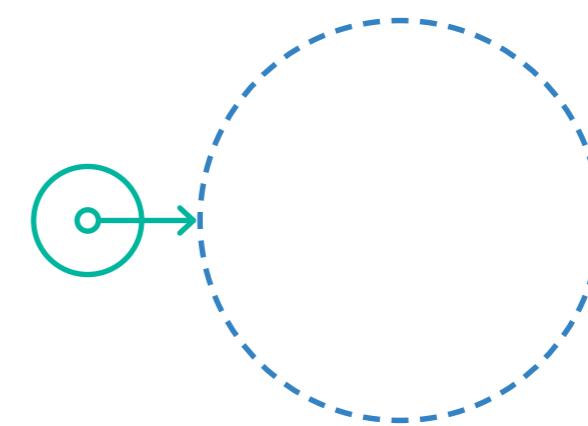
As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e notas explicativas, encontram-se no link:



ACESSE AUDITORIAS

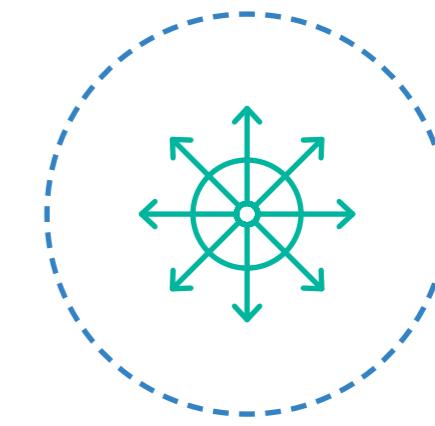
Auditória externa

Desde o primeiro ano de atividades, O FUNBIO é auditado por empresas externas independentes. As demonstrações contábeis, todas sem ressalvas, acompanhadas pelos respectivos relatórios dos auditores independentes e de notas explicativas, estão disponíveis no site do FUNBIO.



Auditória interna

O FUNBIO conta desde 2013 com auditória interna que se aprofunda em aspectos de controle, integridade dos dados contábeis e financeiros. É um instrumento que atravessa todos os níveis da organização, desenvolve adequada relação de trabalho entre as áreas, apoia e promove melhorias nos processos. É referência para a implantação e o engajamento nas melhores práticas de governança organizacional. As demonstrações contábeis, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e notas explicativas, encontram-se no site do FUNBIO.



COMITÊ DE ÉTICA

Criado em 2013, o Comitê de Ética do FUNBIO é constituído por quatro funcionários, responsáveis por desenvolver o Código de Ética, um documento que estabelece normas e é aprovado pelo Conselho Deliberativo. O mandato dos membros é de dois anos, renováveis por mais dois. O comitê também é responsável pelo treinamento anual dos funcionários. Canais para dúvidas e denúncias podem ser acessados pelo site.



[ACESSE O SITE DO FUNBIO](#)

Em 2020, o Comitê de Ética do FUNBIO reuniu-se regularmente para realizar as seguintes atividades:

O treinamento anual em ética, que ocorreu em dezembro de 2020 e contou com a participação dos novos funcionários do FUNBIO. Além de revisar o Código de Ética, a reunião também teve como destaque os conceitos de ética e as práticas internas seguidas pelo FUNBIO.

A avaliação de cinco casos, sendo eles quatro denúncias e uma dúvida. Os canais de denúncia permaneceram disponíveis por todo o ano de 2020 e o tempo médio para o processamento dos casos relatados foi de cerca de três meses.

Os relatórios são disponibilizados no site do FUNBIO no fim do mês de abril de cada ano.

Em abril, Alexandra Leitão, da Auditoria Interna, passou a integrar o Comitê de Ética, após o fim do mandato de Fábio Leite.



MEMBROS DO COMITÊ DE ÉTICA EM 2020

Flavia Neviani Coordenadora
Heloísa Helena Henriques

Alexandra Viana Leitão
João Ferraz

POLÍTICAS DE SALVAGUARDA

Desde 2018, o FUNBIO adota as políticas de salvaguarda do IFC, International Finance Corporation, membro do Grupo Banco Mundial.



[ACESSE AS POLÍTICAS DE SALVAGUARDA](#)



Política de Integração de Gênero



Políticas de Salvaguarda Ambientais e Sociais

PADRÕES DE
DESEMPENHO —
*PERFORMANCE
STANDARDS (PS):*

PS1
Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Socioambientais

PS2
Condições de Emprego e Trabalho

PS3
Eficiência de Recursos e Prevenção da Poluição

PS4
Saúde e Segurança da Comunidade

PS5
Aquisição de Terra e Reassentamento Involuntário

PS6
Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável de Recursos Naturais Vivos

PS7
Povos Indígenas

PS8
Patrimônio Cultural

AGÊNCIAS NACIONAIS FUNBIO

O FUNBIO é a única organização da sociedade civil no Hemisfério Sul credenciada como agência nacional implementadora tanto do GEF quanto do GCF.



GREEN
CLIMATE
FUND

O Fundo Verde para o Clima (GCF, na sigla em inglês) foi estabelecido em 2010 para apoiar projetos de enfrentamento às mudanças climáticas. Desde então, já apoiou mais de 100 projetos, que totalizam mais de USD 2 bilhões. Em 2018, o FUNBIO foi credenciado como agência nacional implementadora do GCF. O FUNBIO,

a Caixa Econômica Federal e o BNDES são as primeiras instituições brasileiras credenciadas como agências implementadoras do GCF no Brasil.



[ACESSE AGÊNCIA GCF](#)



Em 1992, na Rio-92, foi estabelecido o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês), para contribuir para a solução de algumas das maiores pressões sobre o meio ambiente. Desde então, o GEF já destinou USD 21,1 bilhões a mais de cinco mil projetos de conservação em 170 países. Hoje, há no mundo 18 agências implementadoras do GEF, que contribuem para o aumento e a diversidade do portfólio. Em

2015, após criteriosa avaliação, o FUNBIO foi credenciado como agência nacional do GEF. Em 2018, teve início o projeto Estratégia Nacional para a Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção (Pró-Espécies), primeiro projeto da Agência GEF FUNBIO.



[ACESSE AGÊNCIA GEF](#)

FUNBIO 25 ANOS

“

A Tabôa Fortalecimento Comunitário, com apoio de parceiros, ampliou o crédito para aumento da produtividade e qualidade do cacau plantado no sistema cabruca, em que cresce à sombra da floresta, e para sistemas agroflorestais na Bahia. Para ampliar ainda mais os recursos disponíveis para empréstimos, modelos de *blended finance* são estudados para compor fundos de crédito para agricultura com retorno socioambiental.”

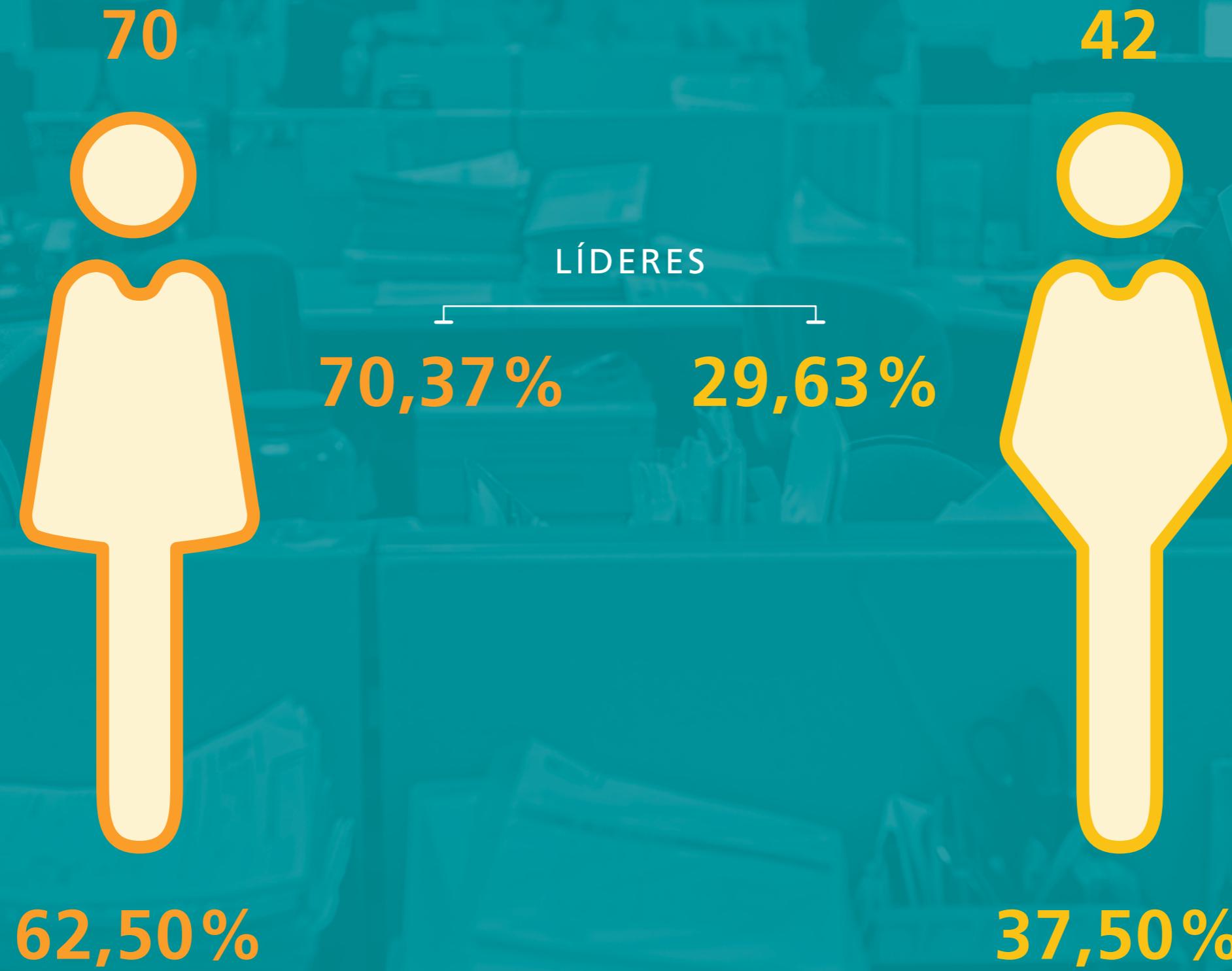
ROBERTO VILELA é diretor executivo da Tabôa, parceira do Fundo de Oportunidades do Probio II, gerido pelo FUNBIO

“

O FUNBIO é um parceiro estratégico do programa de conservação do mico-leão-dourado. É um privilégio trabalhar com uma instituição que entende a complexidade da questão ambiental, tem equipe técnica capacitada e objetivos institucionais na mesma direção. Isso facilita muito o planejamento para o alcance dos resultados e a maximização do uso dos recursos.”

LUIS PAULO FERRAZ é secretário executivo da Associação Mico-Leão-Dourado

QUEM SOMOS*



*A relação inclui funcionários e estagiários que fizeram parte da equipe do FUNBIO em 2020.

QUEM SOMOS

SECRETARIA EXECUTIVA

Rosa Maria Lemos de Sá Secretária-geral

Zeni Pinheiro Assistente

AGÊNCIAS GEF E CCF

Fábio Heuseler Ferreira Leite Gerente

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING

Helio Yutaka Hara Gerente

EQUIPE:

Carlos Atila de Alencar Ximenes

Samira Chain Nascimento

Talissa Silverio Araujo

Thiago Ferreira Câmara

ASSESSORIA JURÍDICA

Flavia de Souza Neviani Gerente

EQUIPE:

Alice Regnier Gomide

Paulo Miranda Gomes

Rafaela Luiza Pontalti Giongo

AUDITORIA INTERNA

Alexandra Viana Leitão

PMO – ESCRITÓRIO DE PROJETOS

Mônica Aparecida Mesquita Ferreira Gerente

EQUIPE:

Thiago da Fonseca Martins

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PROGRAMAS

Manoel Serrão Borges de Sampaio

Superintendente

DOAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Fernanda Figueiredo Constant Marques

Gerente

Ilana Parga Nina Boetger de Oliveira

Gerente

EQUIPE:

Alexandre Ferrazoli Camargo

Andre Luiz Ferreira Lemos

Clarissa Scofield Pimenta

Daniela Torres Ferreira Leite

Dante Coppi Novaes

Edegar Bernardes Silva

Fabio Ribeiro Silva

Fernanda Abduche Correa de Paiva

Estrella

Heliz Menezes da Costa

João Ferraz Fernandes de Mello

Mariana Fernandes Gomes Galvão

Mariana Melo Gogola

Mary Elizabeth Lazzarini Teixeira

Paula Cavalcanti Ceotto

Paula Vergne Fernandes

Pedro Alberto Dantas da Silva

Rodolfo Cabral Costa Gomes Marçal

Thales Fernandes do Carmo

OBRIGAÇÕES LEGAIS

Erika Polverari Farias (*in memoriam*) Gerente

Manuela Mosse Muanis Gerente

EQUIPE:

Ana Helena Varella Bevilacqua

Andre Aroeira Pacheco

Laura Pires de Souza Petroni

Mayne Assunção Moreira

Natalia Prado Lopes Paz Travassos

PROJETOS ESPECIAIS

Andreia de Mello Martins

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Aylton Coelho Costa Neto Superintendente

ADMINISTRAÇÃO

Flávia Mól Machado Coordenadora

EQUIPE:

Cláudio Augusto Silvino

Evellyn de Freitas Lisboa

Marcio de Vasconcelos Maciel

Matheus Duarte Ramos

Vanessa Ravaglia Cohen

Fernanda Luiza Silva de Medeiros



QUEM SOMOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

EQUIPE:

Ana Maria Rodrigues Martins
Jefferson Luis Mattos Jesus
Natália Corrêa Santos

CONTABILIDADE

Daniele Soares dos Santos Seixas

Coordenadora

EQUIPE:

Elizangela da Conceição Santos
Flavia Fontes de Souza
Guilherme Brito da Silva
Julia Lopes Clacino
Mylena Costa Barbosa Milesi
Nara Anne Brito do Nascimento
Suellen Pereira de Freitas
Thais dos Santos Lima

CONTROLE FINANCEIRO DE PROJETOS

Marilene Viero Coordenadora

Mayara do Valle Bernardes de Lima

Coordenadora

EQUIPE:

Ana Paula França Lopes
Camila da Costa Golfetto
Dalissa Granja Villa Nova
Felipe Augusto de Araujo Camello
Felipe Dias Mendes Serra
Juliana Siqueira da Silva Schuler
Luciana Bernardes Natal
Natalia de Barros Silva Mattos
Priscila Ribeiro Larangeira Freitas
Renato Reis Esteves
Ronny Paulo Guimarães Pessanha
Vanessa Guimarães Ribeiro de Barros
Victor Hugo Gatto
Vitor da Silva Vieira

RECURSOS HUMANOS

Andrea Pereira Goeb Gerente

EQUIPE:

Barbara Santana da Silva Chagas
Bruna Gabriella de Oliveira Araujo
Heloisa Helena Henriques

TESOURARIA

Roberta Alves Martins Coordenadora

EQUIPE:

Odara Diniz da Conceição
Roberta Alves Martins
Thais de Oliveira Medeiros

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Vinicius de Souza Barbosa Coordenador

EQUIPE:

Alessandro de Assis Denes
Caroline Cavalcanti de Oliveira Jacobina
Deywid Carvalho Dutra
Igor de Veras Coutinho Soares

SUPERINTENDÊNCIA DE AQUISIÇÕES E LOGÍSTICA

Marcelo Moreira dos Santos

Superintendente

Fernanda Alves Jacintho Rodrigues da Silva Coordenadora de Aquisições e Logística

Suzana Amora Ramos Coordenadora de Gestão

de Contratos, Aquisições e Consultorias

EQUIPE:

Alessandro Jonady Oliveira
Allan da Silva Cabral
Ana Lucia Oliveira dos Santos
Cleyton Oliveira Lima de Souza
Denise Tavares Fernandes da Silva
Flavia Avelar Teixeira
Flavio do Sacramento Miguel
Jeanne Caroline Silva Alves
José Mauro de Oliveira Lima Filho
Luisa Brandt Pinheiro da Silva
Luiza de Andrade Lima
Marcos Pereira da Rocha
Thais Mariano da Silveira de Brito
Vinicius Chavão da Cunha de Souza
Viviane dos Santos da Silva
Viviane Ferreira da Costa
Willian dos Santos Edgard





FUNBIO NA MÍDIA

24.01.2020 | G1

MT recebe R\$ 36,8 milhões de banco alemão por acordo de preservação ambiental



09.02.2020 | Jornal da Paraíba

Pesquisa de doutorado da UFPB tenta envelhecer vinho com madeiras da Caatinga paraibana



03.03.2020 | Veja SP

Ararinhas-azuis chegam ao Brasil nesta terça-feira



03.03.2020 | UOL

Ameaçadas de extinção, dezenas de ararinhas-azuis chegam hoje ao Brasil



20.04.2020 | O Povo

Parque Estadual da Risca do Meio recebe monitoramento submarino



28.04.2020 | Brasil de Fato

Em Pernambuco, 51% da vegetação de caatinga já foi desmatada



29.05.2020 | Vivo Verde

Bolsas FUNBIO 2020 destina R\$ 1 milhão a pesquisas sobre conservação da biodiversidade



06.06.2020 | Meio Ambiente por Inteiro (TV Justiça)

Dia Mundial do Meio Ambiente



25.06.2020 | G1

Governo da Bahia assina acordo para gestão de recursos socioambientais do Porto Sul

FUNBIO NA MÍDIA

29.06.2020 | Folha do Litoral
Suzano lança edital emergencial para apoiar projetos de comunidades



16.07.2020 | Só Notícias
Empaer recebe 58 veículos para atender agricultores em 33 municípios do estado



01.08.2020 | Projeto Colabora
Um viaduto para os micos-leões-dourados



02.08.2020 | G1
Mico-leão-dourado ganha 1º viaduto vegetado do Brasil, uma ponte para o futuro da espécie



23.08.2020 | Portal Amazônia
Florestas de Mato Grosso seguem vigiadas por satélites de alta resolução até 2021



30.09.2020 | Gaúcha ZH
Conheça o cetáceo que visita o litoral gaúcho e é o mais ameaçado do Atlântico sudeste



07.10.2020 | O Eco
Conservando as Aves do Pampa: uma aliança entre conservacionistas e produtores rurais



19.10.2020 | O Globo
Atriz Camila Márdila será protagonista de podcast ambiental de ficção em defesa dos golfinhos



29.10.2020 | O Eco
Conhecimento coordenado para buscar soluções — a conservação da toninha



FUNBIO NA MÍDIA

31.10.2020 | G1

ONG lança podcast ficcional em defesa da Toninha, espécie de golfinho mais ameaçada de extinção



01.11.2020 | O Eco

Podcast apresenta a toninha, golfinho mais ameaçado do país



17.11.2020 | Plataforma

Ararinhas-azuis, extintas na natureza, serão libertadas na natureza em 2021



30.11.2020 | O Fluminense

SG: Meio Ambiente lança Plano Municipal da Mata Atlântica



06.12.2020 | O Eco

Descoberta de golfinhos ameaçados reforça importância da Estação Ecológica de Tamoios



05.12.2020 | O Estado de São Paulo

Golfinho ameaçado é descoberto em Paraty



09.12.2020 | O Documento

Helicóptero ajuda na distribuição de alimentos nas regiões mais distantes do pantanal



DIVERSIDADE NA CONSERVAÇÃO

Neste relatório anual, dois dos pesquisadores apoiados pelo programa Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro contam em primeira pessoa suas experiências com a questão da diversidade em seus trabalhos e carreiras. A eles somam-se as histórias de mulheres à frente de um projeto pesqueiro no estado do Rio de Janeiro e da líder de um grupo fundamental para o conhecimento do mico-leão-dourado.

Desde o relatório anual de 2016 trazemos uma seção sobre questões de gênero, tema de grande relevância para o FUNBIO, interna e externamente: temos uma política de integração de gênero, organizamos capacitações internas e participamos do GEF Gender Partnership, grupo de trabalho que reúne agências implementadoras do GEF em todo o mundo.

“Ter a visibilidade de pessoas bissexuais na academia pode gerar familiaridade para que jovens bi indecisos (não de sexualidade, mas de carreira) possam se ver num doutorado ou no meio científico.”

IGOR DANIEL, Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro

“Já fui chamada de “macaca”, relacionando-me ao meu objeto de estudo. Fico me perguntando: se fosse um pesquisador branco, isso aconteceria?”

MARIANNE BELLO, Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro

“A pescaria é muito vista pelo lado masculino. Quando começamos a pescar em um barco só com mulheres, os pescadores não aceitavam muito. Sofremos muita agressão moral: xingavam, faziam sinal feio, mandavam a gente ir lavar roupa, ver novela.”

MARGARETH JULIÃO, Mulheres Nativas – Cooperativa de Mulheres Produtoras da Pesca Artesanal e de Plantas Nativas da Região dos Lagos

DIVERSIDADE NA CONSERVAÇÃO

O sétimo sentido

Os dias da bióloga Andréia Martins começam às 5h30. É quando desperta, cuida das plantas já acompanhada pelo vira-lata Nino, toma café e, a partir daí, mergulha no universo único dos micos-leões-dourados. Redige diários, planeja rotas, populações que serão visitadas. Até que, às 7h30, passa o carro que a leva a campo. Há 38 anos ela se dedica à espécie, endêmica da região de Silva Jardim, no estado do Rio de Janeiro, e que se transformou num caso de sucesso de conservação. Andréia lidera uma equipe de cinco pessoas. Todos homens.

“Eu acho que tenho sorte porque nunca enfrentei barreiras de trabalho por ser mulher e negra. Na equipe, tem também muita confiança, nos conhecemos desde a infância, somos amigos. Eu digo sempre que peço. Mas, se não fizerem, aviso que mando. E, se fizerem errado, eu brinco que vou contar para as mulheres deles”, diz Andréia, que, de uma carreira inicialmente imaginada no magistério, se voltou para a biologia.

“Da primeira vez que entrei no mato para ver os micos, me senti em casa e disse: é isso que eu quero!” Essa primeira vez foi na adolescência, nos anos 1980. O mato fez a chave virar para a biologia, que a levou a ocupar,

em 1989, a coordenação de campo do Programa de Metapopulação da Associação Mico-Leão-Dourado (AMLD), que viu nascer e onde até hoje trabalha. Chances de migrar para a academia houve mais de uma. Andréia apoia pesquisadores de todo o mundo. Mas a paixão a fez optar pelo campo em Silva Jardim. E permitiu que aprendesse a reproduzir vocalizações dos primatas:

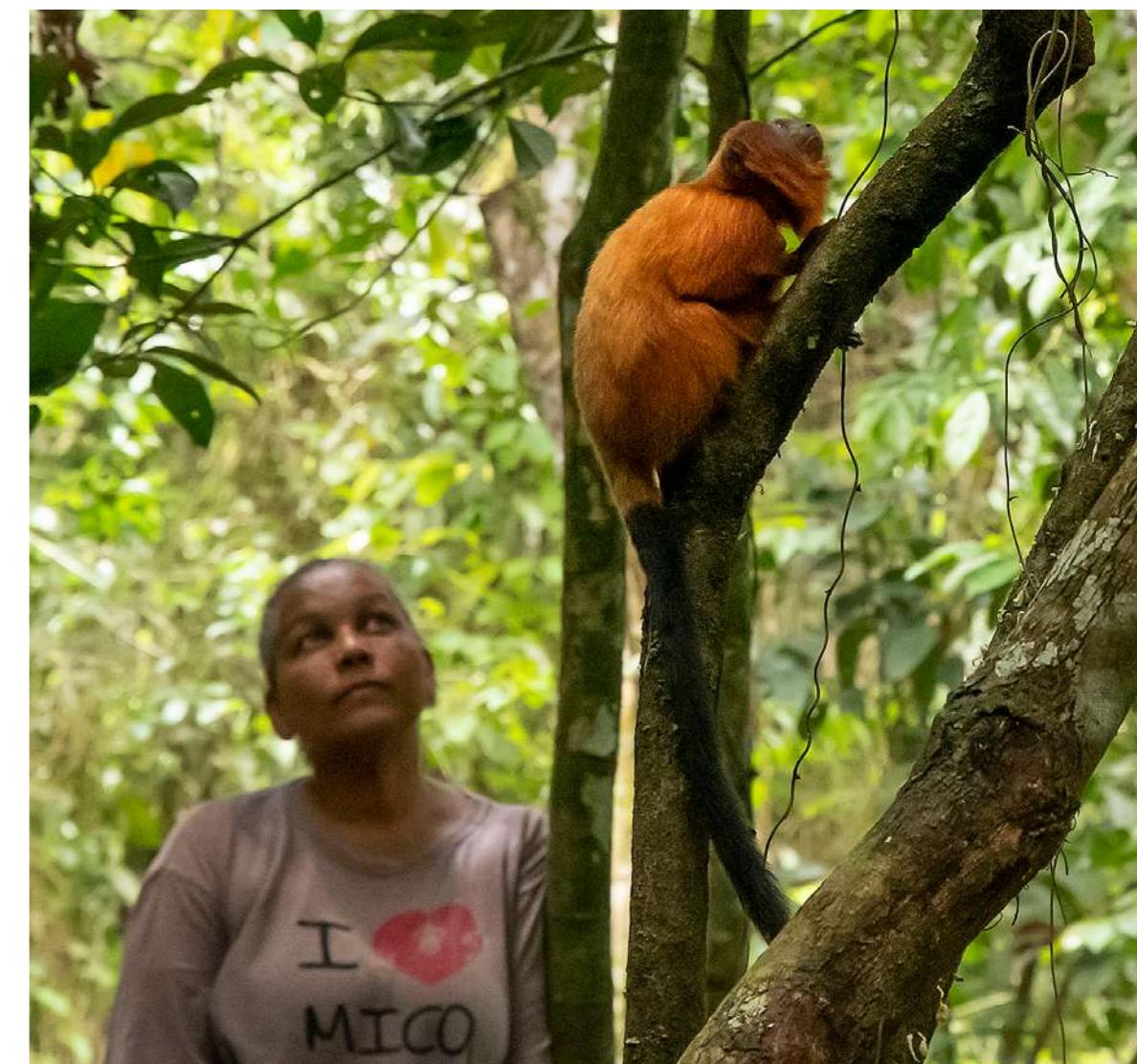
“É uma vocalização longa, para saber se há outros grupos na área”, conta. “Eles respondem, às vezes vêm em minha direção”.

A convivência gerou uma familiaridade única com os animais:

“Não existe outra pessoa com tanto conhecimento e vivência de campo com micos-leões-dourados na natureza. Nenhum cientista ilustre”, diz Luís Paulo Ferraz, secretário executivo da AMLD.

Andréia nasceu em Silva Jardim, onde cresceu “brincando no mato ao lado de casa”. Por lá, contudo, não havia micos-leões-dourados, que ela só conheceu numa aula: a turma desconhecia o ameaçado vizinho e, para conseguir fotos, foi necessário um “trique”: fotografar uma foto e usar a reprodução para ilustrar um trabalho. Era uma época em que a população se aproximava da extinção.

Andréia Martins durante monitoramento de mico-leão-dourado (*Leontopithecus rosalia*). Foto: Sally Foster



Quase quatro décadas depois, ela brinca que já acorda cansada de tanto trabalhar dormindo: seus sonhos são pontuados pelos primatas. Mais de uma vez, sonhou que, em determinado grupo, nasciam filhinhos. E, no dia seguinte, em campo, constatava que o sonho era verdade:

“Eu digo que é meu sétimo sentido, porque o sexto já gastei”, ri Andréia, que relembrava do mico do coração: Micoeca. Um macho resgatado do comércio legal e solto em Silva Jardim. E que adotou Andréia em seu grupo:

“Havia uma fêmea de outro grupo chamada Ritinha. Ela se acostumara a homens e vivia pulando em nossos

ombros. Isso não era bom e nós a afastávamos. Rejeitada, ela passou a nos atacar. E, a cada ataque, lá vinha Micoeca e se colocava entre mim e Ritinha, como um escudo protetor.”

Valente, Micoeca terminou os dias num abrigo, após uma briga violenta com um macaco-prego, que provocou ferimentos incapacitantes.

Pergunto se, após tanto tempo, ela está cansada de ver micos. Depois de um breve silêncio, em voz alta e soridente, Andréia responde: “É ruim, hein! Até férias é difícil tirar. Eu imagino um futuro em que a população deles será viável e as futuras gerações terão a oportunidade de conhecê-los. Sou otimista”.

DIVERSIDADE NA CONSERVAÇÃO

B de biscoito

IGOR DANIEL BUENO ROCHA

Meu nome é Igor Daniel, sou estudante do Programa de Pós-graduação em Ecologia da Universidade de Brasília e meu relacionamento com essa instituição já dura nove anos, entre graduação, mestrado e agora o doutorado. Foi durante meu segundo ano de graduação que me descobri bissexual. Muitas pessoas tacham ou encaram a bissexualidade como uma desculpa para não se assumirem gays ou uma fase de curiosidade e descobertas. Confesso que por vezes eu imaginava isso pra mim mesmo, até entender que tudo bem gostar de homens e mulheres.

A minha sexualidade nunca foi um fator determinante de como as pessoas me veem no meio acadêmico, embora ser homem possa ter contribuído para isso. Vejo, no meio científico, uma desigualdade muito maior entre gêneros do que entre orientações sexuais. Minha personalidade sempre foi o fator que melhor explicou a forma como me tratam na academia. Meu jeito de lidar com a burocracia e o voto de confiança das pessoas me permitiram ser presidente do Centro Acadêmico do curso de Biologia na graduação e, mais tarde, representante discente da pós-graduação no Colegiado

do Programa e no Conselho do Instituto. Também me faço representar como ecólogo, professor, cientista e bissexual no meio político, fazendo minha voz ser ouvida nas frentes em que tenho propriedade de fala: meio ambiente, educação, valorização da ciência e luta LGBTQIA+.

Precisamos de maior visibilidade bi, inclusive na academia. Afinal o “B” da sigla LGBTQIA+ não é de “biscoito”, de “Beyoncé” ou de “Bats”, meus modelos de estudo. Não sou bi porque não me aceito ou porque considero uma fase ou estou em cima do muro. Sou bi porque a dicotomia de sexualidade

não é um fator relevante para a minha preferência. Ter a visibilidade de pessoas bissexuais na academia pode gerar familiaridade para que jovens bi indecisos (não de sexualidade, mas de carreira) possam se ver num doutorado ou no meio científico.



Igor Daniel, apoiado pela terceira edição do Programa Bolsas FUNBIO — Conservando o Futuro. Foto: Acervo pessoal

DIVERSIDADE NA CONSERVAÇÃO

Podemos e queremos ser protagonistas

MARIANNE BELLO

Trabalho de campo certamente é um desafio, mas existem obstáculos que atravessam gênero e raça. Parafraseando Conceição Evaristo, a minha pesquisa é contaminada pela condição de mulher negra. Já fui chamada de “macaca”, relacionando-me ao meu objeto de estudo. Fico me perguntando: se fosse um pesquisador branco, isso aconteceria?

Desde o início, minha capacidade foi colocada em questão. Geralmente me faziam duas perguntas: “Você não tem medo?” As mulheres me indagavam sobre o encontro com homens durante o trabalho e isso me fez pensar como a violência a que estamos sujeitas gera insegurança e medo. Logo, fui instruída a buscar um auxiliar (homem) para “estar mais segura” e percebi que, quando acompanhada, ele é quem era considerado responsável pelo trabalho. Por outro lado, “Você acha que vai conseguir?” era a pergunta feita pelos homens, explicando como eu desenvolveria o árduo trabalho, como se eu não soubesse fazer o que tinha ido fazer.

É comum, em estudos acerca do conhecimento sobre primatas, que as mulheres não sejam vistas como público alvo. Na minha experiência, foi possível perceber uma diferença no acolhimento por parte dos entrevistados. As mulheres falavam sobre assuntos além da pesquisa, contavam histórias sobre a relação com os bugios, como o aviso sobre a chegada das chuvas. Em contrapartida, os homens costumavam responder sucintamente.

Entretanto, os desafios não se limitam ao trabalho de campo. No Brasil, 54% da população é preta ou parda, de acordo com a Pesquisa

Nacional por Amostra de Domicílios, realizada em 2015. Entretanto, apenas 12,8% dos jovens negros de 18 a 24 anos ingressam no nível superior, conforme pesquisa do mesmo ano, pelo IBGE. Na pós-graduação, não tive professoras negras e frequentemente sou a única estudante negra na sala de aula e em eventos acadêmicos.

Visando a inspirar estudantes negros a seguirem a pós-graduação, surgiu a iniciativa Odú, construída por mim, pelo dr. Piatã Marques e o dr. Arildo Dias. A palavra odú vem do iorubá e quer dizer destino/caminho. No culto de Ifá existem 256 odús que cada pessoa pode seguir. Na nossa

Marienne Bello, bióloga e pesquisadora apoiada pela segunda edição do programa Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro. Foto: Acervo pessoal



iniciativa (odu.initiative@gmail.com), queremos facilitar um deles, o caminho da pesquisa.

Ser bolsista FUNBIO forneceu recursos para desenvolver a pesquisa, mas também vejo como um investimento no meu desenvolvimento pessoal e profissional. É fundamental promover a diversidade na ciência e contar essa história é uma oportunidade de mostrar que, para além de objetos de pesquisas, podemos e queremos ser protagonistas.

Marianne Bello é bióloga, mestrandona Programa de Pós-graduação em Ecologia e Evolução da UERJ. O programa Bolsas FUNBIO apoia a pesquisa de campo O silêncio dos inocentes, sobre bugios na Ilha Grande.

DIVERSIDADE NA CONSERVAÇÃO

Mudança de maré*

Também na Ilha Grande, na Região dos Lagos, a covid-19 provocou impactos inegáveis para as comunidades pesqueiras que vivem próximas à Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo. Mas, para quem é mulher, os desafios são imensos e anteriores a qualquer pandemia.

“A pescaria é muito vista pelo lado masculino. Quando começamos a pescar em um barco só com mulheres, os pescadores não aceitavam muito. Sofremos muita agressão moral: xingavam, faziam sinal feio, mandavam a gente ir lavar roupa, ver novela”, conta Margareth Julião, que desde os 15 anos traz seu próprio pescado do mar.

No início, ela pedia ao irmão que a levasse. Mas, com o tempo, começou a chamar uma amiga, depois outra, mais uma. E quando se deu conta já eram pelo menos 10 mulheres avançando de barco sobre o oceano. “Hoje chegamos para pescar e todo mundo fala, cumprimenta, nos respeita. O pessoal diz ‘lá vem o barco das meninas’.”

E por onde vão elas se movimentam e se fortalecem como os cardumes. “Quando sabemos de algum curso, vamos todas. Quando tem reunião, vai todo mundo também”, diz Margareth. E foi nesse espírito coletivo que começaram a produzir um cardápio variadíssimo com o que trazem do mar — de hambúrguer a sorvete de peixe. Em 2017, fundaram a Mulheres Nativas — Cooperativa de Mulheres Produtoras da Pesca Artesanal e de Plantas Nativas da Região dos Lagos. E alugaram uma sede para organizar o trabalho em grupo.

Não que elas tivessem condições financeiras para isso — não tinham. Mas acreditaram no sonho desde o

primeiro minuto. De lá para cá, já ficaram na corda bamba inúmeras vezes, mas sempre deram um jeito de pagar o aluguel da sede para continuar produzindo. Em 2020, finalmente, começavam a ver o dinheiro entrando com mais frequência. E aí veio o balde de água fria em forma de pandemia.

“Tivemos que fechar a cooperativa, desligar nossas máquinas e continuar pagando o aluguel, mas sem renda”, conta Margareth. “Foi quando apareceu a chamada do projeto Pesquisa Marinha e Pesqueira. Foi o nosso respiro de volta. Veio não só para reestruturar a nossa sede, mas também nos dar fôlego para colocar os nossos produtos na rua de novo.”

Pescadora do projeto Mulheres Nativas em Arraial do Cabo, RJ.
Foto: Zenilda Maria da Silva/
Mulheres Nativas



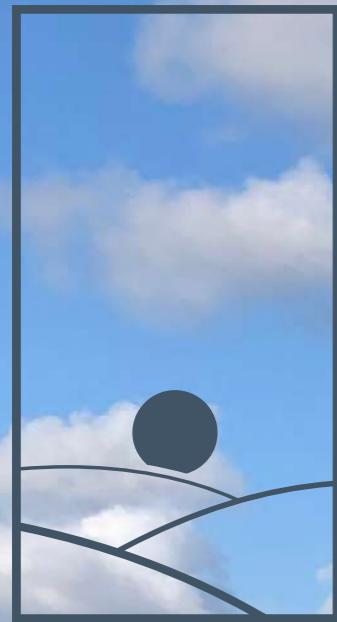
Com o projeto, toda a sede está sendo readequada para que as cooperadas possam continuar o trabalho protegidas da covid-19: serão instaladas divisórias acrílicas, ventiladores, e todas terão seus próprios equipamentos de proteção individual (EPIs). Além disso, uma enfermeira vai coordenar a higienização do local e acompanhar a saúde de cada uma delas. Com a proteção em dia, a ideia é que a cada semana dos próximos seis meses a cooperativa transforme 60 kg de pescado em quitutes exclusivos e renda para as famílias.

Uma consultoria administrativa também pretende garantir e estimular

ainda mais a profissionalização das Mulheres Nativas. Vão colocar de pé um regimento interno e desenvolver um plano de negócios com ações de curto, médio e longo prazo.

“Toda essa reestruturação vai dar condições para que a gente possa voltar a trabalhar juntas. Estamos 100% focadas no projeto. Daqui a seis meses teremos pernas para continuar caminhando”, diz Margareth, animada com o futuro. “O nosso recomeço começa agora.”

* Texto de Bernardo Câmara, originalmente produzido para a newsletter “Linhas do Mar”, do projeto Pesquisa Marinha e Pesqueira.



BOLSAS FUNBIO

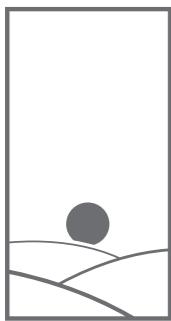
CONSERVANDO O FUTURO



Gabriela Gama,
apoizada pelo
programa
Bolsas FUNBIO –
Conservando o
Futuro, na APA da
Marituba do Peixe,
AL. Foto: Acervo
pessoal

BOLSAS FUNBIO

— CONSERVANDO O FUTURO



BOLSAS FUNBIO
CONSERVANDO
O FUTURO

Em sua terceira edição, o programa Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro recebeu 450 propostas e concedeu um número recorde de apoios desde o lançamento. Com as 37 bolsas em 2020, o programa hoje apoia um total de 97 pesquisas em todo o Brasil, das quais 59 (61%) conduzidas por mulheres. Percentual expressivo, considerando o fato de, no Brasil, mulheres corresponderem a 40% dos pesquisadores com doutorado, segundo levantamento da Fapesp.

Lançado em 2018, o programa conta, desde a primeira edição, com apoio do Instituto Humanize. A cada ano, em 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente e aniversário do FUNBIO, é lançada uma nova chamada. A iniciativa, que apoia pesquisas de campo de mestrandos e doutorandos no Brasil, contribui para a ciência e o conhecimento no país e para a formação de futuras lideranças.

Entre os novos projetos selecionados está uma pesquisa que busca compreender como a comunicação por meio de mídias sociais (interesses e sentimentos públicos) contribui para a governança de áreas protegidas. A pesquisa lançará mão de ferramentas de *big data* e inteligência artificial.

E, ainda, um estudo no Cerrado (ver destaque), sobre a relação entre morcegos e vírus, e a capacidade dos mamíferos de servirem como reservatórios de vírus, com potencial desdobramento sobre a saúde pública. Essa relação vem sendo estudada em diferentes partes do mundo e o trabalho contribui para o preenchimento de uma lacuna de conhecimento no Brasil.

BOLSAS FUNBIO — CONSERVANDO O FUTURO

CAROLINA NEVES SOUZA

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Diversidade Biológica e Conservação nos Trópicos, da Universidade Federal de Alagoas – UFAL
Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro 2020



[CLIQUE PARA VER
E OUVIR CAROLINA](#)



Foto: Acervo pessoal

Inteligência artificial lança luz sobre comunicação e governança de UCs

Na era das redes sociais, todos nos tornamos criadores de conteúdo. E não é diferente em relação a Unidades de Conservação (UCs): gestores são hoje produtores e disseminadores de informação. Em primeira mão, muitas vezes em tempo real, com a capacidade de informar e o potencial de influenciar e envolver. Mas como essa verdadeira revolução digital impacta a percepção que temos das UCs e de sua governança? Esse é o ponto de partida do projeto da bióloga Carolina Neves Souza, doutoranda do Programa de Pós-graduação em Diversidade Biológica e Conservação nos Trópicos, da Universidade Federal de Alagoas.

“Numa primeira etapa, será avaliada a percepção geral do público no Twitter e no YouTube sobre as 334 UCs federais de conservação integral e uso sustentável. O que mais desperta interesse e que tipo de sentimento suscitam (positivo, negativo, neutro). Na segunda etapa, serão coletados dados de seis Parques Nacionais a serem determinados. A ideia é analisar, entre outros aspectos, como a comunicação, o modo como é feita e os canais digitais podem influenciar na participação nos espaços de tomada de decisões”, diz Carolina.

O ineditismo da proposta está no ainda raro uso de *big data* — um enorme volume de informações coletado e analisado por meio de algoritmos — em estudos sobre UCs. Apesar de revolucionarem áreas como o consumo e a medicina — em que a inteligência artificial aprende, por exemplo, a interpretar exames e, desse modo, aprimora diagnósticos —, o setor socioambiental está entre os que menos se beneficiam de novas tecnologias.

Se na primeira fase o projeto trará dados inéditos sobre percepção e sentimento de uma fatia relevante

da população sobre UCs, na segunda responderá a perguntas como “O parque tem um plano de comunicação?”, “Como as ações são comunicadas à comunidade local?”, “As reuniões são abertas ao público?”. O estudo estará centrado nos Conselhos Gestores das UCs e incluirá questionários, análises de registros e entrevistas.

Os resultados permitirão entender quais temas e que tipo de comunicação mais geram engajamento. E como a sensação de pertencimento pode (ou não) resultar numa maior participação, direta ou indireta, de diferentes

segmentos na governança das UCs. Boas práticas que poderão se tornar um referencial para o aprimoramento da comunicação em tempos de redes sociais.

BOLSAS FUNBIO — CONSERVANDO O FUTURO

IGOR DANIEL BUENO ROCHA

Doutorando do Programa de Pós-graduação em Ecologia da Universidade de Brasília – UnB
Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro 2020



[CLIQUE PARA VER
E OUVIR IGOR](#)

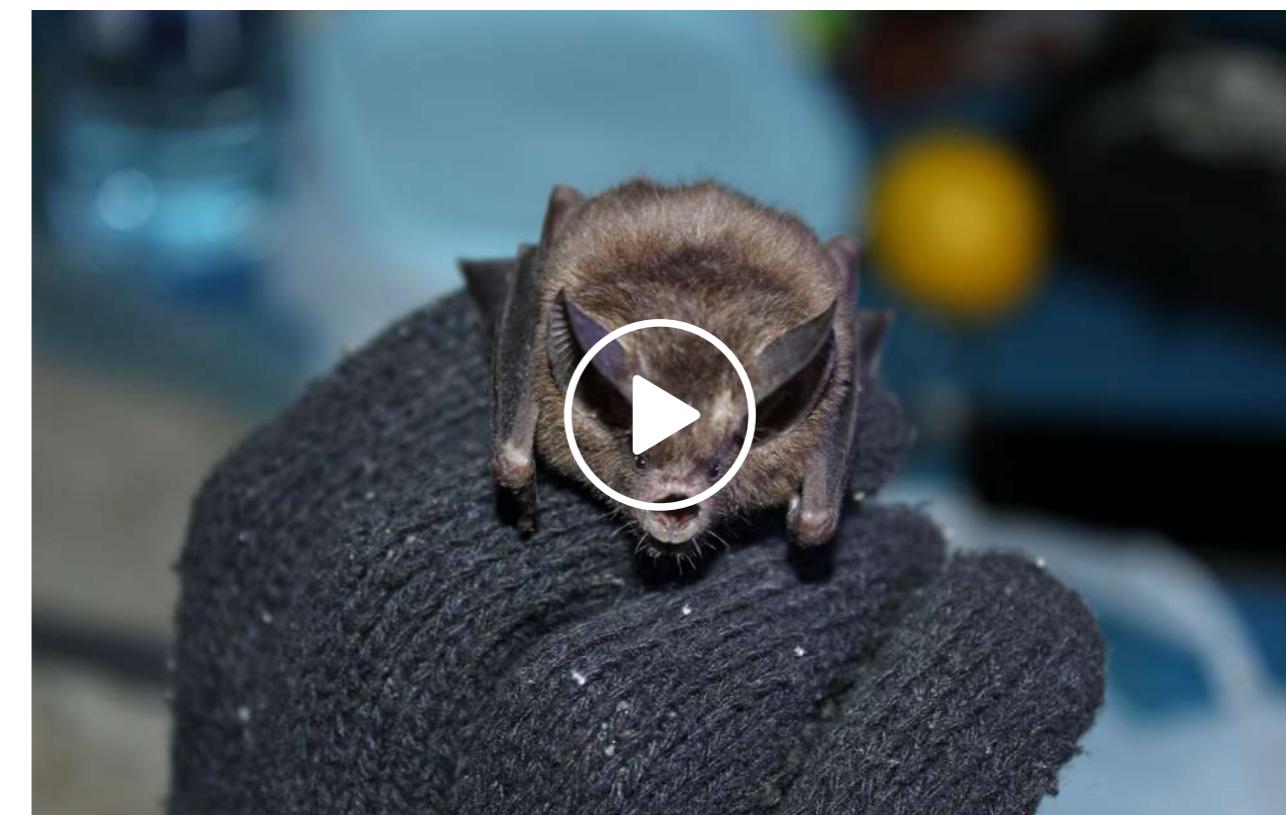


Foto: Acervo pessoal

Estudo avaliará riscos de morcegos do Cerrado como hospedeiros de vírus

Na infância e na adolescência, Batman era o super-herói favorito. Na vida adulta, morcegos de verdade, assustadores para alguns, adoráveis para outros, entraram de vez na vida de Igor Daniel Bueno Rocha. Foi num laboratório da Universidade de Brasília (UnB) que o biólogo mergulhou na vida desses que são os únicos mamíferos voadores, tema do projeto aprovado na terceira edição do programa Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro. No trabalho, ele investigará ao menos oito espécies de morcegos encontradas no Cerrado, potenciais hospedeiros de vírus que podem gerar desafios para a saúde pública.

“Estudos anteriores já encontraram coronavírus em morcegos no Brasil. Como nosso estudo fará metagenômica viral, ou seja, levantamento de material genético de todos os vírus presentes nos morcegos, há chances de achar diversos outros vírus tropicais comuns com potencial epidemiológico. E, mais importante, saber se o SARS-CoV-2 está presente nos morcegos daqui, o que poderia nos fazer inferir que há possibilidade de transmissão do homem para os morcegos também, que seria prejudicial para a conservação das espécies”, diz Rocha, que realiza o trabalho no Laboratório de Biologia e Conservação de Morcegos, sob orientação da professora Ludmilla Moura de Souza Aguiar.

Em todo o mundo, a pandemia de covid-19 aumentou ainda mais o interesse em morcegos, repositórios de vírus que, se teme, tenham potencial do chamado *spillover*, processo pelo qual o micrório se adapta de um hospedeiro a outro — do morcego para um intermediário e desse para o homem.

“Existe uma lacuna de conhecimento no Brasil sobre morcegos e vírus. Aqui, as pesquisas se concentram sobre o vírus da raiva, pelo seu potencial de infectar animais, impactando a pecuária”, diz o doutorando do Programa de Pós-graduação em Ecologia da UnB.

Estima-se em 1,4 mil o número de espécies de morcegos no mundo, 181 das quais no Brasil. Dessas, ao menos 103 ocorrem no Cerrado. Mudanças climáticas e desmatamento provocaram em partes do mundo novas distribuições de populações antes restritas a determinadas áreas. Em alguns casos, o resultado foi uma maior proximidade com o homem, o que gerou um alerta na comunidade científica global pelo risco de *spillover* e de potenciais pandemias.

O trabalho de Rocha, pioneiro no Brasil, ajudará a conhecer quais vírus hospedam morcegos no lado de cá do Equador. Hoje, a maior parte dos

estudos se concentra na Ásia, onde, em algumas localidades, morcegos são consumidos como iguaria — aqui, conta o pesquisador, há registros, porém raros.

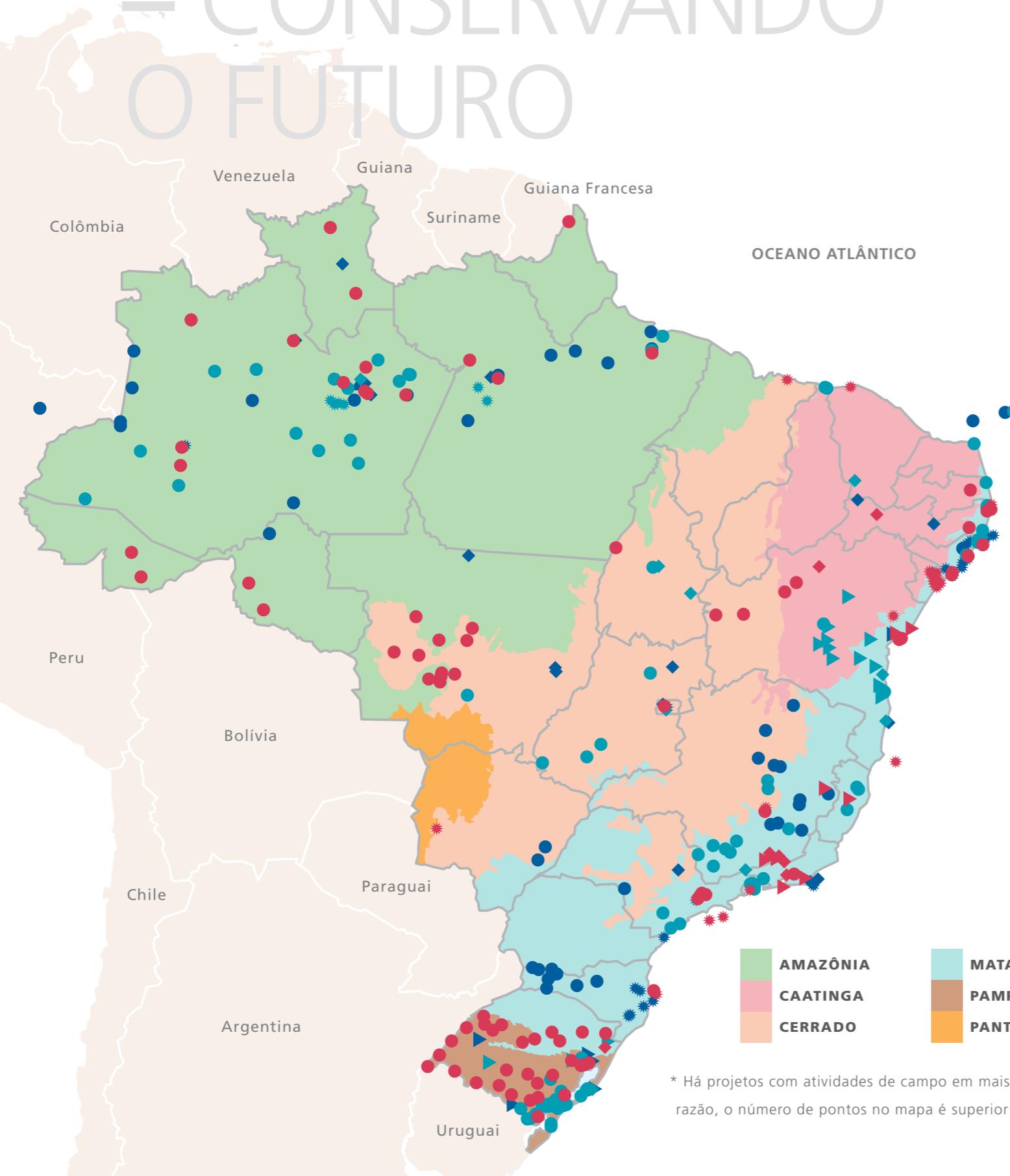
“Além do viés sanitário, meu estudo também tem uma preocupação ecológica. A estratégia de eliminar morcegos indistintamente, como a implosão de cavernas, pode impactar espécies de morcegos ameaçadas, fundamentais, por exemplo, para a polinização”, diz Rocha.

O pesquisador realizará o trabalho de campo em cavernas do Distrito Federal.



BOLSAS FUNBIO

CONSERVANDO O FUTURO



* Há projetos com atividades de campo em mais de um território. Por essa razão, o número de pontos no mapa é superior ao de projetos apoiados.

PROJETOS APOIADOS*



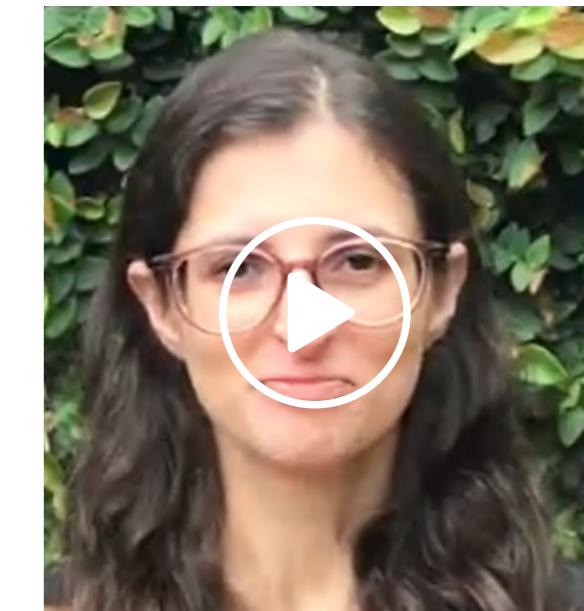
** Em 2019, o eixo temático Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade passou a integrar o eixo Conservação e Manejo Sustentável de Fauna e Flora.

BOLSAS FUNBIO — CONSERVANDO O FUTURO

“

Apoiado pelo Humanize desde a sua primeira edição, o programa Bolsas FUNBIO — Conservando o Futuro é uma iniciativa essencial para a conservação, totalmente alinhada ao nosso propósito de inspirar a transformação de pessoas e territórios, e que, a cada ano, revela dados inéditos que reforçam a riqueza da biodiversidade. Os resultados do programa evidenciam a importância que o fomento à pesquisa tem para assegurar novas gerações engajadas na conservação e no uso sustentável da biodiversidade.”

GEORGIA PESSOA é diretora executiva do Instituto Humanize



BRUNO HENRIQUE DOS S. FERREIRA

Doutorando em Ecologia e Conservação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Nos últimos anos, o aumento desenfreado de incêndios florestais e de suas proporções se tornou uma das principais ameaças a terras indígenas no Brasil. No entanto, quando o fogo ocorre em situações controladas, pode beneficiar a biodiversidade. Não à toa, essa prática faz parte de tradições milenares de povos indígenas. Neste estudo, serão analisados os efeitos do fogo e da inundação do Pantanal na germinação de sementes de diversas espécies. O objetivo é entender quais delas têm potencial para serem utilizadas na restauração do bioma e, com isso, criar um protocolo para o manejo integrado do fogo.

INGRID NAIARA GOMES

Doutoranda em Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Uma das funções das abelhas nativas mais importantes para o meio ambiente é a polinização. No entanto, esse papel foi prejudicado ao longo dos anos por conta da perda de habitat resultante da expansão e do desenvolvimento urbano. Este estudo analisa as interações entre abelhas brasileiras e a vegetação das cidades, para entender como espaços verdes de grandes centros (parques, praças, hortas e jardins) podem contribuir para a redução dos efeitos da urbanização sobre polinizadores.

JULIANA NASCIMENTO NERES

Doutoranda em Ecologia: Teoria, Aplicação e Valores, Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Manguezais são locais para refúgio, alimentação e reprodução de muitas espécies, além de terem inúmeros benefícios para a humanidade. No entanto, problemas como a poluição podem afetar sua produção de clorofila, utilizada também como um indicador de saúde do ecossistema. Neste projeto, imagens de satélite são usadas para avaliar o teor de clorofila e a capacidade de fotossíntese dos manguezais baianos. Com isso, será possível compreender os efeitos de agentes contaminantes nesse ecossistema e fornecer diretrizes para mitigar impactos ambientais.

MÁRCIO PORT CARVALHO

Doutorando em Biodiversidade em Unidades de Conservação, Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ)

O sagui-da-serra-escuro é considerado uma das 25 espécies mais ameaçadas do planeta. Neste projeto, serão estudados a ecologia e o comportamento de todas as populações do primata presentes no Contínuo Cantareira (São Paulo) com o objetivo de gerar informações que apoiem a criação de estratégias para a conservação da espécie.

NATÁLIA DALLAGNOL VARGAS

Doutoranda em Biologia Animal, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

As mudanças climáticas se tornaram uma das principais razões para a extinção de espécies. Na Mata Atlântica, esses efeitos impactarão ao longo dos anos a distribuição geográfica de animais como o sapinho-admirável-de-barriga-vermelha e o sapinho-verde-de-barriga-vermelha. Eles estão entre os anfíbios mais ameaçados do bioma e ainda são pouco estudados. Esta pesquisa compreenderá os locais onde eles habitam e irá comparar a tolerância a temperaturas em diferentes fases da vida para prever os impactos, nessas espécies, das futuras mudanças climáticas.

Unidade de **DOAÇÕES**

- 47 **COPAÍBAS**
- 50 **ARPA**
- 53 **REM MT**
- 56 **TRADIÇÃO E FUTURO NA AMAZÔNIA**
- 57 **FUNDO KAYAPÓ**
- 59 **UM MILHÃO DE ÁRVORES PARA O XINGU**
- 60 **CONSERVAÇÃO DO MICO-LEÃO-DOURADO**
- 61 **PARQUE ECOLÓGICO MICO-LEÃO-DOURADO**
- 62 **GEF TERRESTRE**
- 64 **MATA ATLÂNTICA**
- 65 **PROBIO II**
- 67 **FUNDO AMAPÁ**
- 68 **FUNDO ABROLHOS TERRA E MAR**
- 69 **GEF MAR**
- 70 **LIXO MARINHO EM SP**



COPAÍBAS

Comunidades Tradicionais, Povos Indígenas e Áreas Protegidas nos Biomas Amazônia e Cerrado



Castanha-do-brasil, Reserva Extrativista Chico Mendes/ICMBio, AC. Foto: Victor Moriyamac

A conservação da Amazônia e do Cerrado, dois dos maiores e mais pressionados biomas do Brasil, ganhou em 2020 um importante aliado com o lançamento do projeto COPAÍBAS,acrônimo em inglês de Comunidades Tradicionais, Povos Indígenas e Áreas Protegidas nos Biomas Amazônia e Cerrado. Apoiada pelo Ministério das Relações Exteriores da Noruega e idealizada para ser desenvolvida até 2026, a iniciativa estabelece quatro metas de atuação, consideradas fundamentais para a contenção de atividades que levam à perda da cobertura nativa e se tornam uma ameaça ao clima e ao sistema hidrográfico. Os dois biomas concentram a maior cobertura vegetal no Brasil.

A estratégia traçada leva em conta quatro componentes:

- o fortalecimento do sistema de áreas protegidas do Cerrado;
- o fortalecimento da gestão territorial dos povos indígenas;
- a melhoria da informação disponível ao público sobre a importância das Unidades de Conservação para a redução das mudanças do clima e a conservação da biodiversidade;
- e a melhoria da eficiência econômica das cadeias de valor e dos Arranjos Produtivos Locais dos produtos da sociobiodiversidade.

O planejamento prevê a participação de organizações da sociedade civil

na execução das atividades que forem selecionadas em chamadas de projetos a serem lançadas.

Em julho de 2020, foi assinado o contrato que deu início à primeira fase do projeto, prevista para durar um ano e dedicada à estruturação dos quatro eixos que compõem COPAÍBAS. É uma etapa preparatória, na qual são feitas as análises e os estudos que estabelecem as condições necessárias para que sejam alcançados os objetivos propostos. Nesse processo, são definidas as Unidades de Conservação que serão apoiadas pelo projeto e a contratação de consultores que vão auxiliar a estruturação das estratégias de implementação dos demais componentes.

A primeira meta prevê o apoio a Unidades de Conservação que estão sob gestão estadual no Cerrado. Entre as atividades planejadas estão: a estruturação e melhoria da capacidade de gestão das UCs apoiadas; o fortalecimento do uso público dessas áreas para identificar o potencial turístico e estimular a criação de planos de visitação, com vistas, inclusive, à geração de efeitos econômicos positivos para as comunidades locais; a implementação de iniciativas que definam protocolos de orientação técnica para o manejo integrado do fogo, selecionando as unidades prioritárias; e o estímulo à criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), com a elaboração de planos de manejo.

COPAÍBAS

Reducir o desmatamento e a emissão de gases de efeito estufa por meio de estratégias que contribuam para a conservação da vegetação nativa da Amazônia e do Cerrado e melhorem as condições de vida de populações tradicionais e povos indígenas desses biomas é o principal objetivo do COPAÍBAS.



JUNTOS, OS BIOMAS **AMAZÔNIA** E **CERRADO** CONCENTRAM **90%** DO ESTOQUE DE CARBONO DO BRASIL

PRINCIPAIS EIXOS



CERRADO A SAVANA MAIS BIODIVERSA DO MUNDO

É considerado o **"berço das águas"** por abrigar as nascentes de oito das doze principais bacias hidrográficas do país

6 mil espécies de plantas nativas*
200 de mamíferos*
800 de aves*
180 de répteis*
150 de anfíbios*
1200 de peixes*

Área com **mais de 2 milhões** de km²** Área protegida por Unidades de Conservação: 8,23%

Área remanescente: Desmatamento (entre 2001 e 2019): pouco mais de 30% 282.200 mil km²** — área do tamanho do Equador

1. ÁREAS PROTEGIDAS

- A** Aumentar o número de Unidades de Conservação (UCs) estaduais consolidadas no Cerrado
- B** Incentivar a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs)
- C** Apoiar a gestão territorial e ambiental em Terras Indígenas
- D** Fortalecer populações e organizações indígenas
- E** Apoiar a redução do desmatamento e de emissões de gases do efeito estufa para conter mudanças climáticas
- F** Valorizar a vegetação nativa na Amazônia e no Cerrado

2. INFORMAÇÃO

- A** Informar sobre a importância das áreas ambientais protegidas e a sua relevância para a manutenção dos serviços essenciais, como provisão de água e regulação climática
- B** Informar sobre o potencial de apoio aos meios de vida e produção de povos da floresta por meio do consumo de produtos da sociobiodiversidade

3. BIOECONOMIA

- A** Gerar renda por meio do apoio à estruturação de cadeias da sociobiodiversidade e Arranjos Produtivos Locais (APLs). Potenciais Cadeias de Valor na Amazônia e no Cerrado: castanha-do-brasil, pescados, óleos e resinas vegetais como andiroba, copaíba, látex, açaí, cacau, castanha-de-baru, babaçu e frutas regionais diversas
- B** Melhorar a infraestrutura de produção, processamento, transporte e comercialização de produtos da sociobiodiversidade
- C** Facilitar o acesso à assistência técnica
- D** Promover a participação e a integração das mulheres nas cadeias de valor



COPAÍBAS



Açaí extraído na Reserva Chico Mendes/ICMBio, AC. Foto: Victor Moriyama/FUNBIO

Já o segundo eixo do projeto COPAÍBAS visa a incentivar ações que colaborem com a gestão territorial e ambiental (PGTAs) de Terras Indígenas e o fortalecimento das próprias instituições indígenas. Um processo que será desenvolvido conjuntamente com as associações e lideranças locais, com o intuito de valorizar e reconhecer suas próprias experiências, necessidades e prioridades. Embora o planejamento também inclua atividades na Amazônia, COPAÍBAS identificou a importância de priorizar o apoio aos territórios indígenas localizados no Cerrado. Em 2020, foram iniciados os estudos que definirão os modelos de financiamento e os tipos de projetos a serem apoiados.

A comunicação também terá uma participação importante em COPAÍBAS, com a produção de atividades que estimulem a conscientização da importância da conservação ambiental, especialmente das áreas protegidas (Unidades de Conservação e Terras Indígenas) e da promoção de cadeias produtivas da sociobiodiversidade, como forma de atenuar o aquecimento global e manter serviços ecossistêmicos essenciais ao bem-estar humano, gerando renda para

comunidades tradicionais e povos indígenas.

O último componente é voltado para a promoção do conceito de bioeconomia, um modelo de produção baseado no uso de recursos naturais que reconhece a interdependência da economia e da biodiversidade. O projeto pretende incentivar um olhar para o desenvolvimento inclusivo de cadeias produtivas da sociobiodiversidade, como a da castanha-do-brasil, identificando, por exemplo, oportunidades para melhorias na infraestrutura, no modelo de financiamento e na adoção de práticas recomendadas de produção.

COPAÍBAS também almeja o fortalecimento institucional e da capacidade de gestão de cooperativas e associações locais, assim como o desenvolvimento de arranjos produtivos em que sinergias entre organizações produtivas, empresas, governos locais e outras instituições da sociedade contribuam para um desenvolvimento territorial sustentável e gerem benefícios para as comunidades.

Um dos eixos presentes tanto no Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) como no Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado) fomenta a adoção de atividades produtivas sustentáveis, especialmente as que são desenvolvidas no modelo de economia que privilegia a biodiversidade. A orientação técnica que consta nos planos de ação tem ainda o potencial de gerar renda e melhorar a qualidade de vida de populações tradicionais e povos indígenas, que vivem de forma mais harmônica com a natureza.

Em estudo recente sobre o desenvolvimento da Zona Franca de Manaus, o Instituto Escolhas estimou em R\$ 3,1 bilhões o valor da produção atual da bioeconomia apenas no estado do Amazonas, com potencial de chegar a R\$ 10 bilhões em 10 anos. Tal crescimento corresponderia, segundo o estudo, à criação de 60 mil empregos.



ODS



SUMÁRIO



ARPA

Programa Áreas Protegidas da Amazônia



Maior projeto de conservação de florestas tropicais do mundo, o programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) tem contribuído decisivamente, ao longo dos últimos 18 anos, para a conservação da biodiversidade de uma área equivalente a 15% da Amazônia no Brasil. A iniciativa, que une diferentes esferas governamentais, sociedade civil e setor empresarial, promove a proteção e o uso sustentável de 60 milhões de hectares, com perspectiva de encerramento em 2039, quando os custos das Unidades de Conservação apoiadas deverão ser integralmente assumidos pela esfera pública.

As ações, desenvolvidas em Unidades de Conservação estaduais e federais de nove estados do país, têm a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, com o apoio de doadores nacionais e internacionais, como o governo da Alemanha, por

meio do Banco de Desenvolvimento alemão (KfW); o Global Environment Facility (GEF), por meio do Banco Mundial; o WWF; a Fundação Gordon & Betty Moore; e a Anglo American. A gestão e a execução financeira dos recursos doados são realizadas pelo FUNBIO. O ARPA é referência para iniciativas similares no Peru e na Colômbia.

Em 2020, o ARPA consolidou uma série de iniciativas que permitiram aprimorar a gestão e o controle financeiro das doações, tornando mais ágeis e eficientes as operações desenvolvidas pelos gestores das UCs. Para facilitar o acesso aos recursos liberados, foi adotado um sistema financeiro informatizado em que os repasses realizados e os pagamentos das despesas são feitos com cartões pré-pagos, cobrindo gastos com combustível, alimentação e manutenção de veículos terrestres e aquáticos, com ampliação de rede de fornecedores na Amazônia.

Reserva
Extrativista de São
João da Ponta,
PA. Foto: Victor
Moriyama/FUNBIO

ARPA



PATRICK JACÓ

Analista ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade –ICMBio, Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, PA

“Selecionamos comunidades da reserva usando como critério dificuldade de comunicação e acesso. Além das cestas básicas com alimentação, kit de higiene pessoal e álcool em gel, as famílias contempladas também foram orientadas a como se comportar nessa pandemia e evitar aglomerações.”



Moradores da RESEX do Rio Ouro Preto, RO. Foto: Ricardo Plácido

AÇÕES ANTICOVID

Diante das restrições impostas pela covid-19, o programa ARPA precisou adaptar a sua estratégia de atuação em 2020. Com o isolamento social e a paralisação da economia, foi necessário rever as atividades previstas e inovar para propiciar que as UCs do programa mantivessem suas atividades. Doadores do programa tiveram a sensibilidade de proporcionar ações emergenciais de enfrentamento à pandemia na Amazônia.

Com a aprovação do Comitê do Fundo de Transição, foi direcionado aproximadamente R\$ 1 milhão que seria utilizado pelo programa para o

planejamento de projetos de apoio emergencial às UCs. O avanço do coronavírus representou uma ameaça à segurança alimentar da população atendida pelo ARPA, impedida de comercializar produtos extraídos ou produzidos nas Unidades.

Para colaborar com a segurança das comunidades e dos próprios gestores e de suas equipes, foram organizadas iniciativas como a distribuição de cestas de alimentos; a compra de equipamentos de proteção individual (máscaras, álcool gel, termômetros e tapetes sanitizantes); e a articulação para ajudar quem estava apto

a receber o auxílio emergencial concedido pelo Governo Federal (apoio nas comunidades com o cadastro no sistema do governo e transporte até as agências bancárias para o saque do benefício). Foram mais de cinco mil atendimentos ao longo de 2020.

Outra ação solidária dentro do programa ARPA foi o auxílio ao ICMBio na liberação de recursos para a prevenção e o combate a incêndios florestais e ao desmatamento na Amazônia. Com autorização do CFT, foram disponibilizados R\$ 720 mil para utilização em áreas em situação de emergência.

DIRECIONADO APROXIMADAMENTE **R\$1 milhão** PARA PROJETOS DE APOIO EMERGENCIAL ÀS UCS

6.189

PESSOAS ATENDIDAS
(SEGURANÇA ALIMENTAR)

2.842

CESTAS DE ALIMENTOS
DISTRIBUÍDAS

372

CADASTRO NO AUXÍLIO
EMERGENCIAL DO GOVERNO

276

COLABORADORES
RECEBERAM EPIS

50

COMUNITÁRIOS
APOIADOS COM
TRANSPORTE PARA
SAQUE DE BENEFÍCIO

ARPA



Parque Nacional
do Cabo Orange,
AP. Foto: Victor
Moriyama/FUNBIO

Ainda na gestão financeira, foi concluído o projeto de conta de despesa local, ferramenta que simplifica e dá mais segurança à execução direta de recursos pelas UCs. Outros avanços importantes foram: a informatização do processo de doação de bens; a evolução da plataforma de aquisições; e o aperfeiçoamento de protocolos e análises de processos para contratação de consultorias e solicitação de obras.

Apesar do ano atípico, foi possível realizar ainda duas missões de supervisão do programa Paisagens Sustentáveis da Amazônia (Amazon Sustainable Landscapes – ASL), com a apresentação dos resultados referentes à execução de recursos e ao alcance das metas programadas. Ainda no âmbito do projeto, foi desenvolvida uma parceria para a publicação de um guia de sustentabilidade financeira para projetos de financiamento de longo prazo, aproveitando a experiência do programa ARPA. Ainda em 2020, uma consultoria contratada pelo Banco Mundial selecionou projetos para casos de

estudo de gênero, entre eles um realizado inicialmente em UC apoiada pelo ARPA (na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Igapó-Açu, no Amazonas).

Foi aprovada também a criação de um fundo de contingência com previsão de recursos para cobertura de eventos emergenciais, não previstos pelos mecanismos de segurança e *compliance* institucional.

O FUNBIO também promoveu em 2020 cursos de capacitação para gestores das UCs. Pela primeira vez, um dos treinamentos foi realizado à distância, por meio de plataforma virtual, devido às regras de isolamento social. A iniciativa, que reuniu 25 profissionais, foi uma experiência bem-sucedida, abrindo novas possibilidades para 2021.

Vale destacar ainda, em 2020, a realização de reuniões virtuais do Comitê do Fundo de Transição, que reúne os doadores do programa e o governo brasileiro.



ODS



REM MT

Programa Global REDD Early Movers (REM) – Mato Grosso



Floresta em MT. Foto: José Medeiros/SEMA MT/Divulgação, REM MT

Iniciativa pioneira do governo da Alemanha, o programa REDD Early Movers (REM), que tem a proposta de recompensar países ou estados comprometidos com a conservação da floresta em pé, de modo a diminuir o impacto das mudanças climáticas, apresentou em 2020 um avanço significativo para a conservação ambiental em Mato Grosso.

O estado começou a fazer parte do projeto após ser reconhecido pelos resultados expressivos no combate ao desmatamento, com redução de 90% das áreas devastadas entre 2004 e 2014. Mato Grosso tem importância vital em ações de conservação e desenvolvimento sustentável, por

concentrar em seu território três biomas fundamentais no país, a Amazônia, o Cerrado e o Pantanal.

O REM MT, que iniciou as suas atividades em 2019, é financiado por doações da Alemanha, por meio do Banco de Desenvolvimento alemão – KfW, e da Grã-Bretanha, via Departamento de Negócios, Energia e Estratégia Industrial – BEIS. Nessa parceria, o FUNBIO tem a responsabilidade de ser o gestor operacional e financeiro do programa, enquanto a Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA) realiza a gestão técnica, gerenciando a execução dos quatro subprogramas do REM MT.

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS ESTRUTURANTES

O ano de 2020 representou a consolidação institucional do programa REM MT. Iniciativas desenvolvidas permitiram a continuidade e o aperfeiçoamento da estrutura de combate ao desmatamento, fortalecendo as instituições de fiscalização. Foi assinado, com a empresa responsável pelo monitoramento, via satélite, das áreas devastadas, um aditivo ao contrato firmado em 2019.

O sistema permite a captura diária de imagens em alta resolução e o envio dos dados para uma plataforma

de análise que emite alertas assim que são detectadas ações de desmatamento que atinjam uma área superior a um hectare. Com a transmissão rápida das informações, é possível planejar uma resposta imediata das equipes de fiscalização.

Paralelamente, está sendo aprimorado o sistema de notificação dos ilícitos ambientais entre a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e o Ministério Públco Estadual. O avanço é importante para a execução de medidas de cumprimento de obrigações

de recomposição florestal nas propriedades rurais que são vistoriadas.

O programa também permitiu a ampliação da frota de veículos disponível para as ações de fiscalização realizadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e possibilitou a contratação de um serviço para a remoção de equipamentos e máquinas pesadas apreendidas, como tratores e até um helicóptero, o que contribuiu para descapitalizar os infratores.

REM MT

AÇÕES EMERGENCIAIS CONTRA INCÊNDIOS

As restrições impostas pelo avanço da covid-19 e a devastação provocada pelos incêndios no Pantanal e na Amazônia levaram à adoção de medidas emergenciais pelo REM MT. Um trabalho conjunto do governo de Mato Grosso e do FUNBIO possibilitou a reavaliação dos compromissos assumidos pelo programa e o redirecionamento de recursos para reduzir ao máximo o impacto causado ao meio ambiente e à população indígena.

Em caráter urgente, logo após o início da pandemia, foram desenvolvidas ações de apoio à segurança alimentar dos povos indígenas, com a aquisição e a distribuição de mais de mil cestas de alimentos entre as diversas etnias que vivem no estado. Como medida de segurança, as aldeias estavam isoladas para evitar a contaminação. Em seguida, começaram a ser planejadas com a Federação dos Povos Indígenas de Mato Grosso (FEPOIMT) novas formas de assistência.

Com a aprovação do Banco de Desenvolvimento alemão – KfW, foi autorizado o encaminhamento de R\$ 9 milhões para projetos de apoio ao combate à covid nas terras indígenas, que serão utilizados para a compra de equipamentos de proteção individual, testes de detecção da doença e insumos médicos, além do reforço da segurança alimentar. Serão cinco instituições parceiras que vão atuar conjuntamente com a FEPOIMT.

Bombeiro no combate aos incêndios que atingiram a região da Estrada da Guia, MT. Foto: Mayke Toscano/Secom-MT

Fogo na região do Pantanal, MT. Foto: Mayke Toscano/Secom-MT



APOIO AOS INDÍGENAS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Em outra medida emergencial, o REM MT, com a coordenação da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, conseguiu direcionar aproximadamente R\$ 300 mil para uma série de ações de combate aos focos de incêndios que ameaçavam os biomas Pantanal e Amazônia. Foram disponibilizados cartões pré-pagos para facilitar a aquisição pelos pontos focais locais de materiais de primeiros socorros, insumos médicos, alimentação, água potável, além da infraestrutura necessária para o atendimento aos animais feridos por queimaduras e para o suporte ao trabalho realizado por voluntários e brigadistas.



Entrega de cestas básicas em Territórios Indígenas. Foto: Reprodução/REM MT



REM MT

Trator trabalha em plantação em Colíder, MT.
Foto: Cleverson
Braz Mateus

Plantação de milho em Juara, MT.
Foto: Igor
Murilo

Produtor de bananas José Borges.
Foto: Fátima
da Rosa

CHAMADAS DE PROJETOS

Duas chamadas de projetos lançadas ao longo do ano deram uma nova dimensão a dois subprogramas do REM MT: Produção Sustentável, Inovação e Mercados e Agricultura Familiar e Povos e Comunidades Tradicionais. Os investimentos previstos chegam a R\$ 40 milhões.

O apoio a pequenos agricultores familiares e extrativistas que adotam práticas de uso sustentável dos recursos naturais e reflorestamento, que colaboraram com a redução de emissões de CO₂, virá de 23

projetos selecionados e aprovados pelo FUNBIO. Para tanto, serão disponibilizados R\$ 32 milhões, beneficiando iniciativas que podem levar à transformação de cadeias produtivas de maior impacto no desmatamento em cadeias de baixo carbono e com sustentabilidade ambiental. As ações fazem parte do subprograma Agricultura Familiar e Povos e Comunidades Tradicionais.

Já para o subprograma Produção Sustentável, Inovação e Mercados serão destinados R\$ 8,5 milhões

para seis propostas escolhidas durante a chamada de projetos, que, devido às restrições da pandemia, ocorreu de forma quase totalmente online. A expectativa é que as iniciativas colaborem para garantir a conservação das atuais áreas naturais, implementando modelos sustentáveis de produção e melhorias no manejo florestal madeireiro das cadeias de pecuária, soja e extração florestal. Em 2020, teve início a capacitação das instituições aprovadas nas duas chamadas, que selecionaram 29 projetos.

Em 2020, o programa deu um passo considerável para fortalecer a adoção de práticas sustentáveis e de conservação da biodiversidade em Mato Grosso. Ao longo do ano, foram lançadas duas chamadas de projetos, que resultaram na seleção e aprovação de 29 iniciativas que vão estimular o desenvolvimento sustentável e a preservação da biodiversidade no estado, o maior da Região Centro-Oeste. Os projetos fazem parte de dois dos quatro subprogramas do REM MT, o de Produção Sustentável, Inovação e Mercados e o de Agricultura Familiar e Povos e Comunidades Tradicionais.

As propostas escolhidas, que receberão investimentos aproximados de R\$ 40 milhões, serão desenvolvidas em áreas consideradas prioritárias, em municípios que mantêm alto estoque de carbono e fluxos crescentes ou decrescentes. Na prática, vão contribuir decisivamente para manter a floresta em pé, saudável, como

parte fundamental do ecossistema do país. Mato Grosso conta, atualmente, com 104 Unidades de Conservação, 71 Terras Indígenas e dois Territórios Quilombolas, totalizando 18,1% do território do estado, que mantém aproximadamente 60% da sua vegetação nativa.

Ainda em 2020, mesmo com as adversidades trazidas pela covid-19, foi realizada remotamente a missão de monitoramento do Banco de Desenvolvimento alemão – KfW, que teve como finalidade

acompanhar a evolução e a execução do planejamento previsto para o REM MT. Também no ano passado, o programa avançou na sua estruturação financeira, a fim de tornar mais ágil e simples a execução dos recursos disponibilizados para despesas de valores baixos, facilitando as contratações pelos parceiros locais, principalmente em áreas de difícil acesso em Mato Grosso.



ODS



TRADIÇÃO E FUTURO NA AMAZÔNIA

Confecção de cocar. Foto: Danielle Calandino/FUNBIO



O projeto Tradição e Futuro na Amazônia tem como objetivo contribuir para a gestão territorial e ambiental do povo Kayapó, com a execução de iniciativas que promovam a manutenção da cobertura vegetal dos Territórios Indígenas (TIs), visando à conservação da biodiversidade, à regulação do estoque de carbono e à valorização de conhecimentos tradicionais. O povo Kayapó vive em uma área de florestas protegidas de 10,6 milhões de hectares, entre o Norte de Mato Grosso e o Sul do Pará.

Instituído em 2020, o projeto tem apoio do programa Petrobras Socioambiental e será desenvolvido em parceria com a Conservação Internacional Brasil (CI-Brasil) e as organizações indígenas que representam o povo Kayapó — Associação Floresta Protegida, Instituto Raoni e Instituto Kabu. O FUNBIO é o proponente e executor do projeto, que prevê o aporte de R\$ 5,1 milhões pela Petrobras. A previsão de encerramento é em fevereiro de 2023.

Como parte da estratégia, está prevista a elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da Terra Indígena Menkragnoti. A

proposta é promover a participação das comunidades indígenas na construção de um planejamento que contribua para o protagonismo e a autonomia e a autodeterminação do povo Kayapó em processos de controle territorial, proteção ambiental e uso sustentável dos recursos naturais.

Para isso, serão identificadas as necessidades imediatas dos Kayapó e indicadas atividades que contribuam para o protagonismo, a autonomia e a autodeterminação em processos de controle territorial, proteção ambiental e uso sustentável dos recursos naturais.

O projeto também apoiará ações de capacitação dos povos indígenas, priorizando o engajamento de jovens e mulheres em temas como representatividade, educação, comunicação, gestão de projetos, geração de renda e valorização do conhecimento tradicional. Uma das ideias é incentivar a formação e participação de 650 representantes diretos e mil representantes eventuais em fóruns e instâncias voltadas para a definição ou implantação de ações relativas aos povos e terras indígenas.

Serão realizadas ainda atividades voltadas para educação ambiental de crianças e jovens Kayapó, que colaborem também para o fortalecimento da atuação de professores indígenas, a partir da troca de experiências com educadores em aldeias indígenas.

As metas estabelecidas pelo projeto contemplam ainda levantamento, atualização e monitoramento de dados referentes aos estoques de carbono nos Territórios Indígenas Kayapó. Com as informações reunidas, será possível desenvolver atividades alinhadas com o conceito cada vez mais difundido que considera que as florestas têm mais valor e capacidade de gerar renda quando estão conservadas.

Para colaborar com a segurança alimentar dos povos indígenas, o projeto vai atuar também em ações de capacitação continuada para implementação e fortalecimento de sistemas produtivos sustentáveis, como roças tradicionais e Sistemas Agroflorestais (SAFs) — modelo que combina de forma simultânea espécies arbóreas (frutíferas ou madeireiras) com cultivos agrícolas ou criação de animais.

Assista ao vídeo da indígena Kayapó Kokokrango



Tradição e Futuro
na Amazônia



ODS



SUMÁRIO



FUNDO KAYAPÓ

10

PROJETOS APOIADOS

6

TERRAS INDÍGENAS APOIADAS

12

MILHÕES DE HECTARES BENEFICIADOS

Terra Indígena
Capoto/Jarina,
MT. Foto: Danielle
Calandino/FUNBIO

Prestes a completar dez anos em 2021, o Fundo Kayapó (FK) foi o primeiro mecanismo financeiro de longo prazo a apoiar povos indígenas no Brasil. Nos últimos nove anos, tem atuado intensamente para promover a melhoria da qualidade de vida e contribuir para a maior autonomia do povo Kayapó, que ocupa um território de 10,6 milhões de hectares de florestas primárias e cerrados conservados entre o Norte de Mato Grosso e o Sul do Pará. A área é equivalente a duas vezes o estado da Paraíba.

O Fundo foi constituído para dar suporte, mediante doações, a projetos de organizações indígenas que possam ser desenvolvidos nas Terras Indígenas Kayapó, Menkragnoti, Bau, Badjonkôre e Las Casas, no Pará, e Capoto/Jarina, em Mato Grosso. A proposta é desenvolver atividades que tenham como foco a proteção da biodiversidade e o monitoramento

territorial, a geração de renda por meio de cadeias produtivas sustentáveis e o fortalecimento institucional das associações indígenas.

Nesse período, o FK obteve resultados significativos: nove mil indígenas foram envolvidos em atividades produtivas sustentáveis e dois mil e quinhentos tiveram treinamentos para gestão territorial e ambiental. Ao todo, foram desenvolvidas 86 atividades de gestão territorial e ambiental com a colaboração do Fundo. No apoio ao desenvolvimento de cadeias produtivas, o Fundo Kayapó, juntamente com outros financiadores, também registrou avanços importantes entre 2013 e 2020: a produção de castanha-do-brasil cresceu de 200 para 450 toneladas, elevando a geração de renda de R\$ 400 mil para R\$ 3,2 milhões; a produção de cumaru atingiu no ano passado 24 toneladas, levando à receita de R\$ 1 milhão; e a renda

com artesanato subiu de R\$ 62 mil para R\$ 1 milhão.

Desde o início de sua operação, o FK já realizou três ciclos de apoio a oito subprojetos, selecionados por meio de chamadas de projetos, que foram coordenados por três organizações que representam a etnia Kayapó. São elas: o Instituto Raoni, o Instituto Kabu e a Associação Floresta Protegida, que desenvolvem atividades nos seis Territórios Indígenas localizados em uma área conhecida como Arco do Desmatamento, região amazônica caracterizada por altos índices de desmatamento e conflitos de terra.

Em 2020, o fundo iniciou o quarto ciclo de investimentos e selecionou três novas iniciativas, com investimentos previstos de R\$ 4,2 milhões. Dos três projetos escolhidos, um está em fase final de contratação e os outros dois começaram a ser



FUNDO KAYAPÓ

Produção de artesanato feito pelo povo Kayapó. Foto: Dante Novaes/FUNBIO



Foto: Instituto Kabu

executados pelas instituições indígenas parceiras, reafirmando a proposta de fortalecer a participação dos Kayapó nas fases de planejamento e execução das atividades previstas, consolidando seu processo de autonomia política e econômica. Esse povo indígena é identificado por sua cultura e luta pelo reconhecimento de seus direitos.

O projeto Estratégia Articulada para o Enfrentamento de Crescentes Ameaças sobre o Território Kayapó, no Pará, foi apresentado pela Associação Floresta Protegida (AFP). Entre as ações planejadas estão: contribuir para melhorar a capacidade de proteção dos territórios; desenvolver as cadeias produtivas do agroextrativismo (cumaru e castanha-do-brasil); promover o fortalecimento institucional; e aprimorar as ações de comunicação da AFP.

Para atingir os objetivos, estão previstas a capacitação de 30 agentes ambientais do povo Kayapó, a realização de expedições de monitoramento territorial, a participação de representantes em discussões sobre políticas públicas voltadas aos povos indígenas e a contratação de consultorias para aprimorar a cooperativa COOBÂ-Y e avaliar a cadeia do artesanato e o desenvolvimento da cadeia do cacau.

O Instituto Kabu (IK), por sua vez, foi contratado para executar o projeto Defesa do Território Menkragnoti no Corredor do Desmatamento no Sudoeste do Pará, que pretende aliar o conhecimento tradicional ao técnico-científico, levando em conta o interesse cada vez maior em novas tecnologias e serviços que possam ajudar na proteção territorial e na integridade da cultura Kayapó.

Entre as atividades selecionadas estão: monitoramento da contaminação de peixes por mercúrio no Rio Pixaxá; treinamento de jovens indígenas para o uso da plataforma MapBiomass, com o Google Earth Engine; capacitação para coleta, tratamento, armazenamento e comercialização de sementes nativas; introdução de energia solar nas aldeias; e capacitação de jovens para produção de conteúdo audiovisual.

Já o projeto Mẽ Anodjá, indicado pelo Instituto Raoni (IR), tem por objetivo contribuir para a proteção dos Territórios Indígenas Capoto/Jarina e Menkragnoti, no Pará e em Mato Grosso, especificamente de suas populações, costumes de vida e recursos naturais, visando à geração de renda e à valorização das florestas. Serão desenvolvidas também ações

para o empoderamento de mulheres e jovens, buscando o fortalecimento institucional do IR.

Na proposta elaborada, são descritas atividades como capacitação de novos brigadistas indígenas, com aquisição de equipamentos de proteção contra incêndios florestais; implantação de Sistemas Agroflorestais para o aprimoramento das roças tradicionais frutíferas; estruturação de unidades de beneficiamento de farinha; apoio a coleta, beneficiamento e comercialização de sementes de cumaru; capacitação de lideranças femininas em administração, legislação, oratória e argumentação; treinamento de jovens e mulheres em temas como geração de renda, segurança alimentar, educação ambiental, políticas públicas; construção da memória Kayapó e direitos humanos.

O Fundo Kayapó foi estabelecido a partir de doações realizadas pela Conservação Internacional Brasil (CI-Brasil), com recursos do Fundo de Conservação Global (GCF, na sigla em inglês), e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com recursos do Fundo Amazônia. O FUNBIO é o gestor financeiro.



UM MILHÃO DE ÁRVORES PARA O XINGU



Clerizia B. Farias Pantaleão beneficiando sementes de tingui. Foto: Tui Anandi/ISA

O projeto Um Milhão de Árvores para o Xingu ganhou um novo estímulo para ampliar as atividades de reflorestamento executadas em Mato Grosso, que reúne em seu território três biomas importantes do país, Amazônia, Cerrado e Pantanal. Em maio de 2020, foi estabelecida mais uma meta para fortalecer a conservação ambiental no estado da Região Centro-Oeste: o plantio, até março de 2022, de mais 215 mil árvores na cabeceira do Rio Xingu.

Resultado de uma parceria entre o FUNBIO, a Rock World (Rock in Rio) e o Instituto Socioambiental (ISA), a iniciativa vem cumprindo os objetivos estabelecidos desde 2016. Da meta inicial, que previa o plantio de um milhão de árvores, o projeto já chegou, ao longo de três anos, ao número de 1,32 milhão de espécies nativas da Amazônia cultivadas em uma área de 276 hectares, no Xingu.

Desde o seu início, há quatro anos, o projeto conta com o apoio de um aliado fundamental: a Associação Rede de Sementes do Xingu (ARSX), que já forneceu 25 toneladas de sementes de 86 espécies nativas da Amazônia. Para

a nova meta, foram encomendadas, no ano passado, mais cinco toneladas de 91 espécies, entre elas pente-de-macaco, pinho-cuiabano, peroba-damata, tamarindo e pequi do Xingu. A maior parte das sementes já está disponível para o plantio.

Além de contribuir para a restauração florestal, o projeto colabora para o fortalecimento da Rede de Sementes do Xingu. Com a venda de sementes, a associação consegue gerar renda para mais de 600 coletores, entre indígenas, agricultores familiares e extrativistas da região. Para o plantio das espécies nativas, é utilizada uma técnica de restauração conhecida como muvuca, considerada mais econômica e eficiente, em que as sementes, misturadas, são lançadas diretamente no solo, crescendo em ciclos diferentes e daí obtendo maior aproveitamento.

O novo apporte no projeto Um Milhão de Árvores para o Xingu foi de R\$ 1 milhão, com recursos doados em campanhas promovidas pelo Rock World (Rock in Rio), no âmbito do projeto socioambiental da empresa, o Amazonia Live.



CONSERVAÇÃO DO MICO-LEÃO-DOURADO

Parceria: Restauração Florestal para a Conservação do Mico-leão-dourado



Desmatamento anterior ao início das ações de reflorestamento do projeto. Foto: Luiz Thiago de Jesus/AMLD

Após plantio de mudas, restauração no berço dos micos-leões-dourados no Rio de Janeiro apresenta considerável avanço. Foto: Luiz Thiago de Jesus/AMLD

Uma importante iniciativa para a proteção do mico-leão-dourado (*Leontopithecus rosalia*) atingiu um de seus objetivos em 2020. Em agosto, terminou a etapa de monitoramento do processo de restauração florestal executado em uma região de 14 hectares no município de Silva Jardim, uma das áreas remanescentes para o desenvolvimento, no Rio de Janeiro, da espécie que desde a década de 1960 se encontra na lista de animais ameaçados de extinção no Brasil.

Para colaborar com o futuro da espécie, foram plantadas, em 2019, 20 mil mudas de 66 espécies nativas da Mata Atlântica, entre elas cedro-rosa, aracá e palmito-juçara, na Fazenda Igarapé, sede da Associação Mico-Leão-Dourado (AMLD), executora do projeto Conservação do Mico-leão-dourado. Com recursos doados pela ExxonMobil, a iniciativa teve a gestão financeira do FUNBIO. Ao longo de 2020, técnicos

acompanharam o desenvolvimento das mudas, realizando ações de manutenção e reposição de espécies. A restauração florestal permitirá a criação de corredores verdes que vão fazer conectividade física entre áreas de fragmentos florestais que servem de habitat para o mico-leão-dourado. Parte da área plantada, inclusive, está localizada numa das extremidades do primeiro viaduto ecológico do país, construído sobre a rodovia federal BR-101 para ligar a Reserva Biológica de Poço das Antas à Área de Proteção Ambiental Rio São João/Mico-leão-dourado, em Silva Jardim.

A aproximação de grupos isolados que vivem em diferentes fragmentos florestais vai contribuir para a variabilidade genética da espécie, diminuindo o cruzamento entre parentes, e, dessa forma, os efeitos causados pela consanguinidade, ajudando na conservação do mico-leão-dourado.



Viveiro de mudas, em Silva Jardim, RJ. Foto: Helio Hara/FUNBIO

NDC



ODS



8 TRABALHO DE CENTE



13 AÇÃO CONTRA



15 VIDA TERRESTRE



17 PARCERIAS PARA

PARQUE ECOLÓGICO MICO-LEÃO- DOURADO

Parceria para a Implementação do Parque Ecológico Mico-leão-dourado



Fêmea de mico-leão-dourado (*Leontopithecus rosalia*) com filhotes. Foto: Andréia Martins/AMLD

Para dar continuidade às ações de proteção a uma das espécies mais ameaçadas do país, teve início em agosto de 2020 um segundo projeto realizado com recursos de doação da ExxonMobil, com gestão financeira do FUNBIO para a conservação do mico-leão-dourado.

O projeto apoiará a implementação do Parque Ecológico Mico-leão-dourado, na Fazenda Igarapé, onde foi executado, também em 2020, o processo de restauração florestal com 20 mil mudas de espécies da Mata Atlântica, no município de Silva Jardim, no Rio de Janeiro.

A Fazenda Igarapé, sede da Associação Mico-Leão-Dourado, executora do projeto, tem uma posição estratégica para a estruturação de atividades de conservação da espécie, que vive exclusivamente numa porção específica da Mata Atlântica. Localizada na bacia do Rio São João, a área escolhida para o futuro parque mantém fragmentos de florestas que servem de habitat para o mico-leão-dourado, além de estar próxima à Reserva Biológica de Poço das Antas, no Rio de Janeiro, onde a espécie também pode ser encontrada. Aliás, esta é região do estado em que há registros da presença do mico-leão-dourado no Brasil.

Como parte da estratégia, o novo parque apostará no turismo ecológico, com a consolidação de estruturas de apoio à visitação pública. Os recursos doados ajudarão na implantação de infraestrutura para recepção do público e para operacionalização de ações de segurança. O ponto alto

do novo parque será a construção de um deque, a ser utilizado como ponto de observação do mico-leão-dourado.

Do deque ecológico será possível avistar o viaduto vegetado, o primeiro do país, construído sobre a rodovia BR-101, que ligará o novo parque à Reserva de Poço das Antas. O ponto também poderá ser usado por cientistas e técnicos para monitorar o fluxo de micos-leões-dourados entre as duas áreas de conservação ambiental. O contato entre grupos que vivem em diferentes ambientes é considerado um fato importante para a reprodução saudável da espécie, devido ao intercâmbio genético.

Outra proposta do projeto é incentivar o engajamento dos visitantes em ações de preservação do meio ambiente e de proteção ao mico-leão-dourado, promovendo atividades de comunicação, sejam presenciais ou desenvolvidas por meios digitais.

A iniciativa inclui ainda a continuidade da manutenção das 66 espécies de mudas de Mata Atlântica plantadas, em 2019, pelo projeto Restauração Florestal para a Conservação do Mico-leão-dourado. As atividades de restauração florestal são vistas por especialistas como uma contribuição significativa para a conservação do ecossistema da bacia do Rio São João, colaborando para a melhora da qualidade da água e do ar que abastece parte da população do Leste Fluminense.

NDC



ODS



GEF TERRESTRE

Estratégias de Conservação, Restauração e Manejo para a Biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal



Monumento Natural do Rio São Francisco.
Foto: FAPESE

Recuperar áreas que foram degradadas, proteger espécies que estão ameaçadas e apoiar a criação e o fortalecimento da gestão de Unidades de Conservação (UCs). Esta é a estratégia de atuação do projeto GEF Terrestre para promover a conservação da biodiversidade na Caatinga, no Pampa e no Pantanal, biomas que apresentam graves riscos para a manutenção da sua cobertura vegetal nativa no Brasil. Instituída em maio de 2018, a iniciativa será implementada até maio de 2023 com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), via Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Os três biomas apoiados pelo GEF Terrestre são os que apresentam menor representatividade no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), criado pela Lei Federal 9.985/2000, com a proposta de reunir normas e procedimentos que permitam às esferas pública (municipal, estadual e federal) e privada criar, implantar e fazer a gestão de UCs. Entre os

objetivos: garantir a conservação da diversidade biológica, promover o desenvolvimento sustentável e proteger comunidades tradicionais, seus conhecimentos e sua cultura. Dados do SNUC mostram que o Pampa tem 2,9% de áreas protegidas, o Pantanal 4,6% e a Caatinga 9%.

Para alcançar as metas estabelecidas, em 2020 foram lançadas quatro chamadas de subprojetos para a recuperação de áreas degradadas na Caatinga, no Pantanal e no Pampa. Cinco projetos foram aprovados ao longo do ano e já estão em execução para apoiar as seguintes UCs: Área de Proteção Ambiental Chapada do Araripe, no Ceará, no Piauí e em Pernambuco (bioma Caatinga); Parque Nacional da Chapada Diamantina, na Bahia (Caatinga); Reserva Particular do Patrimônio Natural Sesc Pantanal, em Mato Grosso (Pantanal); Área de Proteção Ambiental do Ibirapuitã, no Rio Grande do Sul (Pampa); Parque Estadual do Espinilho, no Rio Grande do Sul (Pampa) e Reserva Biológica

Em meio à paisagem espetacular pontuada por cânions que ladeiam o rio imortalizado em livros e filmes, o Monumento Natural (MONA) do Rio São Francisco (AL, SE, BA) sofre também com a degradação e o baixo conhecimento sobre a fauna local. Com apoio do GEF Terrestre e uso de armadilhas fotográficas, foram iniciados diagnóstico e avaliação do risco de extinção. As imagens, inéditas, já flagraram o ameaçado jaguarundi, além do veado-catingueiro e do cachorro-do-mato (foto).



GEF TERRESTRE

“

Para nós, ambientalistas e dirigentes de entidades que lutamos há muito tempo para aumentar as políticas públicas em favor da preservação ambiental, o projeto GEF Terrestre inaugura uma nova fase para a Caatinga. Ele nos abre uma perspectiva para contribuir com a preservação dos recursos naturais do bioma. A biodiversidade da Caatinga precisava de uma iniciativa que viesse mudar sua perspectiva de preservação, por isso temos a certeza que o GEF Terrestre terá um importante papel nesse sentido.”

JOAQUIM ARAÚJO DE MELO NETO é coordenador do projeto Furna Feia: Recuperação de Áreas Degradadas e Apoio à Sustentabilidade Local, executado pela Organização Sertaneja dos Amigos da Natureza (SOS SERTÃO)



APA do Ibirapuitã,
RS. Foto: PORVIR

do Ibirapuitã, no Rio Grande do Sul (Pampa).

Ao todo, os cinco subprojetos selecionados pelo GEF Terrestre em 2020 vão contribuir para a recuperação de quase dois mil hectares em UCs de seis estados do Brasil. O número chega aproximadamente a seis mil hectares, se forem contabilizadas as áreas atendidas pelas sete iniciativas selecionadas nas duas chamadas de projetos lançadas em 2019, mas que só em 2020 foram contratadas e começaram a ser executadas. Dos 12 subprojetos, três são desenvolvidos no Pampa, um no Pantanal e oito na Caatinga.

Ainda em 2020, sete planos de recuperação de áreas degradadas foram elaborados para UCs da Caatinga e do Pampa. Os documentos contêm a identificação das áreas degradadas em cada Unidade de Conservação, as causas e a definição

de diretrizes e estratégias para a sua recuperação, além de indicar os locais que devem ter ações prioritárias de restauração ambiental. As UCs beneficiadas com os planos de recuperação foram: Parque Nacional da Furna Feia (Rio Grande do Norte); Floresta Nacional do Araripe-Apodi (Ceará); Monumento Natural do Rio São Francisco (Alagoas, Sergipe e Bahia); Parque Estadual Caminho dos Gerais (Minas Gerais); Área de Proteção Ambiental Chapada do Araripe (Ceará, Piauí e Pernambuco); e Área de Proteção Ambiental do Ibirapuitã (Rio Grande do Sul).

O GEF Terrestre também promoveu em 2020 três oficinas virtuais, organizadas por uma consultoria contratada pelo projeto, que reuniu especialistas de cada bioma, para a elaboração de mapas com indicações de áreas prioritárias para restauração na Caatinga, no Pantanal e no Pampa. Os encontros procuraram definir

os critérios e as variáveis que seriam utilizados na produção dos documentos que podem auxiliar, futuramente, na formulação de políticas públicas que incentivem a recuperação ambiental de regiões degradadas.

Também em 2020, o projeto realizou dez treinamentos e seminários de intercâmbio, com mais de cem participantes, para capacitação e troca de informações e experiências visando à execução dos projetos de recuperação das áreas degradadas.

O GEF Terrestre tem o FUNBIO como executor financeiro e parcerias com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ) e órgãos estaduais ligados à gestão ambiental, sob a coordenação técnica do Ministério do Meio Ambiente.

“

O GEF Terrestre e o FUNBIO trouxeram uma oportunidade de preencher lacunas do conhecimento e colocar em evidência uma agenda prioritária de restauração para a Caatinga. Os projetos aprovados terão a possibilidade de gerar modelos pioneiros e dar os primeiros passos para a estruturação da cadeia produtiva da restauração em um ecossistema em que a capacidade e os recursos humanos para trabalhar com esse tema são incipientes. Em outras palavras, essa talvez seja a melhor oportunidade que o semiárido brasileiro tem para estruturar atividades essenciais e estratégicas para a construção de uma agenda longeva e permanente de restauração.”

SEVERINO RIBEIRO é coordenador dos projetos de restauração na APA da Chapada do Araripe e na FLONA do Araripe-Apodi, do Centro de Pesquisas do Nordeste – CEPAN

NDC



ODS



15



17



EPAN

MATA ATLÂNTICA

Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica



Mosaico Lagamar, SP/PR. Fotos: Rodolfo Cabral/ FUNBIO

O bioma Mata Atlântica é um dos *hotspots* mundiais, ou seja, uma das áreas mais ricas em biodiversidade (e também mais ameaçadas) do planeta. Segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA), na Mata Atlântica estão reunidas 20 mil espécies de vegetais, 850 de aves, 370 de anfíbios, 200 de répteis, 350 de peixes e 270 de mamíferos.

Além disso, vivem no bioma cerca de 120 milhões de pessoas, o equivalente a 70% da população do Brasil. No entanto, o bioma, que originalmente se estendia por 1,3 milhão de km², hoje possui apenas 12,4% da sua cobertura original, sendo 8,5% localizados dentro de áreas protegidas.

Nesse cenário, o projeto Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica tem como objetivo contribuir para a conservação da biodiversidade e recuperação da vegetação nativa na Mata Atlântica, com ênfase nas regiões dos mosaicos do Extremo Sul da Bahia (BA), Central Fluminense (RJ) e Lagamar (SP/ PR), contribuindo para a redução e adaptação aos impactos das mudanças climáticas.

Criado em 2015, o projeto faz parte da Iniciativa Internacional de Proteção do Clima (IKI), por meio da Cooperação Brasil-Alemanha para o Desenvolvimento Sustentável. O FUNBIO é o gestor dos recursos e responsável pelas contratações indicadas pelo Ministério do Meio Ambiente, executor das ações planejadas para reverter a degradação ambiental na Mata Atlântica.

As ações do projeto se estruturam em quatro objetivos específicos:

- 1) Estabelecer instrumentos de planejamento territorial;
- 2) Desenvolver estudos econômicos para recuperação da vegetação nativa;
- 3) Melhorar a infraestrutura e elaborar instrumentos chave de gestão de Unidades de Conservação, além de apoiar medidas para recuperação da vegetação nativa; e
- 4) Facilitar a troca de informações e experiências entre parceiros nos níveis municipal, estadual e federal, bem como na sociedade civil, otimizando assim o desenvolvimento e a implementação de iniciativas de conservação e recuperação da Mata Atlântica.

Ainda em 2020, houve a conclusão da elaboração de Planos Municipais da Mata Atlântica (PMMA) em municípios dos mosaicos Central Fluminense e Lagamar, cujos resultados vão contribuir no planejamento de ações para proteção, conservação, recuperação e uso sustentável das áreas de Mata Atlântica. Também no ano passado, foram finalizados os estudos estratégicos de análise econômica da cadeia produtiva da recuperação da vegetação nativa, além da definição de uma estratégia para aumentar os recursos financeiros disponíveis para restauração das áreas degradadas.

NDC



ODS



13



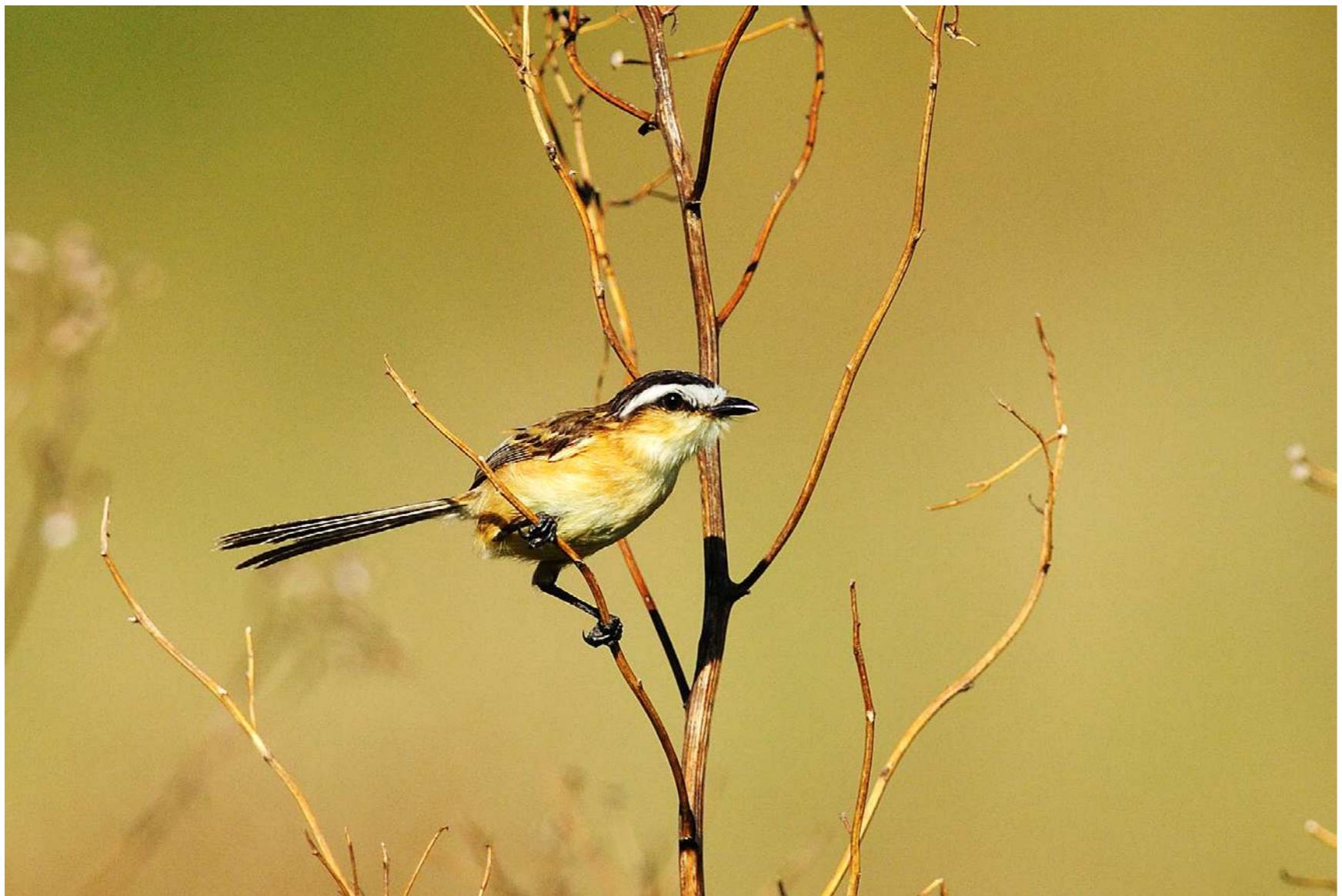
15



17

PROBIO II

Fundo de Oportunidades do Projeto Nacional de Ações Integradas Público-privadas para Biodiversidade



Ave Papa-mosca-do-campo no Pampa.
Foto: SAVE

O Fundo de Oportunidades do Projeto Nacional de Ações Integradas Público-privadas para Biodiversidade – Probio II é uma iniciativa que mobiliza e estimula setores produtivos a adotarem práticas de conservação e uso sustentável de seus recursos naturais nos biomas Amazônia, Mata Atlântica e Pampa. Elaborado e gerenciado pelo FUNBIO, o fundo é um mecanismo financeiro que conta com a participação do setor privado em busca de soluções inovadoras para a conservação ambiental, com recursos doados pelo Global Environment Facility (GEF), por meio do Banco Mundial.

Criado em 2014, o fundo foi estruturado para dar continuidade às ações do Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para Biodiversidade – Probio II. Desde então, teve como estratégia o apoio a oito iniciativas, sendo sete já finalizadas e uma ainda em execução. As ações apoiadas têm o objetivo de priorizar a biodiversidade em áreas produtivas de larga escala com múltiplas atividades econômicas, da pecuária à agricultura, passando por extrativismo e manejo florestal.

Em 2020, foram executadas as últimas atividades do subprojeto Conservação da Biodiversidade Aliada à Produção Agropecuária do Bioma Pampa, no Rio Grande do Sul. Implementado pela SAVE Brasil, em parceria com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e a Alianza del Pastizal, a iniciativa buscou conter e reverter o processo de conversão de campos nativos do Pampa em atividades agrícolas, como o cultivo de grãos (soja, por exemplo), ou em silvicultura (reflores-

tamento com espécies exóticas). Com as ações desenvolvidas, buscou-se fomentar e valorizar a pecuária baseada em áreas originárias do Pampa, por meio da melhoria da produtividade e rentabilidade da produção.

O projeto apoiou a adoção de um modelo de financiamento combinado (*blended finance*), criando linhas de crédito para os pecuaristas por meio do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). Em contrapartida, os recursos do Fundo de Oportunidades foram destinados à assistência técnica dos produtores, que foram capacitados para obterem os melhores resultados com o emprego de práticas sustentáveis de produção. Até 2020, 11 haviam aderido ao financiamento concedido pelo BRDE.

Cento e oitenta propriedades rurais beneficiadas pelo projeto foram certificadas pela Alianza del Pastizal, que atesta a prática da pecuária desenvolvida em campo nativo alinhada à conservação da biodiversidade. Um selo emitido pela entidade assegura a origem e a qualidade da carne produzida, constituindo um importante indicador para o consumidor e um estímulo à competitividade no mercado brasileiro.

O monitoramento da avifauna presente nos campos sulinos do Pampa foi outra contrapartida importante do Fundo de Oportunidades. O acompanhamento da conservação da biodiversidade foi realizado por meio do Índice de Conservación del Pastizal (ICP), desenvolvido pela Alianza. Após dois anos de levantamento em 40 propriedades certificadas, que somam



PROBIO II

Cacau aberto no Assentamento Serra de Areia, em Ibirapitanga, BA. Foto: Acervo/Taboa



Produção de mel.
Foto: Acervo/Taboa

40 mil hectares em 12 municípios do Pampa gaúcho, foram encontradas 259 espécies de aves, das quais 78 são campestres. Esse total corresponde a 80% das espécies de aves campestres que ocorrem regularmente no Brasil. Nessas mesmas áreas, foram registradas 14 espécies de aves ameaçadas ou quase ameaçadas de extinção em escala global e/ou regional.

Com apoio do FUNBIO, ao final da iniciativa, foi realizado um vídeo, que pode ser visualizado no [canal do YouTube da SAVE Brasil](#), para ressaltar a viabilidade de execução de práticas sustentáveis de produção aliadas à conservação ambiental do Pampa — no país restam apenas 35% de sua área original. No vídeo, são apresentados os resultados do subprojeto para a conservação ambiental, chamando a atenção para o monitoramento das espécies ameaçadas.

Ainda em 2020, o Fundo de Oportunidades manteve o apoio ao subprojeto Fortalecimento da Agroecologia – Circuitos de Comercialização, executado pela Taboa Fortalecimento Comunitário, que tem como finalidade o incentivo à produção e comercialização do cacau cabruca (cultivado à sombra de árvores da Mata Atlântica) e da meliponicultura (criação de abelhas sem ferrão), em localidades no Sul da Bahia. Como parte da estratégia, são desenvolvidas atividades para a implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs) e para a manutenção da cobertura florestal nativa em cabrucas, método mais sustentável que evita o uso intensivo de capitais e produtos agroquímicos, e sem a mecanização da produção.

O subprojeto tem apoio financeiro da Porticus, do Instituto Ibirapitanga, do Instituto Humanize e do Instituto Ara-pyaú. Em contrapartida, recursos do Fundo de Oportunidades são destinados ao fortalecimento da produção sustentável, ao incentivo à capacitação técnica dos produtores e ao beneficiamento e à comercialização de produtos da agricultura familiar e agroecológica.

Uma das entidades apoiadas é a Rede Povos da Mata, uma articulação com mais de 700 famílias cadastradas, formada por agricultores familiares, agricultores assentados por reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas, que pratica a certificação orgânica participativa de produtos agrícolas e seus derivados. No programa Probio II, as atividades, em 2020, foram voltadas para a assistência técnica na produção, no beneficiamento e na comercialização do cacau cabruca, com a realização de oficinas, de visitas a agricultores e dias de campo — atividades práticas em formato de mutirão organizadas para divulgar a importância de adoção de determinadas tecnologias e inovações nos manejos agroecológicos.

O subprojeto Fortalecimento da Agroecologia – Circuitos de Comercialização também apoia o acesso a linhas de crédito a agricultores familiares, em um modelo de financiamento combinado com a Taboa Fortalecimento Comunitário. Os recursos do FUNBIO são utilizados para o fortalecimento da gestão do agricultor e para a assistência técnica à produção, principalmente nos Sistemas Agroflorestais em que a cabruca está inserida. Já estão sendo beneficiados quatro assentamentos ligados à Rede Povos da Mata. A meta é melhorar as

estruturas de beneficiamento da amêndoia do cacau e a formação de novas lavouras do cacau cabruca.

No assentamento Dois Riachões, o acesso a uma nova linha de crédito vai colaborar para o aumento do beneficiamento do cacau de qualidade e para a formação de novas pequenas lavouras. Nesse espaço, os novos cultivos farão parte de um projeto piloto para determinar, entre outros pontos, o custo de produção e o tempo de retorno dos investimentos realizados. São informações técnicas que podem ajudar na captação de novos financiadores.

Para implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs), foram selecionadas quatro áreas nos assentamentos Dois Riachões, Dandara, Terra de Santa Cruz e Demétrio Costa, em Serra Grande. O manejo da cultura do cacau cabruca com as técnicas indicadas vai possibilitar a recuperação de áreas degradadas e a melhora da fertilidade do solo, tornando a produção mais eficiente e sustentável.

Também em 2020, teve início o monitoramento técnico para identificar a presença de aves e do mico-leão-de-cara-dourada (*Leopardus crysomelus*) em áreas produtivas do cacau cabruca, como forma de avaliar a conservação dos ecossistemas locais. No primeiro levantamento, realizado entre março e junho, foram avistadas 43 espécies de aves no assentamento Terra de Santa Cruz; e 25 espécies de aves no assentamento Dois Riachões. O monitoramento será repetido em 2021.



ODS



5 IGUALDADE DE GÉNERO



6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO



12 CONSUMO PRODUTO RESPONSÁVEL



13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA CLIMÁTICA



17 PARTNERSHIP PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



FUNDO AMAPÁ

Colaborar com a manutenção e promover a consolidação das Unidades de Conservação (UCs) municipais, estaduais e federais e das Terras Indígenas (TIs) do Amapá, estado que tem boa parte de seu território protegido, representativo do bioma Amazônia e considerado o estado mais preservado do Brasil. Este é o objetivo do Fundo Amapá, uma parceria entre o FUNBIO, a Fundação Gordon & Betty Moore e a Conservação Internacional Brasil (CI-Brasil), que tem como apoiador financeiro o Global Conservation Fund (GCF), da Conservation International (CI).

Lançado em 2015, o Fundo Amapá tem como proposta assegurar a viabilidade e a sustentabilidade, em longo prazo, das UCs e TIs. Para tanto, foi constituído com o formato de fundo de capitalização permanente (*endowment fund*), modelo que consiste na utilização, para o financiamento

dos projetos planejados, somente dos rendimentos financeiros dos recursos recebidos. O mecanismo prevê a captação em fontes diversificadas, como doações, pagamentos por serviços ambientais e Termos de Ajustamento de Conduta (TACs).

Em 2020, foram realizadas reuniões entre o FUNBIO, o GCF, a CI-Brasil e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá para alinhamento de objetivos e estratégias para o fundo, enfocando cadeias produtivas que possam ser fortalecidas e identificando novas oportunidades de investimentos em bioeconomia e fortalecimento das áreas protegidas do estado. O Amapá tem grande vocação para atividades baseadas na floresta em pé e atualmente se destaca pela produção e comercialização de açaí e castanha, além da pesca, que representa outra atividade importante para o estado.

NDC



ODS



8



13



15



17



FUNDO ABROLHOS TERRA E MAR



Grupo de queixadas no Parque Nacional do Descobrimento (PND), BA. Foto: Acervo/PND



Lantana camara, encontrada no PND, BA. Foto: Thainá Goldman



Paraju, Parque Nacional do Descobrimento, BA. Foto: Welton Basílio

O território Abrolhos Terra e Mar concentra a maior biodiversidade do Atlântico Sul, com mais de 89 milhões de hectares de ecossistemas marinho e costeiro entre o Sul da Bahia e o Norte do Espírito Santo. Para apoiar a execução de ações de proteção ambiental, o FUNBIO se aliou à Conservação Internacional Brasil (CI-Brasil) com o objetivo de contribuir para criação, consolidação, manutenção e fortalecimento institucional de Unidades de Conservação (UCs) federais. Dessa união, foi criado o Fundo Abrolhos Terra e Mar (FATM).

Idealizado em 2016, o fundo, que tem governança público-privada, recebeu aporte de recursos do Global Conservation Fund (GCF) e da Conservation International (CI). Pela estrutura de governança, o FUNBIO tem a responsabilidade da gestão financeira e executiva do FATM, com apoio técnico da CI-Brasil. Para alcançar os resultados esperados, o fundo tem caráter perpétuo, tornando-se um mecanismo financeiro de longo prazo, que tem como regra a utilização, em projetos, somente dos rendimentos do valor doado inicialmente pelo GCF.

Em 2020, o fundo desenvolveu ações de apoio à estruturação de duas UCs federais: o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos,

o primeiro do país, criado em 1983, e o Parque Nacional do Descobrimento, fundado em 1999, um ano antes das comemorações dos 500 anos do Brasil. Para dar início às atividades previstas, em outubro foi realizado o primeiro resgate do FATM, com a liberação do primeiro desembolso para a CI-Brasil.

Ainda em 2020, foi definida a estrutura do Conselho Gestor do Fundo Abrolhos Terra e Mar, que organizou sua primeira reunião ordinária, com aprovação final do Manual Operacional do Projeto (MOP), que determina regras de atuação, atividades a serem desenvolvidas e público beneficiado.

Parte dos recursos será utilizada na elaboração de projetos arquitetônicos para reforma e ampliação das sedes dos dois parques nacionais, ambos localizados no Sul da Bahia. O fundo prepara também o lançamento de chamada para contratação de consultoria, que fará a avaliação do potencial turístico sustentável no território Abrolhos Terra e Mar. A intenção é identificar atividades de base comunitária já existentes na região que possam ser fortalecidas ou multiplicadas. As duas ações visam à consolidação do uso público das UCs.

ODS



GEF MAR

Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas

Piscinas naturais de Japaratinga, Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais, PE/AL. Foto: Iran Normande/ICMBio

Contra a covid-19, representante da RESEX Marinha da Lagoa do Jequiá, AL, recebe kits de higienização para distribuir na comunidade



O projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas do Brasil (GEF Mar) vem se consolidando como uma das experiências mais bem-sucedidas para a conservação da biodiversidade no Brasil. Nos últimos seis anos, o projeto obteve conquistas importantes, como o apoio a 95,1 milhões de hectares de áreas protegidas marinhas e costeiras, superando a meta inicial de 17,5 milhões de hectares, em 30 Unidades de Conservação (UCs), sendo 23 federais e sete estaduais. O alcance da iniciativa chega a 26% do total da superfície marinha e costeira nacional e equivale a uma extensão territorial maior que a dos estados de Goiás e Minas Gerais. Sete centros de pesquisa e quatro projetos comunitários também são cobertos pelas ações do GEF Mar.

O GEF Mar é um projeto desenvolvido em conjunto pelo Ministério do Meio Ambiente, ICMBio e FUNBIO, financiado pelo Global Environment Facility (GEF) via Banco Mundial. A partir de 2019, passou a contar também com recursos de um acordo de compromisso entre o Ibama e a Petrobras, como parte da compensação ambiental para a adequação de plataformas marítimas da empresa em relação ao descarte de água de produção. A gestão financeira é de responsabilidade do FUNBIO.

Em 2020, o GEF Mar precisou se readaptar às novas condições impostas pela covid-19, mas conseguiu manter a continuidade das atividades de apoio às UCs. O projeto apoiou a elaboração de projetos executivos de obra e reforma de duas bases do Projeto Tamar, uma delas em Regência e outra em Guriri, ambas no Espírito Santo. A

iniciativa colaborou também para projetos de reforma de infraestrutura das Áreas de Proteção Ambiental de Baleia Franca, em Santa Catarina, e Costa dos Corais, em Alagoas e Pernambuco.

O projeto contabilizou também uma grande reforma no navio de pesquisa *Soloncy Moura*, do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul (CEPSUL). O CEPSUL monitora a biodiversidade no bioma marinho em toda a costa das regiões Sul e Sudeste. Em caráter emergencial, ao longo de 2020 foram direcionadas e planejadas ações estratégicas para o enfrentamento a dois eventos inesperados que causaram grande impacto às UCs apoiadas e aos atores locais comunitários: o derramamento de óleo cru no litoral do Nordeste, no fim de 2019, e a pandemia de covid-19, a partir de março de 2020. O projeto viabilizou R\$ 2,6 milhões para o atendimento às UCs.

Cerca de R\$ 2,3 milhões foram destinados para atividades essenciais de apoio às áreas atingidas pelo acidente ambiental, especialmente as comunidades que tiveram que suspender temporariamente as suas atividades econômicas. E R\$ 370 mil foram direcionados para 19 Unidades de Conservação, visando ao combate aos efeitos provocados pelo novo coronavírus, que resultaram na aquisição de equipamentos de proteção individual, na distribuição de cestas de alimentos e no incentivo a atividades de geração de renda local, como a contratação de costureiras para a fabricação de máscaras de proteção.



GRUPO BANCO MUNDIAL



FUNDO BRASILEIRO PARA
A BIODIVERSIDADE
FUNBIO

GOVERNOS ESTADUAIS
DA COSTA DO BRASIL



ICMBIO
INSTITUTO CHICO MENDES
MMA

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

SUMÁRIO



LIXO MARINHO EM SP

Plano de Monitoramento e Avaliação do Lixo Marinho em São Paulo



Uma cooperação técnico-científica que envolveu poder público, iniciativa privada, sociedade civil e academia deu um passo importante na definição de estratégias para o combate ao lixo marinho no estado de São Paulo. A iniciativa, apoiada pela Embaixada da Noruega no Brasil, uniu cientistas, especialistas e gestores públicos na elaboração e execução do projeto Conhecimento para o Combate ao Lixo Marinho: Plano Estratégico de Monitoramento e Avaliação do Lixo Marinho no Estado de São Paulo.

O projeto é uma parceria entre o FUNBIO, a Embaixada da Noruega, o Instituto de Estudos Avançados (IEA) e o Instituto Oceanográfico (IOUSP), ambos da Universidade de São Paulo (USP), além da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) de São Paulo. Lançada em agosto de 2019, a iniciativa teve como objetivo a criação do Plano Estratégico de Monitoramento e Avaliação do Lixo no Mar do Estado de São Paulo (PEMALM), bem como o estabelecimento de uma rede de comunicação entre ciência e gestão, integrando todos os atores envolvidos.

Dados organizados pelo Grupo de Especialistas em Aspectos Científicos

de Poluição Marinha (GESAMP), órgão consultivo que assessorá a ONU sobre a proteção do meio ambiente marinho, revelam que de 4,8 a 12,7 milhões de toneladas de plástico descartadas sem o tratamento adequado chegam todos os anos aos oceanos. Ainda segundo a entidade, o plástico é o maior responsável pelo lixo nos mares, tornando-se uma grave ameaça às espécies marinhas.

Para a produção do PEMALM, o FUNBIO lançou uma consulta pública e apoiou a organização de dois workshops: o primeiro foi realizado em 2019 e o segundo, em setembro de 2020. Nos seminários, os participantes, em um processo de aprendizado coletivo, buscaram compartilhar informações e experiências, além de visões técnicas distintas, para a elaboração e o fomento de ações de combate ao lixo marinho. Também foram discutidos os impactos em atividades como a pesca, o turismo e a segurança alimentar.

O PEMALM buscou representar os diversos setores e atores sociais que interagem sobre o tema, privilegiando um método de construção participativa. Com a finalização e a publicação do plano

Praia do Parque Estadual Xixová-Japuí, em São Vicente, SP, tem até entulho em suas areias. Foto: GerminAção

LIXO MARINHO EM SP

“

O Plano Estratégico de Monitoramento e Avaliação do Lixo no Mar (PEMALM) foi o resultado de um rico e bem-sucedido processo de construção colaborativa entre diversos atores sociais, possibilitado pela parceria multiinstitucional entre a Cátedra UNESCO para a Sustentabilidade do Oceano, a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo, o FUNBIO e a Embaixada da Noruega, cujos resultados foram internalizados e perenizados como metas no Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Estado de São Paulo. As ações e produtos do projeto possuem uma grande capacidade de replicação em outras localidades e estão alinhados com o plano de ação da Parceria Global para o Lixo no Mar (GPML, na sigla em inglês) do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14 (“Vida na água”) da Agenda 2030 das Nações Unidas e a Década das Nações Unidas da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável, enfatizando sua relevância como estratégia de construção de redes de conhecimento para o combate ao lixo no mar.”

ALEXANDER TURRA é coordenador do Plano Estratégico de Monitoramento e Avaliação do Lixo do Mar do Estado de São Paulo, Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo

Entre o lixo, bitucas de cigarro na praia de São Vicente, SP. Foto: GerminAção



em janeiro de 2021, a expectativa é que o documento, ao propiciar o monitoramento e a avaliação do lixo do mar, se torne um instrumento capaz de permitir que a gestão dos resíduos seja tratada de forma técnica e correta, contribuindo para a conservação ambiental de áreas marinhas e costeiras de São Paulo.

Entre os benefícios do PEMALM para a ciência e a sociedade, estão: reduzir a incerteza sobre o real impacto do lixo marinho, permitir a comparação e o compartilhamento de dados, incentivar a cooperação entre setores, disseminar boas

práticas, contribuir para a inserção dos resultados em diferentes políticas públicas ambientais de planejamento e conservação e auxiliar no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, em especial o ODS 14, Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O PEMALM também está sendo visto como uma contribuição importante para a instituição de um futuro plano estadual de combate ao lixo no mar em São Paulo.

ODS



Unidade de

OBRIGAÇÕES LEGAIS

73 CONSERVAÇÃO DA TONINHA

76 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

78 PESQUISA MARINHA E PESQUEIRA

81 APOIO A UCS

82 JANELAS DO PARQUE ESTADUAL RESTINGA DE BERTIOGA

83 VOLTA VERDE

84 TCSA PORTO SUL



CONSERVAÇÃO DA TONINHA

Conservação da Toninha na Área de Manejo I (Franciscana Management Area I)



Fotos inéditas comprovam a existência de população fixa de toninhas perto de Paraty, RJ.
Fotos: Maqua/Uerj

O projeto Conservação da Toninha representa a maior mobilização científica desenvolvida no país para a proteção da espécie de golfinho mais ameaçada do Brasil. Desde 2015, promove e incentiva a produção e a disseminação de conhecimento técnico sobre a toninha (*Pontoporia blainvillei*), alcançando resultados que podem contribuir no futuro para a implementação de políticas públicas de apoio à conservação da rara espécie, avistada apenas em alguns pontos entre o Espírito Santo e o Rio Grande do Sul. Toninhas são encontradas apenas no Brasil, no Uruguai e na Argentina.

Tímidos e com hábitos pouco conhecidos, os golfinhos dessa espécie centralizam a atenção de especialistas de diferentes instituições de pesquisa em seis frentes de estudos, desenvolvidos simultaneamente, como parte do projeto Conservação da Toninha. O trabalho dos pesquisadores tem procurado aprofundar o conhecimento de temas como a biologia e a genética da espécie, a sua distribuição no litoral do país, a dinâmica populacional e as causas de mortalidade. O projeto é visto como uma oportunidade única para maior aprendizado sobre as toninhas, graças ao levantamento de informações e à troca direta de experiências.

Em novembro de 2020, o projeto registrou uma descoberta inédita no litoral sul do Rio de Janeiro. Pela primeira vez, um grupo de toninhas, que carregam a fama de “invisíveis” e também são conhecidas como “golfinhos fantasmas”, foi localizado na Baía da Ilha Grande, próximo

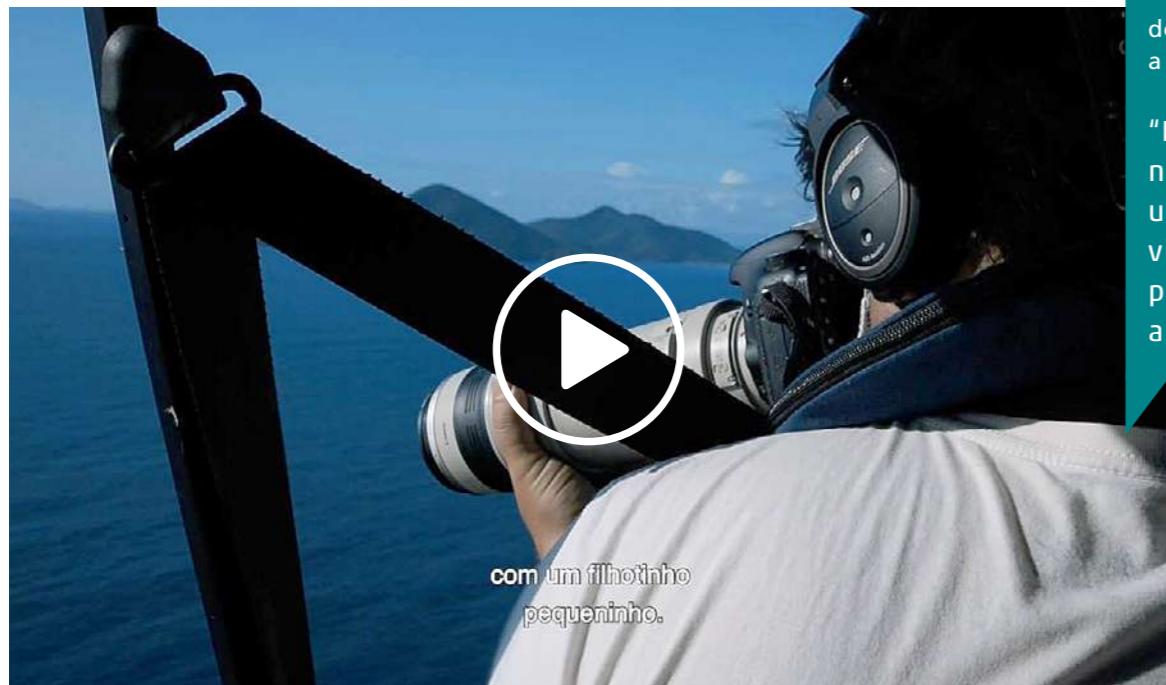
de Paraty, por uma expedição de cientistas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). A descoberta encheu de esperança os pesquisadores, uma vez que as suspeitas da presença da espécie na região datavam de 20 anos atrás, quando foi encontrado o crânio de uma toninha, e de rápidas aparições que não foram registradas em fotos ou vídeos.

Os golfinhos foram avistados no dia 24 de novembro por biólogos do Laboratório de Mamíferos Aquáticos e Bioindicadores (Maqua) da Uerj, uma das instituições apoiadas pelo projeto Conservação da Toninha. Era a primeira tentativa após um longo período de espera, já que a força-tarefa montada no início do ano para a localização dos golfinhos precisou ser suspensa devido à pandemia. Com o apoio de pescadores e o uso de microfones subaquáticos e drones, os pesquisadores retomaram as buscas.

O encontro foi registrado por uma equipe que conseguiu se aproximar dos animais em uma embarcação, fato considerado raro devido ao seu comportamento reservado. Novas imagens foram feitas dias depois com a ajuda de drones. Para os especialistas, era importante confirmar que os animais avistados não estavam de passagem nem faziam parte de um grupo residente em Ubatuba, litoral de São Paulo. Também deste grupo foram feitos registros inéditos de comportamentos como a amamentação.

Aliás, as toninhas de Ubatuba continuaram, no ano passado, sob monitoramento do Grupo de Estudos

CONSERVAÇÃO DA TONINHA



DANIEL DANILEWICZ

do GEMARS, estuda toninhas desde 1992 e viu a primeira viva apenas 12 anos depois

“Na verdade, eu nunca pensei, nem nos meus sonhos mais malucos, que um dia estaria filmando uma toninha viva. Amamentação. A gente viu pela primeira vez agora. É uma felicidade, é algo que tem que ser divulgado.”



JOSÉ LAILSON BRITO JÚNIOR

do Maqua/Uerj, estuda toninhas desde 1997

“Descobrir uma população de uma espécie ameaçada com características diferentes nos dá esperança de conseguir manter a toninha presente nas águas do Brasil e da América do Sul.”

VEJA “A DESCOBERTA DAS TONINHAS NA BAÍA DA ILHA GRANDE”

de Mamíferos Aquáticos do Rio Grande do Sul – GEMARS, instituição também apoiada pelo projeto Conservação da Toninha.

Foram organizadas quatro expedições ao longo do ano, que contaram com o apoio de helicópteros para o acompanhamento dos animais. Tanto em Paraty como em Ubatuba, os pesquisadores notaram a presença de grupos de animais adultos com filhotes, num registro inédito da interação entre pais e cria. Agora, os especialistas vão se dedicar a analisar os dados recolhidos e a propor novos estudos para melhor compreensão dos hábitos da toninha.

Ainda em 2020, o GEMARS e a Associação MarBrasil continuaram as pesquisas sobre a mortalidade das toninhas, em São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Nesses estudos, são utilizados derivadores, objetos que ajudam na compreensão de como as correntes marinhas atuam na dispersão de animais mortos. Trata-se de protótipos que simulam o comportamento de carcaças de golfinhos e ajudam a estimar o número de animais mortos. Os dois instrumentos de pesquisa são lançados ao mar e acompanhados pelos técnicos, que contabilizam os protótipos que encalham nas praias e projetam os que não chegam à costa.

Apesar das adversidades impostas pela covid-19, o projeto também conseguiu manter, em 2020, o monitoramento da atividade pesqueira em áreas com a presença de toninhas, a fim de obter mais informações sobre a interação de

pescadores e golfinhos. Em novembro, a Associação MarBrasil promoveu encontros para apresentar os resultados preliminares dos estudos aos pescadores de comunidades litorâneas de São Paulo, Santa Catarina e Paraná. Nas reuniões, os técnicos procuraram entender a atuação dos pescadores artesanais no ano passado, o tipo de pesca desenvolvida e a própria percepção deles sobre a evolução do projeto de conservação.

Com o apoio do GEMARS, a Associação MarBrasil também organizou, no ano passado, sobrevoos de avião em áreas litorâneas para a contagem de toninhas, com o objetivo de produzir um levantamento que possa estimar o número de animais que vivem na costa de Santa Catarina, São Paulo e Paraná. Os golfinhos dessa pequena espécie estão constantemente sujeitos à captura acidental em redes de pesca, aos efeitos causados pela poluição e à menor disponibilidade de alimentos, além da perda de habitat provocada pela degradação ambiental.

Também em 2020, uma mobilização online marcou o Dia Nacional da Toninha, que foi instituído em 2019. A data, que coincide com o período de nascimento de filhotes, foi lembrada em ações promovidas pelos programas apoiados pelo projeto Conservação da Toninha.

As atividades e pesquisas desenvolvidas no âmbito do projeto contemplam iniciativas previstas no Plano de Ação Nacional (PAN) da Toninha. O esforço coordenado para viabilizar estudos

CONSERVAÇÃO DA TONINHA



OUÇA O PODCAST

DE TÍMIDA A INFLUENCIADORA DIGITAL DOS MARES

O golfinho mais misterioso e desconhecido do país agora já pode ser encontrado com mais facilidade. Se ainda é trabalhoso e incerto localizá-lo na natureza, bastam alguns passos para descobri-lo no ambiente virtual. Para ajudar na sua conservação, uma iniciativa inédita quer torná-lo mais popular. E o caminho escolhido foi fazê-lo protagonista do podcast "Toninhas: a extinção do golfinho invisível", o primeiro de perfil ambiental de ficção do Brasil.

Após estrear no dia 30 de outubro, o programa já exibe resultados expressivos em pouco tempo: aparece como um dos 50 podcasts de ficção com maior audiência no Spotify. Inovador, o podcast recorre a uma história de ficção para promover a conscientização ambiental da espécie, a mais ameaçada no país. Ao final de cada um dos sete episódios, cientistas e especialistas são entrevistados e detalham características das toninhas e indicam os motivos pelos quais a espécie deve ser apoiada e protegida.

O podcast apresenta a história de uma jornalista que investiga a morte de 33 golfinhos no litoral de Ubatuba, em São Paulo. Inicialmente alheia a questões ambientais, a personagem, interpretada pela atriz Camila Mártila, vai mudando de posição ao tomar conhecimento das ameaças à espécie, o que acaba permitindo ao ouvinte descobrir mais informações sobre a incrível história das toninhas. A atriz Alice Braga gravou a introdução do programa.

Além do podcast, a toninha também ganhou uma conta no Instagram (@toninha_pontoporia), um canal de comunicação que permite a aproximação com o público mais jovem, fortalecendo a proposta de mobilização da sociedade para a defesa da espécie. Outra ação de comunicação importante foi a continuidade do informativo eletrônico Linhas do Mar, que teve quatro edições no ano passado, em janeiro, abril, julho e novembro, trazendo informações sobre o projeto Conservação da Toninha. A newsletter é enviada a todos os parceiros das iniciativas apoiadas.

Toninha em Ubatuba, SP.
Foto: Helena Wolfenson/FUNBIO

científicos em prol da conservação da espécie atende a uma preocupação imediata com o seu futuro. Estima-se em menos de 20 mil o número de toninhas no país. Os especialistas acreditam que as populações encontradas no Rio de Janeiro e no Espírito Santo são isoladas das demais localizadas no litoral sul do país, com o agravante de a população decrescer à medida que avança em direção ao Espírito Santo.

O interesse dos cientistas pela toninha é estimulado por sua própria história, que tem a sua origem associada a uma espécie que migrou, entre 13 e

18 milhões de anos, do mar do Caribe para a América do Sul. Da Amazônia, onde uma parte se fixou e deu origem ao boto-cor-de-rosa (*Inia geoffrensis*), a população seguiu em direção à atual Bacia do Prata e, a partir dali, chegou ao Atlântico, levando ao surgimento das toninhas (*Pontoporia blainvilie*).

A realização do projeto Conservação da Toninha é uma medida compensatória estabelecida pelo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) de responsabilidade da empresa PetroRio, conduzido pelo Ministério Público Federal – MPF/RJ. O FUNBIO é responsável pela implementação da iniciativa.



ODS



EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Implementação de Projetos de Educação Ambiental e Geração de Renda Voltados para a Qualidade Ambiental das Comunidades Pesqueiras do Estado do Rio de Janeiro



Projeto usa redes de pesca inutilizadas para criar sacolas de feira. Foto: Beatriz Mattiuzzo/ Marulho

O projeto Educação Ambiental foi constituído para se tornar um importante aliado para a conservação da biodiversidade nas zonas costeira e marinha, o uso sustentável dos recursos pesqueiros e o fortalecimento da pesca artesanal, visando à sustentabilidade ambiental, social e econômica da atividade no Rio de Janeiro. Para atingir os objetivos traçados, o projeto vai elaborar diagnósticos socioeconômicos e desenvolver ações de fortalecimento comunitário, educação ambiental e geração de renda.

Em 2020, com as adversidades causadas pela pandemia de covid-19, o projeto precisou alterar o planejamento previsto e adaptar suas metas para apoiar comunidades de

pescadores atendidos pela iniciativa. O FUNBIO lançou uma chamada de projetos em caráter emergencial para a execução de atividades que ajudassem na redução dos impactos provocados pelas restrições impostas para evitar a proliferação do coronavírus.

Após o processo de seleção e aprovação das propostas recebidas, foram escolhidas nove iniciativas, totalizando investimento de R\$ 950 mil. A maior parte das solicitações encaminhadas ao FUNBIO teve como foco a geração de renda e o auxílio a instituições locais de apoio à pesca artesanal. As atividades serão desenvolvidas em quatro regiões do estado: Costa Verde, Baía de Guanabara, Região dos Lagos e Norte Fluminense.

9 PROJETOS APOIADOS

Seu Filinho, do projeto Caiu na Rede, com uma das sacolas ainda em processo de transformação. Foto: Beatriz Mattiuzzo/ Marulho

Sacola feita a partir de redes fantasma ou descartadas. Foto: Beatriz Mattiuzzo/ Marulho



EDUCAÇÃO AMBIENTAL



Integrantes da cooperativa, Conceição Julião (esquerda) e Flora Franco (direita) pescam na região de Arraial do Cabo, RJ. Foto: Zenilda Maria da Silva/Mulheres Nativas

Apoio permitiu a reestruturação da sede da cooperativa. Foto: Zenilda Maria da Silva/ Mulheres Nativas

Serão apoiados subprojetos como o de estruturação e fortalecimento da cooperativa de mulheres marisqueiras da Prainha, MUPAAP-Marisqueiras da Prainha, na Região dos Lagos; de desenvolvimento da autogestão institucional da Associação de Caranguejeiros e Amigos dos Mangues de Magé, na Baía de Guanabara; e de apoio à melhoria do atendimento aos associados da Colônia de Pescadores Z-27, no Norte Fluminense.

Para a geração de renda, cinco subprojetos vão beneficiar a Associação dos Barqueiros e Pequenos Pescadores de Trindade, em Paraty; a Associação Livre de Maricultores de Jurujuba, em Niterói; o Instituto Boto Cinza, em Mangaratiba; o Instituto de Pesquisas Marinhas, Arquitetura e Recursos Renováveis (IPEMAR), em Angra dos Reis; e a Cooperativa de Mulheres Produtoras da Pesca Artesanal e de Plantas Nativas da Região dos Lagos. Com foco em saúde mental, foi selecionado o subprojeto da Associação de Moradores e Amigos do Aventureiro, para o apoio à Escolinha de Surf Caiçara do Aventureiro, na Ilha Grande.

Entre as atividades previstas, os pescadores serão capacitados em cursos de gestão de projetos, de processamentos e técnicas sanitárias para melhor manipulação de pescado e para pilotar embarcações destinadas ao turismo. O projeto vai apoiar também a compra de equipamentos para o processamento e estocagem de peixes, a manutenção do maquinário para processamento de mexilhão e a construção de um mercado tradicional caiçara, a fim de promover melhores condições de comercialização e propiciar a geração de renda.

Todas as iniciativas, previstas para iniciar em 2021, serão avaliadas durante a execução, podendo ter continuidade e receber recursos adicionais por meio de novas chamadas de projetos.

A realização do projeto Educação Ambiental é uma medida compensatória estabelecida pelo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) de responsabilidade da empresa PetroRio, conduzido pelo Ministério Público Federal – MPF/RJ. O FUNBIO é o gestor financeiro.

“

A participação nas Câmaras Técnicas para elaboração de chamadas e seleção de projetos, em conjunto com outros atores sociais convidados pelo notório conhecimento nas respectivas áreas temáticas, possibilita uma abordagem mais diversa e resulta em decisões que se pretendem inclusivas quanto ao público beneficiado pelas ações do TAC.”

EMERSON MARCONDES é Analista ambiental do COEXP/DILIC/Ibama



LEIA O TEXTO COMPLETO



PESQUISA MARINHA E PESQUEIRA

Projeto de Apoio à Pesquisa Marinha e Pesqueira no Estado do Rio de Janeiro



Desde seu início, o projeto apoiou 16 iniciativas que estimularam o levantamento de dados sobre temas distintos: pesquisas sobre ecologia, biologia e população de espécies ameaçadas ou de importância pesqueira; aspectos econômicos da atividade pesqueira e nutricionais do pescado; ecossistemas de recifes de corais e de costões rochosos; espécies marinhas invasoras; participação feminina na pesca artesanal; impactos sociais da exploração petrolífera sobre comunidades pesqueiras; relação com o consumidor; e monitoramento de desembarque pesqueiro.

Em 2020, dez subprojetos encerraram as atividades técnicas. Parte das iniciativas promoveu a divulgação dos resultados, enquanto outra se dedica à análise de dados e à elaboração de relatórios. No caso do Projeto Bonito, que estudou a ecologia e a questão socioeconômica da pesca do bonito-listrado, um seminário marcou a conclusão das atividades, reunindo de especialistas a autoridades. O evento coincidiu com o lançamento do livro **Sustentabilidade da pesca do bonito-listrado no Brasil**,

que trouxe todas as informações coletadas durante três anos de pesquisas sobre a segunda espécie mais pescada no país. A captura anual do bonito-listrado, da família do atum, está próxima de 23 mil toneladas no Brasil, segundo relatório da Comissão Internacional de Conservação do Atum do Atlântico (ICCAT, na sigla em inglês).

O estudo também buscou avaliar e comparar o teor de energia proteica comestível de um animal em relação à energia industrial total gasta em sua produção/aquisição, de modo a ressaltar as diferenças nos impactos ambientais dessas atividades produtivas, levando em consideração também uma perspectiva socioeconômica. Desses resultados, foi gerado o Indicador Nutricional, Ambiental, Social e Econômico (INASE), com melhor desempenho do atum (55,8%) comparado com suínos (43,4%) e frango (39,8%).

Já o Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira no Norte Fluminense (PMAP) apresentou

Bonito com
chip para
monitoramento.
Foto: Lauro
Madureira

PESQUISA MARINHA E PESQUEIRA



[VEJA "IMPACTOS NA PESCA"](#)



[VEJA "EU SOU PESCADORA"](#)

um diagnóstico da pesca industrial e artesanal em 15 municípios do estado do Rio de Janeiro, além do levantamento de dados sobre o perfil socioeconômico dos pescadores, os tipos de embarcações utilizadas e a infraestrutura de apoio à pesca.

Coordenado pela PUC-Rio, o subprojeto Petrosardinha teve como proposta avaliar a exposição e o grau de contaminação da sardinha-verdadeira por derivados de petróleo e analisar o nível de segurança que a espécie apresenta para o consumo humano. Das amostras coletadas no levantamento, apenas 4% apresentaram concentrações acima do valor máximo permitido pela legislação.

Por sua vez, o Eco-Nutrição, executado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), procurou identificar e medir o potencial nutricional de recursos pesqueiros que, atualmente, são descartados ou pouco aproveitados por pescadores por terem baixo valor comercial. A intenção é incentivar a maior inserção de novas espécies no

mercado consumidor, contribuindo também para evitar o desequilíbrio ambiental. O subprojeto analisou as seguintes espécies: savelha (*Brevoortia aurea*), bagre-marinho (*Genidens genidens*), peixe-espada (*Trichiurus lepturus*), sardinha bocatorta (*Cetengraulis edentulus*) e ubarana (*Elops smithi*). O trabalho resultará em recomendações para o aproveitamento das espécies com maior potencial.

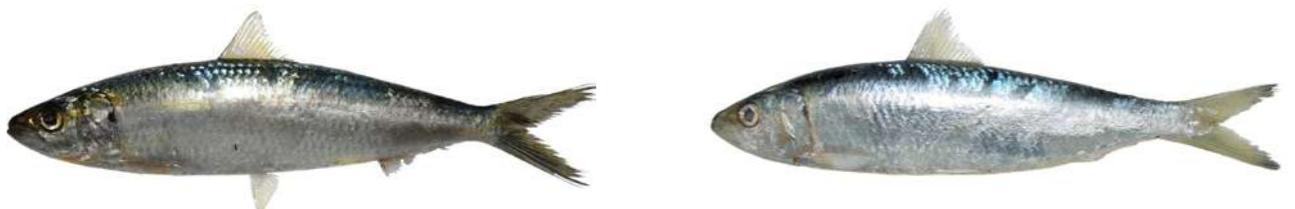
O subprojeto Impacto na Pesca apostou na produção de documentários e vídeos para apresentar seus resultados diretamente à sociedade, de acordo com a estratégia conduzida pelo Laboratório Interdisciplinar Maréss, do campus São Lourenço do Sul, da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). O material audiovisual, disponível no YouTube, trata de dois temas centrais do projeto: os impactos da produção de petróleo e gás e também do turismo sobre as comunidades pesqueiras artesanais (o documentário "Impactos na pesca: o projeto em documentário") e as questões enfrentadas

200
BOLSISTAS APOIADOS

16
PROJETOS APOIADOS DE

20
INSTITUIÇÕES

PESQUISA MARINHA E PESQUEIRA



NOVAS REGRAS PARA PESCA DE SARDINHA-VERDADEIRA

Em 2020, o projeto Pesquisa Marinha e Pesqueira registrou uma importante conquista relacionada à adoção de dados científicos para subsidiar políticas públicas para o setor pesqueiro: o estabelecimento de novas regras para o período de defeso da sardinha-verdeira no litoral das regiões Sudeste e Sul. Após 15 anos, a proibição da captura não acontecerá mais em dois períodos ao ano, no inverno e no verão, concentrando-se apenas na época mais quente, que cobre todo o ciclo de reprodução da espécie.

Mudanças climáticas, como o aquecimento da água do mar, vêm provocando alterações no comportamento da sardinha-verdeira. As pesquisas conduzidas pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali) revelaram que houve um aumento do

período reprodutivo da espécie, que se antecipou e se expandiu. Até a década de 1990, a reprodução se concentrava em três meses, mas, atualmente, há casos em que supera os seis meses.

O novo período de defeso, embora não seja mais dividido em duas fases, permanece de cinco meses. Tempo considerado fundamental para a recuperação dos estoques de sardinha-verdeira, segundo análise da Univali, uma das instituições apoiadas pelo projeto Marinha e Pesqueira. A Univali participou diretamente das discussões técnicas que levaram à mudança de datas.

A medida foi instituída por meio da instrução normativa nº 18, publicada em 12 de junho pela Secretaria de Aquicultura

e Pesca, ligada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Pelas normas aprovadas, a nova fase de defeso — entre 1º de outubro e 28 de fevereiro — será monitorada e reavaliada ao final do primeiro semestre de 2021. A intenção é analisar aspectos biológicos e pesqueiros da sardinha-verdeira, bem como os efeitos econômicos causados à atividade e à cadeia produtiva associada.

A sardinha-verdeira é o principal recurso pesqueiro do Brasil. Em Santa Catarina, estado onde estão reunidas as principais indústrias de processamento do pescado, a espécie é a responsável pela geração de mais de 20 mil empregos diretos. Por dia, as empresas abastecem os principais pontos de venda do país com aproximadamente um milhão de latas de sardinha.

especificamente por mulheres pescadoras (o documentário “Eu sou pescadora”). As duas produções podem ser acessadas nos links que acompanham as fotos da página anterior.

Também em 2020, o projeto Pesquisa Marinha e Pesqueira registrou a inauguração do novo Laboratório Integrado de Biologia Marinha (LIBMAR) do Núcleo em Ecologia e Desenvolvimento Socioambiental de Macaé (NUPEM/UFRJ). A iniciativa teve apoio dos subprojetos Multipesca e Costões Rochosos do Norte Fluminense. Entre os objetivos da nova unidade de pesquisa estão: aperfeiçoar os estudos de biodiversidade, incentivar a formação de novos cientistas, promover ações de educação ambiental e permitir o armazenamento adequado de coleções científicas. Para aproximar o trabalho científico

da sociedade, o projeto levou para a internet um pouco da história, dos resultados e da dedicação de pesquisadores e técnicos das 16 iniciativas apoiadas pelo Pesquisa Marinha e Pesqueira. Os vídeos estão disponíveis no FunbioTube, o canal do Fundo no YouTube. O material traz um resumo dos trabalhos realizados nos subprojetos e entrevistas com os coordenadores.

A realização do projeto Apoio à Pesquisa Marinha e Pesqueira é uma medida compensatória estabelecida pelo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) de responsabilidade da empresa PetroRio, conduzido pelo Ministério Público Federal – MPF/RJ. O FUNBIO é responsável pela implementação da iniciativa.

Navio de pesquisa marinha. Foto: Luciano Fischer/ Laboratório de Tecnologia Pesqueira e Hidroacústica (IO-FURG)

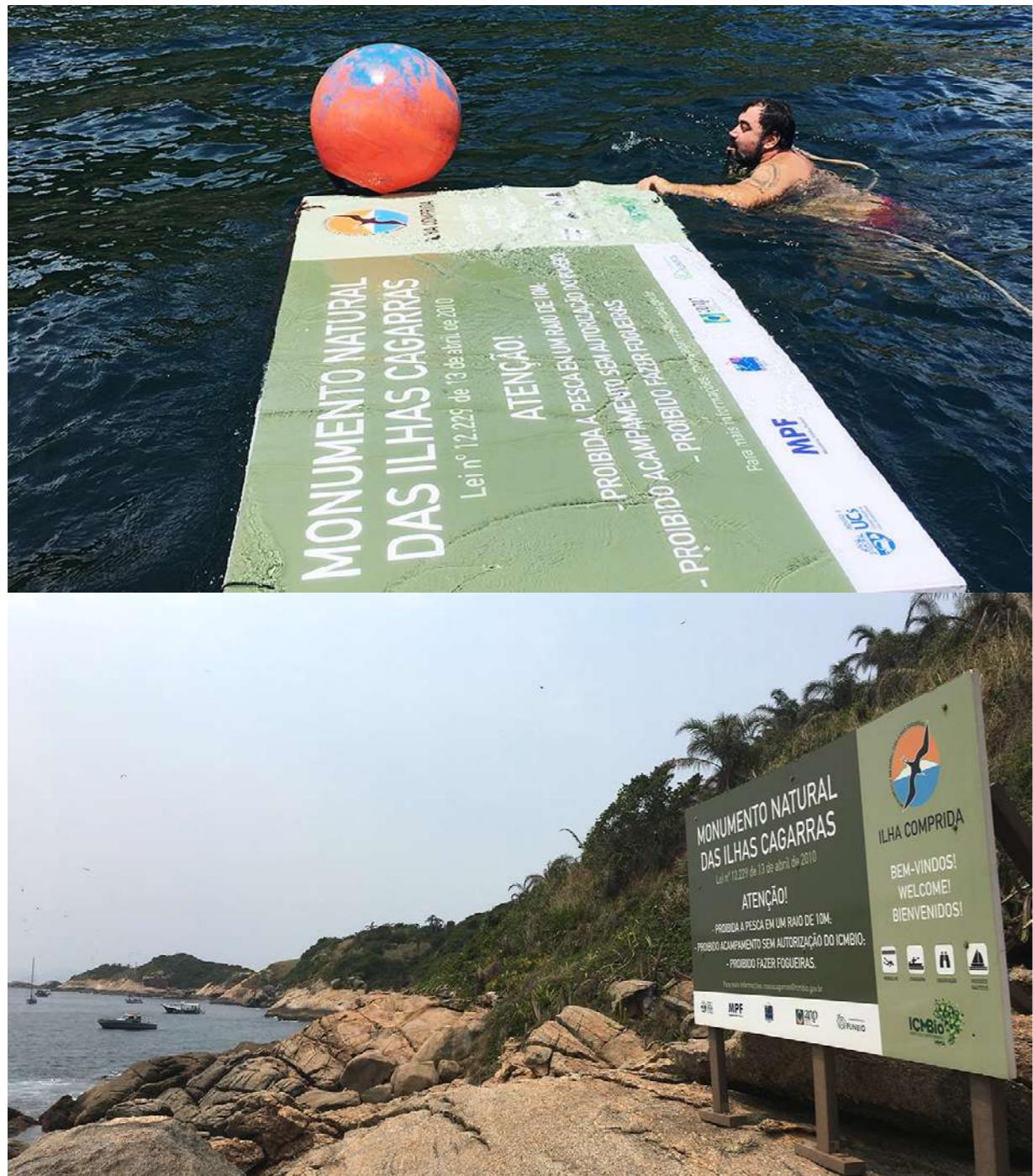


ODS



APOIO A UCS

Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade nas Unidades de Conservação Federais Costeiras e Estuarinas dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo



Ilha do Arquipélago das Cagarras, RJ, recebe sinalização para alertar sobre atividades proibidas na região. Foto: Acervo MONA Cagarras/Tatiana Ribeiro

Colaborar com a qualificação da gestão de áreas de proteção ambiental e apoiar a estruturação física para melhor desempenho das atividades previstas, a fim de promover a conservação do ecossistema marinho e costeiro e o uso sustentável dos recursos pesqueiros. Este é o foco de atuação do projeto Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade nas Unidades de Conservação (UCs) Federais Costeiras e Estuarinas dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo – Apoio a UCSs.

Criado em 2016, o projeto tem desenvolvido ações para apoiar nove UCSs, que somam 260 mil hectares de áreas protegidas, o equivalente, aproximadamente, à extensão territorial das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. São realizadas atividades que buscam contribuir com a elaboração de planos de manejo, o fortalecimento organizacional, a capacitação de pescadores artesanais, a implantação de sinalização e a adoção de medidas para melhorar a estrutura de visitação das unidades.

Em 2020, a iniciativa avançou, com a elaboração do projeto executivo de criação de trilha e passarela suspensa na região de manguezal da Área de Proteção Ambiental (APA) de

Guapimirim e da Estação Ecológica (ESEC) da Guanabara, localizadas no Rio de Janeiro. As duas UCSs já contam com sistema mais sustentável de geração de energia elétrica, com placas fotovoltaicas. Ainda na APA de Guapimirim, está em planejamento a construção de um espaço multiuso para o atendimento ao público, com previsão de início das obras em 2021.

No Parque Nacional da Serra da Bocaina, na divisa entre Rio de Janeiro e São Paulo, o projeto prevê a implantação de um centro de visitação na localidade de Trindade. Já para a Estação Ecológica (ESEC) de Tamoios, entre os municípios de Paraty e Angra dos Reis, foi encomendada uma embarcação para ajudar nas ações de proteção e monitoramento dos ambientes marinhos das ilhas da Baía da Ilha Grande. A entrega será realizada em 2021.

A realização do projeto Apoio a UCSs é uma medida compensatória estabelecida pelo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) de responsabilidade da empresa PetroRio, conduzido pelo Ministério Público Federal – MPF/RJ. O FUNBIO é responsável pela implementação da iniciativa.

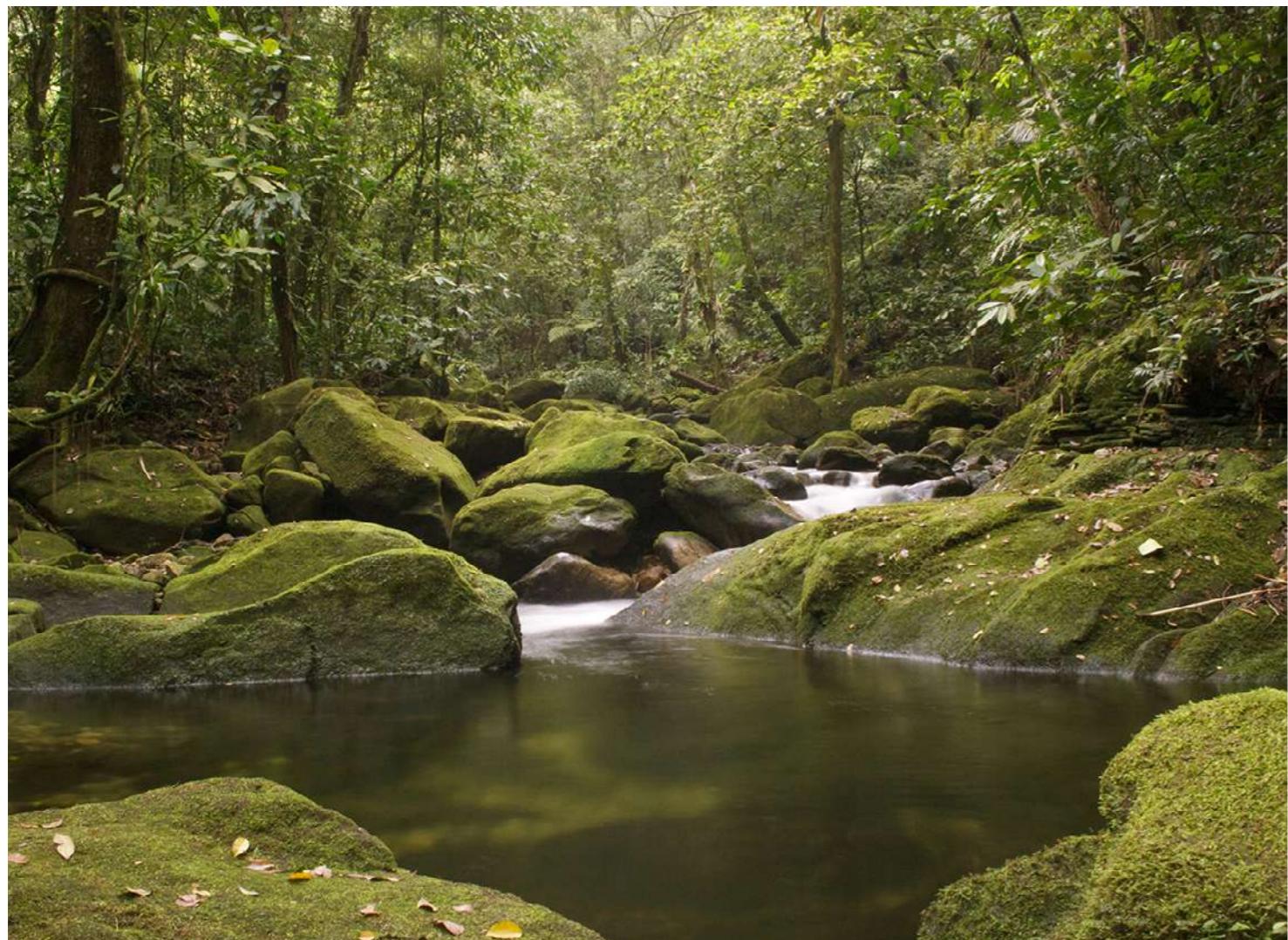
NDC



ODS



JANELAS DO PARQUE ESTADUAL RESTINGA DE BERTIOGA



Três Poços, em Itatinga, SP.
Foto: Francisco Cammarota Paulino

O projeto Janelas do Parque Estadual Restinga de Bertioga (PERB) tem como proposta fomentar ações sustentáveis para geração de renda e melhoria da qualidade de vida de moradores de três comunidades do entorno da Unidade de Conservação (UC) localizada na cidade de Bertioga, no litoral norte de São Paulo. A estratégia de atuação segue as diretrizes estabelecidas no plano de manejo elaborado para a gestão do PERB, publicado em dezembro de 2018.

Criada em 2010, a UC, que ocupa uma área de mais de nove mil hectares, abrange 98% dos remanescentes de mata da restinga da Baixada Santista. Em seus limites territoriais, há 37 espécies da flora que estão presentes em uma ou mais listas de espécies ameaçadas de extinção nas categorias vulnerável, em perigo ou criticamente em perigo. Destaque para *Mollinedia cf. oligotricha* e *Piper hoehnei*, espécies provavelmente extintas na natureza e citadas como presentes no interior do PERB.

O parque estadual conta ainda com 516 espécies de vertebrados, entre elas 23 de peixes de água doce, 41 de anfíbios, 40 de mamíferos, 53 de répteis e 353 de aves. Desses, 49 são consideradas ameaçadas de extinção. Há oito espécies de mamíferos ameaçados, como o bugio-ruivo (*Alouatta guariba*), a jaguatirica (*Leopardus pardalis*), a onça-parda (*Puma concolor*) e a anta (*Tapirus terrestris*). Nessa condição estão também 38 espécies de aves, duas de peixes e uma de réptil, o calango-liso-da-restinga (*Mabuya caissara*).

Pela estratégia traçada, foram definidas duas linhas de atuação para o projeto: colaborar para fortalecer a gestão pública do parque estadual e incentivar atividades econômicas alinhadas com os objetivos da UC. Para tanto, estão previstas ações para estimular o turismo de base comunitária, a meliponicultura (criação de abelhas sem ferrão) e a produção e o beneficiamento de recursos florestais não madeireiros.

Como parte do planejamento, o projeto será estruturado com a participação ativa de moradores das comunidades

do entorno do parque estadual, conhecidas como Vila da Mata, Entorno do Rio Guaratuba (núcleos Carvalho Pinto e Barreira do Itaguá) e Chácaras do Balneário Mogiano.

Em 2020, foi dado início ao processo de seleção para contratação de consultoria que irá desenvolver as atividades previstas. Serão realizadas 15 oficinas, cinco em cada comunidade, para capacitação de moradores e elaboração de planos de ação, levando em consideração seus interesses, além das prioridades que serão definidas pelos participantes durante os encontros.

Ainda em 2020, o projeto executou ações de apoio à UC de Bertioga. Foram adquiridos e já disponibilizados itens para melhorar a infraestrutura e a gestão do parque estadual, como computadores, equipamento de GPS, drone, câmeras fotográficas, gerador, placas de sinalização, uniformes para os agentes, roçador e motosserra, além de uma embarcação com reboque, que será entregue em 2021.

Idealizada em dezembro de 2019, a iniciativa tem previsão de encerramento em janeiro de 2022. O projeto é executado em parceria com a Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo (Fundação Florestal), com recursos oriundos de um Termo de Acordo Judicial (TAJ) celebrado entre a L. Figueiredo Empreendimentos Imobiliários Ltda. e o Ministério Público Federal (MPF). O FUNBIO é o gestor financeiro e operacional.

NDC



ODS



VOLTA VERDE

Programa de Conservação da Natureza de Volta Redonda

Conhecida como a Cidade do Aço, Volta Redonda se tornou mais verde em 2020. O maior município do Sul Fluminense passou a contar, desde o dia 14 de novembro, com o Jardim Botânico Municipal Antonieta Barreira Cravo. O espaço alia áreas de lazer a iniciativas de conservação ambiental na Ilha São João, que também foi beneficiada com atividades de restauração florestal, a partir da substituição de espécies exóticas por nativas da Mata Atlântica, em uma Área de Preservação Permanente às margens do Rio Paraíba do Sul, estimada em cinco hectares.

A inauguração do Jardim Botânico atende a uma das metas estabelecidas no Programa de Conservação da Natureza de Volta Redonda – Volta Verde. O programa é uma iniciativa da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA), com recursos provenientes de um Termo de Compromisso Ambiental firmado entre o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual, a Prefeitura de Volta Redonda e o FUNBIO.

O Jardim Botânico é dividido em setores que correspondem a biomas

do país, como Cerrado, Caatinga, Amazônia e Mata Atlântica. Em cada área, foram plantadas espécies nativas: 300, ao todo. O lago recebeu plantas aquáticas da Amazônia. O espaço de convivência tem pista de caminhada, ciclovia, parque infantil, academia ao ar livre, churrasqueiras e fonte de piso interativa.

O Volta Verde também teve como objetivo a ampliação da cobertura vegetal de Volta Redonda, com planejamento e execução de ações que promoveram a arborização urbana em mais de 100 km de vias públicas e o reflorestamento da Área de Proteção Permanente da Ilha São João. Para tanto, foram adquiridas 15 mil mudas de mais de 80 espécies nativas, além de insumos agrícolas e equipamentos (aparelhos de GPS, computadores, caminhão e retroescavadeira).

Iniciado em 2018, o programa recebeu R\$ 5,4 milhões para a execução das metas acordadas, que foram cumpridas em 2020. Com os rendimentos dos recursos aportados, foi planejada uma última atividade: o cercamento da área do Jardim Botânico, que será finalizado em 2021.

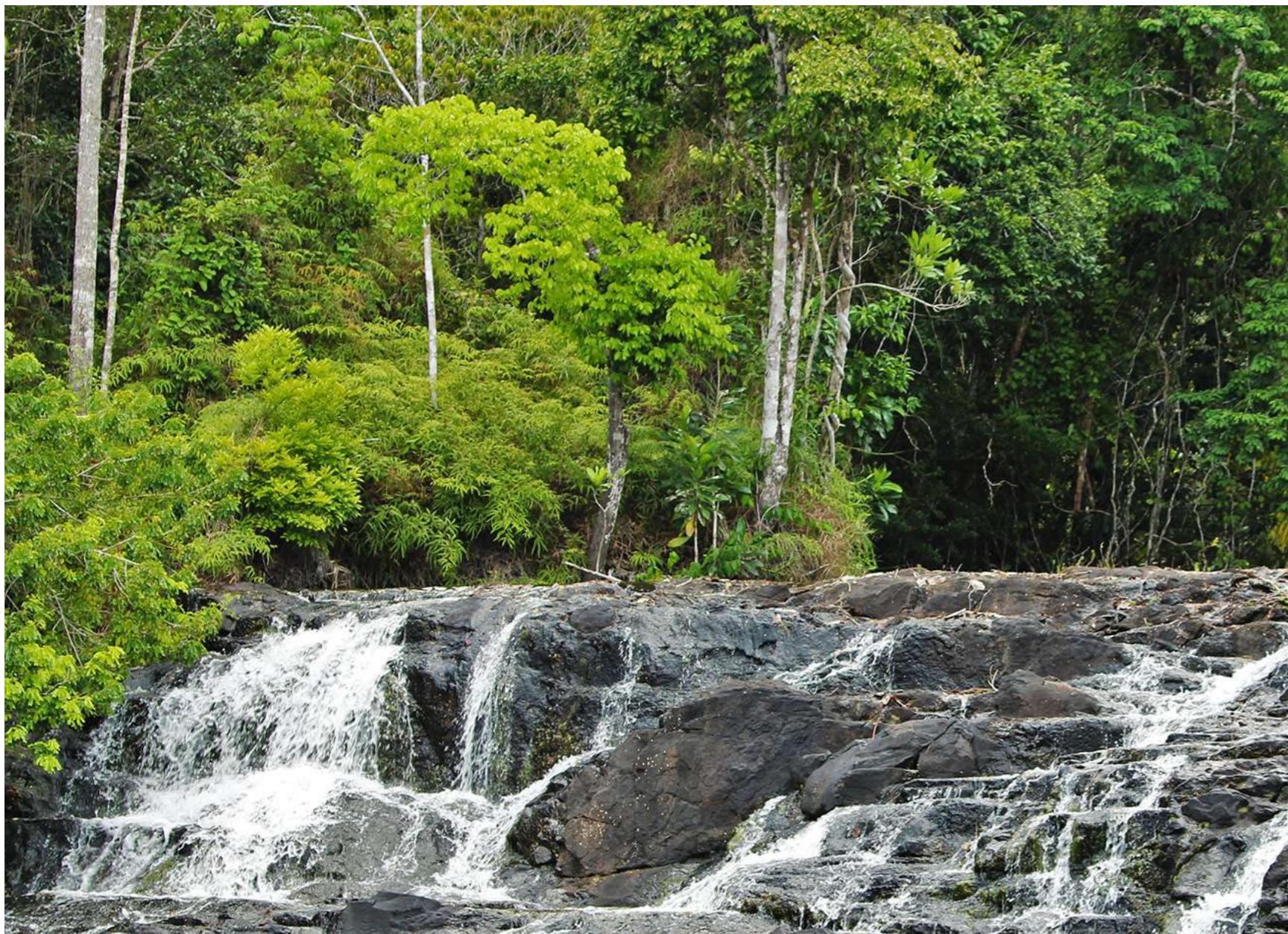
NDC



ODS



TCSA PORTO SUL



Projeto atenderá áreas do Sul da Bahia. Foto: Ariane Cerqueira

Assegurar o desenvolvimento sustentável, prezar pela integridade ambiental, manter as funcionalidades ecológicas e serviços ecossistêmicos na região sob a influência do complexo portuário Porto Sul. Estes são os objetivos do projeto TCSA Porto Sul, criado com a assinatura, em 2019, de um termo de compromisso socioambiental entre o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado da Bahia, o Governo do Estado da Bahia, por intermédio da sua Secretaria de Meio Ambiente (Sema-BA) e da Casa Civil, o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), o Município de Ilhéus e a BAMIN (Bahia Mineração S.A.).

O TCSA Porto Sul é uma compensação ambiental pelo empreendimento portuário que será construído pela BAMIN no distrito de Aritaguá, localizado 14 km ao norte do

município de Ilhéus, na Bahia. Nele estão estabelecidas sete metas: Planejamento Territorial; Monitoramento e Controle Ambiental; Avaliação Ambiental Integrada; Fortalecimento da Fiscalização; Consolidação/Estruturação das Unidades de Conservação; Implantação de Medidas de Mitigação e Compensação Suplementar à Fauna e à Flora; e Fortalecimento da Governança Ambiental.

Em junho de 2020, foi assinado acordo de cooperação para a gestão operacional e financeira do projeto, a ser realizada pelo FUNBIO. O acordo de cooperação prevê a execução, até junho de 2026, das ações vinculadas ao Termo de Compromisso Socioambiental Porto Sul, no valor de R\$ 45 milhões.



NDC



ODS



6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO



13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA CLIMÁTICA



14 VIDA ÁQUATICA



15 VIDA TERRESTRE



17 PARCERIAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Unidade de

PROJETOS ESPECIAIS



86 SUZANO

87 PROJETO K



SUZANO

Apoio a Chamada Emergencial



Moradores se reúnem em atividade em Iguaí, BA.
Foto: Divulgação/Suzano



Projeto incentivou iniciativas voltadas para geração de renda durante o período de pandemia da covid-19. Foto: Divulgação/Suzano

Para atenuar as consequências causadas pela covid-19, a Suzano, em parceria com o FUNBIO, estruturou uma estratégia de apoio, em caráter emergencial, a comunidades próximas às áreas em que a empresa atua na produção de bioproductos a partir do cultivo de eucalipto, nos estados de Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais e Pará.

Com a orientação técnica do FUNBIO, foi lançada uma chamada de projetos para reduzir o impacto causado pelo isolamento social, tendo como foco dois eixos de atuação: desenvolver ações de prevenção e combate ao novo coronavírus e incentivar iniciativas de geração de renda no meio urbano e rural.

Ao longo de 2020, foram analisadas 469 propostas, das quais 121 foram aprovadas: 63 para o enfrentamento à covid-19 e 58 com foco em trabalho e renda, sendo 68 em áreas urbanas e 53 em regiões rurais. Os projetos selecionados, que tinham em comum a capacidade de responder rapidamente aos efeitos da pandemia, receberam doações de até R\$ 5 mil. Todo o processo foi organizado de forma digital, seguindo os protocolos recomendados por autoridades sanitárias.

O processo de seleção alcançou 84 organizações da sociedade civil, três cooperativas, 28 microempreendedores individuais (MEI) e seis empresas. Além do caráter diverso dos proponentes, a iniciativa conseguiu mobilizar, com o envio de propostas, 67 das 71 localidades abrangidas pela chamada de projetos. Foram escolhidos 41 projetos na Bahia, 29 no Espírito Santo, 34 no Maranhão, cinco em Minas Gerais e 12 no Pará.

No enfrentamento à pandemia, foram apoiadas ações que resultaram na distribuição de equipamentos de proteção individual, produção de alimentos em hortas e granjas, compra de alimentos para lanches e transporte de pacientes para unidades de saúde. Para promover a geração de renda, pequenos empreendedores receberam ajuda para garantir a continuidade das suas atividades comerciais, mesmo com a redução significativa das vendas. Houve apoio também àqueles que iniciaram negócios familiares durante a crise da covid-19 ou precisaram inovar para conquistar novos clientes, com a transformação digital das suas atividades, apostando em vendas online.

ODS



PROJETO K

Conhecimento para Ação



As atividades do Projeto K foram concluídas no ano de 2019 e, em 2020, a iniciativa foi formalmente encerrada. Foi elaborado e enviado o relatório técnico final do projeto ao Fonds Français pour l'Environnement Mondial (FFEM) e à Fundação MAVA, doadores do projeto juntamente com o GEF.

Foi concluída a avaliação do projeto por parte de consultoria externa contratada pelo FFEM. O recurso

do GEF inicialmente destinado à avaliação externa seria dedicado em 2020, juntamente com a parcela final desse doador, à promoção dos resultados do Projeto K em eventos internacionais e outras ações, de modo a dar suporte à RedLAC na realização de novos projetos. O GEF utilizará a avaliação do FFEM. Em 2020, a presença nos eventos internacionais foi adiada devido à pandemia e a Assembleia da RedLAC foi realizada virtualmente.

42
FUNDOS APOIADOS

28
PAÍSES BENEFICIADOS

7
MENTORIAS

6
ESTUDOS DE MECANISMOS FINANCEIROS INOVADORES

ODS



Apresentação
do projeto
durante congresso
da REDLAC. Foto:
Helio Hara/FUNBIO

AGÊNCIA GEF FUNBIO

89 PRÓ-ESPÉCIES



PRÓ-ESPÉCIES

Projeto Estratégia Nacional para a Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção



Hysterionica pinnatisecta. Foto: Gustavo Heiden

Peixe anual (*Anablepsoides cearensis*). Foto: Sérgio Maia Queiroz

Cuíca-de-colete (*Caluromysiops irrupta*). Foto: Márcio Martins

País megadiverso, o Brasil tem o desafio de proteger 3.286 espécies classificadas em risco de extinção: 2.113 da flora e 1.173 da fauna. Os dados fazem parte do projeto Estratégia Nacional para a Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção – Pró-Espécies. Para contribuir com as ações de proteção ambiental, a iniciativa promove o apoio a 290 espécies classificadas como Criticamente em Perigo (CR, na sigla em inglês), que não ocorrem em Unidades de Conservação nem dispõem de Plano de Ação de Espécies Ameaçadas (PANs), instrumento de gestão pública, construído de forma participativa, que identifica e orienta as atividades prioritárias para a conservação da biodiversidade e de seus ambientes naturais.

O projeto busca integrar iniciativas de estados e do Governo Federal para desenvolvimento e implementação de políticas públicas que incentivem a prevenção, a conservação e o manejo especificamente dessas espécies ameaçadas. Como parte da estratégia, foram definidos 24 territórios para a promoção de medidas protetivas que evitem a degradação ambiental em uma área estimada em nove milhões de hectares. O trabalho é realizado em conjunto com 13 estados: Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins.

Como complemento à gestão ambiental integrada, o Pró-Espécies também tem como foco de atuação a organização de atividades que colaborem para a conscientização dos efeitos predatórios da pesca, caça e extração ilegais, das

ameaças trazidas pelo tráfico de espécies silvestres e da importância de detectar e responder rapidamente à invasão de espécies exóticas. Aplicadas de forma efetiva, todas as ações têm condições de beneficiar, gradativamente e em efeito cascata, outros exemplares da fauna e da flora também em risco de extinção.

Em 2020, foram registrados avanços na produção de Planos de Ação Territorial (PATs), mecanismo essencial para ampliar as medidas de proteção. Ao todo, quatro iniciativas já foram oficialmente aprovadas, com a publicação de portarias por governos estaduais, beneficiando 82 espécies em cinco estados: Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Tocantins.

Em 7 de julho, foi aprovado o PAT Cerrado Tocantins, que estabeleceu 16 atividades para a conservação de nove espécies consideradas Criticamente em Perigo (CR), segundo a classificação da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN, na sigla em inglês) — cinco da fauna e quatro da flora. Entre elas, a *Bomelia braunni*, uma bromélia que cresce no solo e pode atingir 40 cm de altura; a *Paratrygon aiereba*, conhecida também como arraia maça ou arramação e maior espécie de arraia da bacia dos rios Araguaia-Tocantins; e o *Mylestes paucisquamatus*, o pacu dente-seco, peixe de porte médio que ocorre no Rio Tocantins. Em novembro, foi publicado o sumário executivo do PAT, marcando a fase final de elaboração e dando início à etapa de implementação.

Também em julho, foi publicada pelo governo do Rio Grande do Sul porta-

ria que consolidou o PAT Planalto Sul, iniciativa desenvolvida em conjunto com o estado de Santa Catarina. Nessa etapa, serão contempladas 22 espécies criticamente ameaçadas (CR) da Mata Atlântica, sendo 17 da flora e cinco da fauna. Entre elas, *Pulsatrix perspicillata pulsatrix* (coruja), *Merostachys caucasiana* (espécie de bambu), *Aegla brevipalma* (crustáceo de água doce) e *Hysterionica pinnatisecta* (planta rara). A *Hysterionica pinnatisecta*, que cresce em fendas de penhascos na Serra do Rio do Rastro, é ameaçada pela extração de minério de carvão em Santa Catarina. O plano abrange 39 municípios nos dois estados da Região Sul.

No fim de dezembro de 2020, foi oficializado também o PAT Espinhaço Mineiro, localizado na área centro-leste de Minas Gerais. Com o anúncio, serão amparadas com medidas de conservação 24 espécies em risco de extinção: 19 da flora, três de peixes e duas de invertebrados. Como exemplos, *Hoffmannseggella milleri* (orquídea) e *Eukoenenia sagarana* (aracnídeo). No mesmo período, também foi aprovado o PAT Chapada da Diamantina-Serra da Jiboia, que pretende proteger 27 espécies CR na Bahia.

Ainda em 2020, mais cinco PATs continuaram a ser desenvolvidos, em diferentes fases de elaboração: PAT Campanha Sul e Serra do Sudeste (Rio Grande do Sul), PAT Capixaba-Gerais (Minas Gerais e Espírito Santo), PAT Meio Norte, PAT São Paulo e PAT Xingu (Mato Grosso). Em Mato Grosso, aliás, se encontra uma das duas espécies de mamífero que estão criticamente em perigo e integram o Pró-Espécies: a *Caluromysiops*

PRÓ-ESPÉCIES



DESCOBERTAS CIENTÍFICAS

O Plano de Ação Nacional para a Conservação da Flora Endêmica Ameaçada de Extinção do Estado do Rio de Janeiro (PAN da Flora Endêmica do RJ), que tem parte de suas ações apoiadas pelo Pró-Espécies, obteve, em 2020, resultados importantes na estratégia de proteção à biodiversidade. Doze espécies classificadas como em situação Vulnerável, em Perigo de Extinção e Criticamente em Perigo foram identificadas pelos pesquisadores, que fizeram a marcação de matrizes e a coleta de sementes e deram início ao acompanhamento fenológico, etapas fundamentais para o trabalho de conservação.

Uma das descobertas que mais chamaram a atenção dos cientistas foi a da espécie *Chionanthus fluminensis* —

(Oleaceae), que está Criticamente em Perigo (CR). A espécie, considerada uma azeitona selvagem, foi localizada, em outubro, em afloramentos rochosos na Serra da Tiririca, entre os municípios de Maricá e Niterói. Alguns exemplares foram marcados com placas, numerações específicas e coordenadas de GPS. Para a produção de mudas, sementes da espécie foram coletadas, mas não germinaram, o que levará ao estudo de novas técnicas para tirá-las do estado de dormência.

Das 12 espécies localizadas, outras duas estão na categoria Criticamente Ameaçada, oito na de Perigo de Extinção e uma na de Vulnerável. Em situação mais próxima da extinção estão a *Rhipsalis pentaptera* e a *Tibouchina hirsutissima* —

esta não era encontrada desde 1982. Sementes de *Terminalia acuminata*, em Perigo de Extinção, foram coletadas e aproveitadas para a produção de mudas no Horto de Guaratiba, as primeiras do projeto PAN Flora Endêmica RJ.

As atividades de campo tiveram como alvo áreas protegidas no estado, como o Parque Estadual Costa do Sol (PECS), a Área de Proteção Ambiental de Massambaba (APA Massambaba), a Reserva Ecológica Estadual de Jacarepiá (REEJ), o Parque Estadual do Grajaú, o Parque Estadual da Chacrinha e o Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET). Todas pertencem ao território Rio de Janeiro, no escopo do PAN Flora Endêmica e no âmbito do Pró-Espécies.

irrupta, conhecida como cuíca-de-colete ou cuíca-amazônica (foto em destaque). O mamífero, de porte médio e considerado raro, tem hábitos noturnos e vive solitário em árvores. A espécie é ameaçada pela perda de habitat em virtude do desmatamento.

Além dos PATs, outras atividades marcaram o Pró-Espécies em 2020. Em janeiro, o projeto esteve presente no JAMCAM 2020, encontro interamericano que reuniu, no Paraná, oito mil jovens escoteiros de 20 países. Na ocasião, foi organizada uma ação de sensibilização sobre o combate ao tráfico de animais silvestres, a oficina Patrulheiros da Vida Silvestre. Dois meses depois, foi realizada a expedição de campo para a coleta de dados no PAN Peixes e Eglas da Mata Atlântica, coordenada pelo ICMBio em parceria com a Universidade de São Paulo, no Parque Nacional do Caparaó e em seu entorno.

Em julho, foram organizadas oficinas preparatórias do PAN Insetos Polinizadores, que pode contemplar

até 60 espécies em diferentes biomas. Já em setembro, o Ministério do Meio Ambiente, com a União Internacional para a Conservação da Natureza, promoveu o curso sobre análise de risco de invasões biológicas e da metodologia *Environmental Impact Classification of Alien Taxa* (EICAT). Em outubro, expedições coordenadas no âmbito do PAN da Flora Endêmica do Rio de Janeiro localizaram cinco espécies endêmicas ameaçadas de extinção nos parques estaduais da Chacrinha, Grajaú e Serra da Tiririca.

O Pró-Espécie é implementado pela Agência GEF FUNBIO, que atua em parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA). O financiamento é do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês), tendo como instituição executora o WWF-Brasil.



ODS



AGÊNCIA GFC FUNBIO

92 READINESS



READINESS

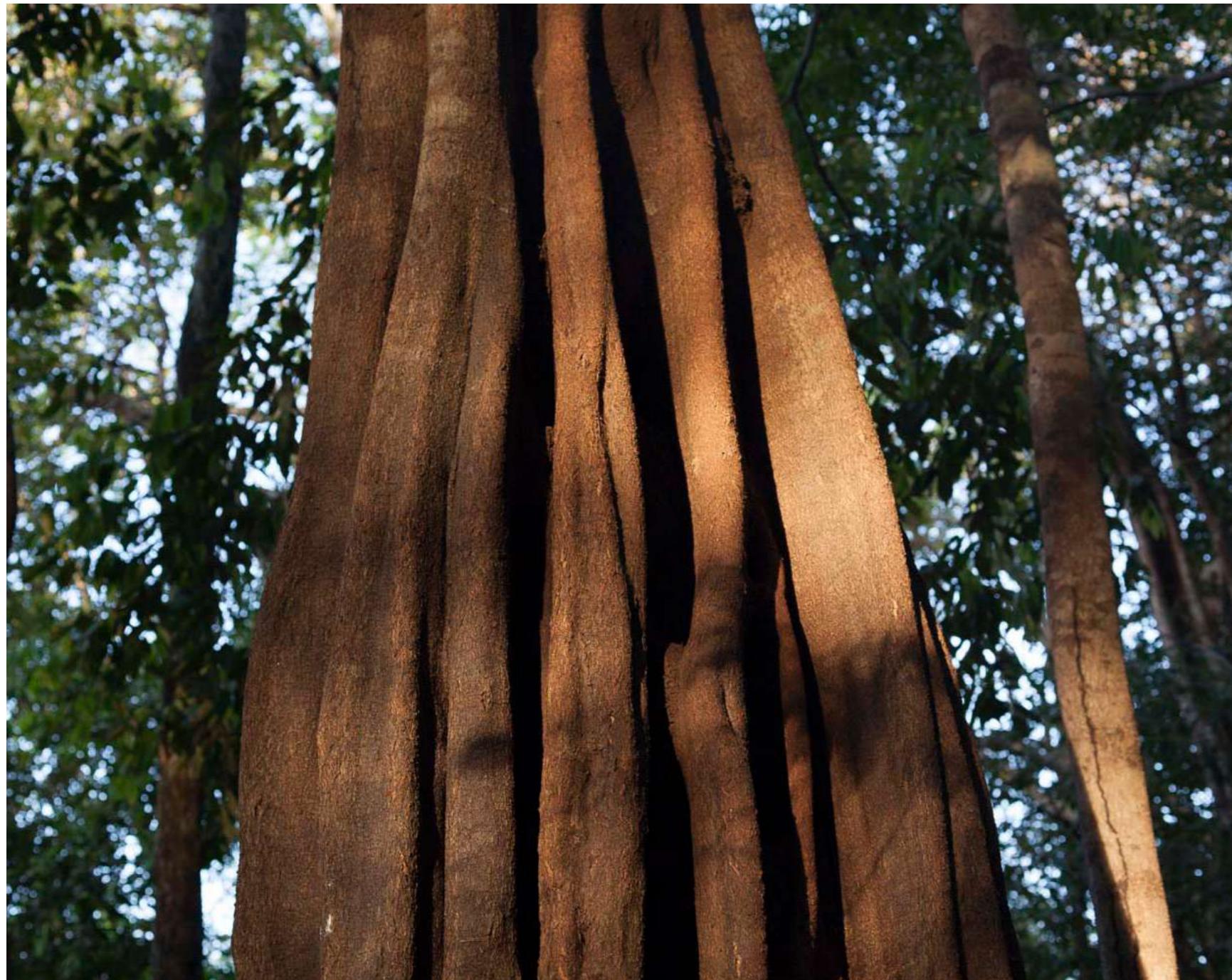


Foto: Marizilda
Cruppe/FUNBIO

Readiness é uma linha de financiamento do GCF que reserva USD 1 milhão por ano para os países signatários da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC). Aqui, os recursos podem ser solicitados por meio de projetos indicados pela Ministério da Economia, ponto focal do GCF no Brasil. O objetivo é ajudar os países a se prepararem para acessar os fundos do GCF. Os recursos podem ser usados para apoiar entidades nacionais acreditadas como o FUNBIO, estruturar as ações do ponto focal e ajudar a preparar projetos de acordo com as regras do GCF.

No final de 2019 o Funbio apresentou e teve aprovado um projeto da

categoria de Readiness ao GCF e em 2020 recebeu os primeiros recursos. O projeto “Strengthening Brazilian DAEs and executors for the implementation and execution of GCF projects” tem como objetivo apoiar todas as três entidades nacionais acreditadas (FUNBIO, CAIXA e BNDES) na melhoria de suas capacidades de operar junto a este fundo. Os pontos de melhoria focados pelo projeto são questões relativas a salvaguardas ambientais e sociais, gênero e monitoramento de projetos. Além disso, READINESS apoiará a elaboração inicial de projetos e aumentará a comunicação com entidades públicas e privadas interessadas em acessar o GCF. Por conta da pandemia de covid-19, o projeto será realizado online.

CRÉDITOS

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING

Helio Hara
Isabelle Costa

EDIÇÃO

Helio Hara

TEXTOS

Eduardo Auler

REVISÃO

No Reino das Palavras

PROJETO GRÁFICO

Luxdev — Giselle Macedo

Publicado em abril de 2021.

Agradecemos o envolvimento de toda a equipe do FUNBIO na produção e na revisão deste material.

CRÉDITOS

Capa
Parque Nacional do Jaú, AM. Foto: Victor Moriyama/FUNBIO

Página 46
Macaco-de-cheiro, Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, AM.
Foto: Victor Moriyama/FUNBIO

Página 72
Ubatuba, SP. Foto: Helena Wolfenson/FUNBIO

Página 85
Unidade Produtiva Brejinho, em Betânia, PE. Foto: Marizilda Cruppe/FUNBIO

Página 88
Onicófaro (*Epiperipatus adenocryptus*). Foto: Cristiano Sampaio Costa

Página 91
Foto: Marizilda Cruppe/FUNBIO



 [ACESSE O SITE DO FUNBIO](#)